

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ISABELA PISSINATTI

**AGRIPINA MENOR: A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO ATRAVÉS
DO OLHAR MASCULINO SUETONIANO (SÉCULOS I E II D.C.)**

**FRANCA
2021**

ISABELA PISSINATTI

**AGRIPINA MENOR: A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO ATRAVÉS
DO OLHAR MASCULINO SUETONIANO (SÉCULOS I E II D.C.)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Natália Frazão José

**FRANCA
2021**

P678a Pissinatti, Isabela
Agripina Menor : a representação do feminino através
do olhar masculino suetoniano (séculos I e II d.C.) /
Isabela Pissinatti. -- Franca, 2021
136 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Franca
Orientadora: Natália Frazão José

1. História Antiga. 2. Principado Romano. 3. Gênero. 4.
Agripina Menor. 5. Suetônio. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ISABELA PISSINATTI

**AGRIPINA MENOR: A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO ATRAVÉS
DO OLHAR MASCULINO SUETONIANO (SÉCULOS I E II D.C.)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, campus de Franca, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Cultura.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Natália Frazão José
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca

Nome do(a) examinador(a)
Instituição de Ensino

Nome do(a) examinador(a)
Instituição de Ensino

Franca, ____ de _____ de 2021.

AGRADECIMENTOS

Realizar uma dissertação de mestrado, apesar de muito gratificante, é um grande desafio, ainda mais quando esta foi realizada durante um cenário quase inimaginável.

Fui aprovada no programa de pós-graduação da UNESP Franca no final de 2018, mesmo ano em que um dos piores presidentes da nossa história foi eleito. A partir daí, para nós pesquisadores, e para toda população, as coisas foram sendo cada vez mais dificultadas. Não foi fácil ver colegas perdendo suas bolsas de estudo e até mesmo tendo que abandonar suas pesquisas. O pior de tudo veio no começo de 2020, com a pandemia da Covid-19, pois tivemos que nos isolar socialmente e ver milhares de pessoas perderem suas vidas ou seus entes queridos. Nossa saúde mental e física foi extremamente comprometida, não só pelo vírus, mas pela péssima gestão do atual governo, que parece ter feito questão de ver a situação se agravar cada vez mais. No momento, escrevo pensando quando tudo isso vai acabar, e aí percebo o quanto a História Antiga me auxilia todos os dias, e o quanto minhas leituras elucidam meus pensamentos.

Acho que é isso, meu primeiro e principal agradecimento é à própria História, é a todos que continuam lutando para que o mundo realmente entenda a importância do trabalho do historiador, e como a compreensão da História é capaz de mudar absolutamente tudo.

Agradeço a toda a comunidade de historiadores, por todos os eventos que aconteceram de forma remota, mas que ainda sim nos uniram e nos permitiram compartilhar nossas pesquisas, temores e angústias de não saber o que está por vir. Sou muito grata à nossa união e por poder conviver com pessoas tão inspiradoras.

Agradeço à minha orientadora, Dra. Natália Frazão José, pois quando iniciei minha pesquisa, por muitas vezes, me desesperei, pensei de abandonar tudo. Mas a Natália nunca deixou esses pensamentos me rondarem por muito tempo, sempre me mostrou que é na dificuldade que encontramos a humildade de perceber que sempre teremos muito a aprender, e não há problema algum nisso. Além disso, é uma honra muito grande ser a primeira orientanda dessa mulher corajosa, inteligente e inspiradora.

Em seguida, agradeço ao Programa da Pós Graduação em História, Linha História e Cultura Política, por todo o auxílio e as oportunidades que me possibilitaram no decorrer destes anos.

Dentre os pesquisadores da área de História Antiga e que fazem parte do G.LEIR (Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano), registro agradecimentos especiais àquelas que me muito me incentivaram, mesmo que indiretamente, destaco: Janira

Feliciano Pohlmann (UNESP), Helena Amália Papa (UNIMONTES) e Margaria Maria de Carvalho (UNESP), a nossa Margô. A esta duas últimas, sou especialmente grata pela participação na banca de qualificação, e à Margô, principalmente, por todo apoio e incentivo que ela sempre fez questão de prestar a todos nós.

Às alunas do G.LEIR-UNESP – Bárbara Alexandre Aniceto, Isabella Caselatto Torres, Letícia Aga Pereira Passos, Maria Eduarda da Silva Ferraz, Mariane Cerri e Monique Cerri – minhas amigas e companheiras de estudo, como sinto a falta de ver e conversar com vocês pessoalmente, agradeço a todas pelo apoio e às oportunidades de trocar ideias.

Por fim, agradeço àqueles que não fizeram parte da minha pesquisa diretamente, mas que me apoiam todos os dias em todas as minhas decisões: meus pais, Daniela e Renato, meus irmãos, Gabriel e Manuela, toda minha família, e meu companheiro de vida, Dênis. A todos vocês, muito obrigada pelo amor incondicional.

PISSINATTI, Isabela. **Agripina Menor**: a representação do feminino através do olhar masculino suetoniano (séculos I e II d.C.). 2021. 136f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

RESUMO

Ser mulher, em determinados contextos, garante um cenário repleto de opressões e exclusões, inclusive no campo político formal. No campo da historiografia quando possuímos representações sobre as mulheres, essas são criadas, na maioria das vezes, pelo gênero oposto, o masculino. Suetônio - em sua obra “A Vida dos Doze Césares”, composta no ano 121 d.C., durante o governo do imperador Adriano - ao descrever Agripina Menor, deixa claro o peso do aspecto simbólico que a dominação masculina carrega ao questionar a moral de uma mulher que exerceu papéis considerados masculinos dentro da política. Para compreender essa relação de dominação masculina sobre o feminino - construída histórica, cultural e linguisticamente – é preciso definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica. Assim, pautado na análise da fonte textual e na história de gênero, a dissertação de mestrado objetiva compreender a atuação feminina na política no período da dinastia Júlio-Claudiana, a partir da problematização da relação entre o feminino e o masculino.

Palavras-chave: História da Roma Antiga. Dinastia Júlio-Claudiana. Relações de gênero. Suetônio. Agripina Menor.

PISSINATTI, Isabela. **Agrippina the Younger**: the representation of the feminine through the Suetonian male gaze (First-Second Century AD). 2021. 136f. Dissertation (Master in History) – Faculty of Human and Social Sciences, Pauliste State University “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

ABSTRACT

Being a woman, in certain contexts, guarantees a scenario full of oppression and exclusion, including in the formal political field. In the field of historiography, when we have representations about women, they are created, most of the time, by the opposite gender, the male. Suetonius - in his work "Lives of the Caesars", composed in the year 121 AD, during the rule of Emperor Hadrian - when describing Agrippina the Younger, makes clear the weight of the symbolic aspect that male domination carries when questioning a woman's morals who played roles considered masculine within politics. To understand this relationship of male domination over the female - constructed historically, culturally and linguistically - it is necessary to define the submission imposed on women as symbolic violence. Thus, based on the analysis of the textual source and on the history of gender, the master's thesis aims to understand the role of women in politics in the period of the Julio-Claudian dynasty, based on the problematization of the relationship between the female and the male.

Keywords: History of Ancient Rome. Julio-Claudian Dynasty. Gender relations. Suetonius. Agrippina the Younger.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Casa de Augusto, localizada no Monte Palatino, em Roma.....62
- Figura 2** - Cabeça de Agripina Menor usando um diadema.....114
- Figura 3** - Relevo do Sebasteion de Afrodísias representando Agripina e Cláudio.....116
- Figura 4** - Relevo do *Sebasteion* de Afrodísias representando Agripina coroando Nero.....119
- Figura 5** - Aureus, de 7,63g, datada de 54 d.C., do governo de Nero.....121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – OBSERVANDO UM IMPÉRIO: SUETÔNIO E ROMA	23
1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	23
1.2 HISTÓRIAS E BIOGRAFIAS NA ANTIGUIDADE	23
1.3 AS <i>VIDAS DOS DOZE CÉSARES</i> , DE SUETÔNIO E A ESCRITA BIOGRÁFICA	31
1.4 SUETÔNIO, O BIÓGRAFO IMPERIAL	32
1.5 AS <i>VIDAS DOS DOZE CÉSARES</i>	37
1.6 BIOGRAFIAS DE CALÍGULA, CLÁUDIO E NERO	39
1.6.1 Calígula	40
1.6.2 Cláudio	44
1.6.3 Nero	46
1.7 “LOUCURA IMPERIAL”: POSSIBILIDADES EXPLICATIVAS PARA AS AÇÕES DOS IMPERADORES CLAUDIANOS	51
CAPÍTULO 2 – MULHERES DE ROMA: DE INVISÍVEIS A FUNDAMENTAIS	55
PARA A CRIAÇÃO DE ELOS IMPERIAIS	55
2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	55
2.2 CONCEITOS ESSENCIAIS: <i>DOMUS, GENS E FAMILIA</i>	55
2.3 AS MULHERES NA SOCIEDADE ROMANA	57
2.4 AS TRANSFORMAÇÕES DO PAPEL FEMININO NO PRINCIPADO DE AUGUSTO	60
2.5 DEMONSTRAÇÕES DE PODER FEMININO NA ROMA ANTIGA	66
2.6 <i>EXEMPLAS</i> E ESTEREÓTIPOS FEMININOS	71
2.7 CASAMENTO, FAMÍLIA E MORAL SEXUAL NA VISÃO ROMANA ANTIGA	75
2.8 AGRIPINA MENOR: DETALHES DE UMA VIDA	83
2.8.1 Família, Ascendência e Descendência	84

2.8.2 Matrimônios e Relações Políticas.....	89
2.8.3 Agripina e o Círculo de Poder Imperial.....	91
2.8.4 A Mãe de um Imperador.....	94
CAPÍTULO 3 – DESCONSTRUINDO SUETÔNIO: NOVOS OLHARES ACERCA	101
DAS SUAS NARRATIVAS FEMININAS.....	101
3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	101
3.2 A AGRIPINA SUETONIANA.....	101
3.3 JÚLIA AUGUSTA AGRIPINA.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	126
A. DOCUMENTAÇÃO.....	126
B. OBRAS E ARTIGOS.....	127
APÊNDICE A - ÁRVORE GENEALÓGICA DA DINASTIA JÚLIO-CLAUDIANA.	136

INTRODUÇÃO

A intensificação da participação das mulheres no mercado de trabalho e no meio acadêmico, a luta por direitos, igualdade e liberdade resultaram em um grande avanço nos estudos sobre mulheres. Segundo Pedro Paulo A. Funari e Renata S. Garraffoni (2019), no começo do século XX as mulheres quase não tinham participação na vida pública de forma geral, sendo essa participação ainda menor na academia. A mudança dessa situação ocorreu quando as mulheres passaram a ter acesso ao trabalho, ao voto, e aos estudos. A partir desse momento surgiram diversas estudiosas em todos os campos de pesquisa e carreiras profissionais. Além disso, ainda temos trabalhos realizados com base na visão masculina que adotam as pesquisas e os novos olhares sobre as mulheres.

Esse aumento da presença das mulheres na academia resultou na multiplicação de narrativas femininas. Inclusive, segundo Margareth Rago (1998), em muitas universidades atuais, a maior parte das publicações é feita por mulheres.

Na historiografia isso fica bem claro. As escolas historiográficas foram apanágio masculino até o Pós-Guerra e a maioria das grandes historiadoras está ainda viva, o que mostra que são filhas da revolução social que fez das mulheres protagonistas. São nomes como Joan Scott ou, no âmbito da Antiguidade, Mireille Corbier, Haiganuch Sarian, Maria Helena da Rocha Pereira, María José Hidalgo de la Vega, Lynn Foxhall, para citar apenas algumas. Certas pioneiras já morreram, como Margareth Lyding Will, mas isso não muda que se trata de algo muito recente e que estamos diante de uma participação feminina como fenômeno contemporâneo (FUNARI; GARRAFFONI, 2019, p. 283).

A partir de então, segundo María José Hidalgo de la Vega (2012), houve um grande avanço nas pesquisas sobre mulheres, que acabaram desenvolvendo inúmeras respostas metodológicas e teóricas, incorporadas à prática historiográfica como referência fundamental para a renovação dos estudos históricos.

Nos anos 1970, desenvolveu-se na historiografia dos estudos femininos uma reflexão sobre o conceito de gênero como categoria essencial da realidade social, cultural e histórica. Um conceito que se apresenta como uma categoria analítica que se refere a uma realidade histórica constituída por uma complexa rede de várias relações e múltiplos processos do passado e do presente, que nos ajudaram a redescobrir áreas esquecidas da história, e que cuja história busca analisar de maneira complementar os papéis feminino e masculino dentro do contexto social de uma época.

Lourdes Conde Feitosa (2012) nos chama a atenção para o fato de que pesquisar e escrever sobre gênero não é o mesmo que elaborar uma História das Mulheres. A autora aponta que a diferença está no tratamento privilegiado às personagens femininas, enquanto a historiografia de gênero tem como foco “questionar o uso dos conceitos ‘homem’ e ‘mulher’ como categorias biológicas, fixas e universais” (FEITOSA, 2012, p. 206, grifos da autora). A importância das contribuições de gênero, segundo Maria Lygia Quartim de Moraes (1998) e Feitosa (2003), é a constatação de que as categorias de identidades não surgem de forma natural e biológica, mas que elas foram e são cultural e socialmente construídas.

Carla Pinsky (2009) também apontam que o gênero por si só não tem um conteúdo específico, ele demonstra que as diferenças sexuais percebidas podem direcionar as relações sociais. Sua vantagem é justamente realizar análises sem definições pré-concebidas, que serão criadas apenas de acordo com o contexto.

Os questionamentos trazidos pelos estudos sobre gênero resultam em análises históricas que se preocupam em apreender como as distinções sociais baseadas sobre o sexo são perpassadas através das relações de poder, oriundas não de um consenso social, “mas das disputas, dos conflitos e das repressões” (SCOTT, 1995, p. 86-87). No entanto, a noção generalizante de imposição do masculino sobre o feminino não pode explicar a diversidade de comportamentos, dificultando, ainda, a percepção de diferentes poderes que podem aparecer representados pelo feminino, e não pelo masculino. Dessa forma, Cándida Martínez López (1994) destaca a necessidade de estudos focados nas variações das relações entre os indivíduos.

Segundo Lia Zanotta Machado (1992) e José Mattoso (1988), podemos considerar que as relações de gênero são vínculos de poder e podem ser complementares, de reciprocidade ou prestígio. Isso quer dizer, de acordo com Maria Izilda Santos de Matos (2009), que devemos repensar a experiência coletiva estruturada entre o feminino e o masculino dentro de toda a sua complexidade e as atribuições de cada um deles no processo do fazer histórico.

O desafio é ir além de apenas descrever as contribuições femininas e masculinas, buscando construir uma História que seja analítica e relacional, que compreenda os gêneros com relação às suas próprias articulações, bem como com a sociedade da qual fazem parte. Segundo Mattoso (1988, p. 182-183):

[...] a História não se compreende apenas pelo papel que nela exercem os indivíduos, nem só pelas estruturas e distribuições dos homens em classes sociais, nem só pelo funcionamento da economia e da produção, nem só pelos movimentos demográficos, mas também pela dialética feminino-masculino.

Dessa maneira, de acordo com Joan Scott (1997), é preciso reescrever a História para que possamos vislumbrar outras compreensões da complexidade da construção histórica e de suas relações sociais. Para isso, segundo Feitosa (2012), a ideia é superar uma visão apresentada apenas pelos grupos privilegiados e masculinos e alcançar outros caminhos através das sensibilidades, articulações e conflitos vivenciados entre os diversos femininos e masculinos.

Assim, a questão de gênero, mesmo sendo repleta de incertezas e dificuldades, se mostra como um campo valioso para nos fazer repensar as experiências humanas através da constatação da existência da pluralidade de agentes, visões, valores, espaços sociais e conceitos.

O papel feminino na História passou a ser discutido visando compreender como surgiram as diferenças e as relações de poder instituídas entre os sexos. De acordo com Feitosa (2012), esse papel passou a ser analisado em diferentes tempos e espaços históricos, acompanhado de uma nova percepção do que seria o documento histórico. Assim, a iconografia, as estátuas, as inscrições, as moedas, as tumbas e outros vestígios arqueológicos passaram a ter valor documental e trouxeram a visão e as experiências femininas para a História. Tais evidências demonstram que as mulheres não ficavam à mercê da ação masculina e agiam para saciar suas ambições. Funari e Garraffoni (2019) relatam que elas também provaram que a escrita não era uma habilidade exclusiva dos homens e deixaram seu legado através de seus relatos. Mesmo que sejam poucos os registros que chegaram até nós de textos redigidos por mulheres, uma aproximação da cultura material, através de uma perspectiva feminista crítica, possibilita a revelação de elementos que desafiam essas posições e que dão espaço para novas abordagens. Conforme apontam Funari e Garraffoni (2019, p. 288) “A negação da possibilidade das mulheres articularem seus registros e memórias estaria, portanto, no olhar dos estudiosos e não só na dificuldade de se encontrar documentos”.

Além disso, as evidências materiais possibilitam novos desafios e abordagens sobre a vida e o cotidiano das mulheres. Entre os anos 1960 e 1980 surgem estudos preocupados em trazer à tona a identidade dessas mulheres e quais eram as atividades e papéis sociais exercidos por elas na sociedade. Isso resultou em discussões mais específicas com relação à influência e a participação feminina nas esferas pública e de poder.

As novas percepções sobre a literatura antiga devem muito às contribuições dos feminismos, que se aprofundaram em obras literárias antigas masculinas na busca por informações valiosas sobre as mulheres e as relações de gênero.

Mesmo sofrendo restrições e opressões ao longo da História, as mulheres conseguiram se expressar, tanto nas camadas mais abastadas quanto nas subalternas. Essa é uma perspectiva que, segundo Funari e Garraffoni (2019), vem sendo adotada, na maior parte, pela Teoria Social, originada de uma observação de que, mesmo em situações árduas, as pessoas têm poder de ação.

Trata-se de uma posição epistemológica, que pressupõe que a toda opressão corresponda uma reação, que a capacidade de intervenção está sempre presente *dynamei*, em potência. Pôde buscar-se, a partir daí, as manifestações de autonomia (*agency*). Essa mudança de ponto-de-vista, a nosso ver, permitiu que se investigassem as evidências em busca dessa independência e insubordinação (FUNARI; GARRAFFONI, 2019, p. 285).

Portanto, se não ficarmos presos à narrativa dominante, veremos que a dominação masculina não conseguiu excluir o protagonismo feminino.

Por fim, cabe ressaltar que em muitas fontes literárias a misoginia e mesmo o temor da atuação das mulheres pode iludir àqueles que procuram enxergar apenas dominação, sem olhos para o protagonismo. Isso releva mais sobre o observador, do que sobre as fontes (FUNARI; GARRAFFONI, 2019, p. 291).

Hidalgo de la Vega (2012) destaca, inclusive, que é por meio das relações entre os sexos que a identidade feminina se apresenta de uma maneira mais complexa, trazendo reflexão sobre a construção do papel socialmente atribuído às mulheres por parte do poder masculino e dentro de uma sociedade patriarcal. Dessa forma, o gênero como instrumento de análise relacional possibilita a construção da própria ideia de uma história das mulheres, ou seja, de sujeitos, que se constroem entre uma identidade excluída, e outra identidade, a masculina, que é a única considerada e admirada.

Existem inúmeras possibilidades para as identidades de gênero, pois elas variam de acordo com o contexto de determinada sociedade. Assim, como não existe uma homogeneidade, não há uma essência masculina ou feminina, nem um significado ou um modelo definitivo do que era ser mulher em Roma, por exemplo. Isso nos possibilita romper com as interpretações da historiografia tradicional baseadas em modelos rígidos e generalizantes, que aprisiona as mulheres na condição de passivas e submissas.

Escolhemos trabalhar com as mulheres através de uma perspectiva das relações de gênero devido à toda essa concepção do que é gênero e todas as possibilidades que ele traz enquanto ferramenta teórico-metodológica. A ideia é compreender como o pensamento social

romano representa o papel social feminino, e essas representações são determinadas pelos interesses do grupo que as cria.

Para Dominique Vieira Coelho dos Santos (2011) a representação não pode ser compreendida como algo a parte, pois não é possível escrever sobre o passado sem enfatizar alguns aspectos e ignorar outros.

Santos (2011) ainda aponta que, quando tratamos sobre o passado precisamos estar cientes de que o significado não vem posto e que não há como ser transportado de forma simples de um lugar para outro, ultrapassando facilmente as barreiras linguísticas.

Devemos compreender o conceito de representação tendo em vista uma filosofia dos signos que se movem, onde não há sujeitos fixos, de um lado, representando objetos imóveis, de outro. Se pensarmos a representação tendo em vista, então, as alternativas que apresentamos neste artigo teremos subsídios para tentar compreender as paratopias nas quais estão metidos os sujeitos de quaisquer discursos e talvez consigamos nos aproximar da ideia de que “há sujeito, há objeto, há representações”, uma alternativa ao pensamento tradicional de que: “o sujeito representa o objeto” (SANTOS, 2011, p. 48, grifos do autor).

Segundo Roger Chartier (1991), a representação é uma forma de a sociedade significar e dar sentido ao mundo em que vive. Através de figuras simbólicas, os sujeitos buscam compreender a realidade social ao seu redor e, ao mesmo tempo, direcionar práticas sociais.

De acordo com Danieli Mennitti (2015), o campo das representações também é palco das relações de poder: de um lado temos uma visão que entende a construção das identidades sociais como consequência de jogos de força e disputas discursivas entre grupos sociais que querem firmar-se como dominantes e legitimar seu poder, muitas vezes com a intenção de implementar uma homogeneidade; do outro, temos os grupos que apresentam discursos alternativos, de resistência ou de ruptura a esses discursos dominantes, em suma, outras representações que cada grupo cria de si mesmos. Mennitti (2015, p. 27) evidencia que “Mesmo no meio de determinados grupos sociais específicos há uma heterogeneidade de discursos, que irão disputar por seus locais de fala”.

São lutas e disputas de representação, cujo ponto central da questão é o ordenamento, a hierarquização da própria estrutura social. Tratam-se de “estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 1991, p. 183-184).

Para Joana Maria Pedro (2005), a análise em si sobre o masculino não precisa ser necessariamente uma prerrogativa presente de forma direta no processo da escrita

historiográfica. Como a principal fonte dessa pesquisa foi produzida por um homem, esse masculino sempre está presente, mesmo que de maneira mais implícita. Há um diálogo com o masculino constantemente, mas esse tem a finalidade, na análise histórica realizada, de contribuir para uma melhor análise sobre o feminino. Mennitti (2015, p. 42) menciona que “Além disto, o gênero diz respeito não só à relação entre homens e mulheres, mas entre homens e entre mulheres”, evidenciando que as representações do feminino:

[...] foram atravessadas não só pelos discursos do próprio contexto histórico em que se inseriam, mas pelos olhares dos discursos historiográficos. Esses últimos igualmente também não isentos de suas ideologias. Novas teorias e metodologias permitiram visitar esse feminino na Antiguidade romana, permitiram trazer olhares diferentes sobre suas experiências, seus espaços e sua atuação na sociedade (MENNITTI, 2015, p. 43).

Com relação aos Estudos Clássicos, dos anos 1990 até a atualidade pode-se dizer que eles passaram a dar mais atenção para as relações de gênero, fornecendo mais destaque ao feminino e percebendo a excessiva valorização do masculino nesse campo.

O estudo da História, em geral, e da História Antiga, em particular, foi caracterizado pela atenção, quase que naturalizada e despercebida, ao sexo masculino. Naturalizada, pois se partia do pressuposto que eram os reis, cônsules, magistrados a governar e guerrear e seria, pois, natural dar ênfase a tais personagens do passado. Despercebida, pois não havia, em geral, uma explicitação do masculino, que era tomado quase como universal. No entanto, as mulheres estiveram presentes na narrativa historiográfica desde o início, com Heródoto e Tucídides, mais no primeiro, mas também no segundo (cf. Aspásia). Nos séculos seguintes, também as mulheres apareceram como parte da narrativa, mesmo quando o centro estivesse no masculino. Isso reflete, também, o fato de a escrita da História ser apenas masculina, ou, ao menos, essa foi a que chegou até nós. Ou seja, um ponto de vista masculino estava implícito em toda a historiografia, até tempos mais ou menos recentes (FUNARI; GARRAFFONI, 2019, p. 283).

Hidalgo de la Vega (2003) chama a atenção para o fato de que o vício profissional pode comprometer nossa visão acerca de como vemos e usamos o passado como instrumento para o presente e projetar no passado das mulheres os valores e os problemas de hoje, gerando grandes anacronismos em diversas dessas obras.

Nessa questão, o impulso feminista tem colaborado para que atualmente a voz da mulher não precise de um mediador masculino para interpretar e apresentar suas ideias, interesses, necessidades, escritos, gestos, etc. Hoje, as mulheres podem, finalmente, serem suas próprias intérpretes, se colocarem como sujeitos históricos de total direito e ainda

ocuparem, mesmo que com limitações, todos os espaços historicamente reservados ao homem.

Com relação à História Antiga Romana, esses estudos permitem novas análises sobre as funções que eram tradicionalmente delegadas às mulheres, além de rever conceitos, possibilidades de atuação política e os fundamentos, formação e participação dos grupos sociais.

Autores como Finley, Carcopino, Veyne e Grimal, que escreveram sobre as mulheres romanas, apresentaram uma visão que colocava as mulheres como figuras sempre submissas, subjugadas, secundárias diante das figuras masculinas, com sua atuação na sociedade muito reduzida e restrita. Porém, essa visão sobre as mulheres romanas não surgiu somente pelo fato de grande parte das representações femininas serem feitas por homens, mas pela falta de um olhar historiográfico que desconstruísse esse olhar masculino e buscasse reflexões e análises mais amplas e diversas sobre essas experiências femininas. É nesse conjunto de novos olhares historiográficos sobre as mulheres romanas que se insere nossa pesquisa.

Ainda é preciso lembrar que, assim como as relações entre os homens são analisadas a partir de hierarquias e de diversos aspectos, a história das mulheres não é igual para todos, Higdalo de la Vega (2003, p. 47) aponta que “As diferenças e desigualdades entre as mulheres são plurais e hierárquicas”.

Semíramis Corsi Silva (2012) aponta que é necessário distinguir dois tipos de mulheres que existiam no mundo romano: as matronas, mulheres vindas das famílias abastadas e que eram preparadas para receberem um marido; e as libertas, escravas, prostitutas, concubinas, dançarinas, mulheres que eram consideradas marginais e que recebiam direitos distintos das matronas. As matronas romanas, *matresfamilias*, deviam ser recatadas e tinham a responsabilidade do casamento e da vida doméstica, por isso eram respeitadas e honradas, além de serem protegidas por leis e decretos. Elas deveriam ser mães, se casar, cuidar da educação dos filhos até os sete anos, bem como do ordenamento da casa.

A designação jurídica de uma mãe de família, assim como a de um pai de família, *pater familias*, dependia do casamento, não sendo aplicada necessariamente apenas ao nascer dos filhos. Dessa forma, com o ato do casamento uma mulher era considerada uma *matresfamilias* e o homem um *pater familias* (SILVA, 2012, p. 334, grifos da autora).

De acordo com Pierre Grimal (1993), a esposa ideal era aquela que confiava em seu marido e o incumbia de administrar seus bens. O marido, por sua vez, deveria cuidar da fortuna pessoal da esposa, além de protegê-la e estimá-la. Aline Rouselle (1990) também

aponta que as mulheres abastadas eram educadas para contenção sexual. Silva (2012, p. 343) evidencia os “valores dos homens romanos para as mulheres das camadas aristocráticas: uma mãe zelosa, uma matrona virtuosa, contida e extremamente preocupada com seus filhos”.

A questão é que diversas mulheres fugiram a esse modelo de matrona ideal e foram em busca de seus desejos e de seu lugar na História através de papéis ativos na política. Apesar de discordarmos de algumas questões apontadas por Nuno Simões Rodrigues (2008)¹, concordamos com ele quando este nos aponta que as mulheres que tinham grande influência nos acontecimentos da vida pública, e até mesmo nos destinos do Império, não costumavam ser figuras admiradas pelos autores antigos: as Júlias, as Domícias, as Cláudias, ou as que chegaram à casa imperial através do casamento, como Popeia Sabina. Muitas vezes, os autores antigos retrataram as mulheres ativas na política como figuras odiosas e capazes de realizar atos cruéis para conquistarem seus objetivos, enquanto enchem de elogios as mulheres que representavam o que era esperado de uma mulher na sociedade romana. Porém, Rodrigues (2008) destaca que, normalmente, as mulheres descritas de forma positiva pertenciam à classe senatorial, da qual os autores que delas dão testemunho, faziam parte.

Porém, independentemente de como era vista, não podemos negar que a atividade política feminina existia na sociedade romana e, mais do que isso, existia de forma participativa, uma vez que as mulheres mantinham alianças e redes de poder, que podiam não ser exclusivamente femininas, mas que eram protagonizadas pelo feminino.

Uma dessas mulheres que foram representadas na História como uma figura antipática é Agripina Menor, que nos chamou a atenção por ter direcionado olhares de inúmeros autores, tanto antigos como de nossa contemporaneidade.

Agripina foi uma imperatriz-consorte romana, filha de Agripina Maior e Germânico e irmã do Imperador Calígula. De acordo com Anthony Barrett (1996), Agripina tinha um grande orgulho da família e aprendeu com sua mãe que ela tinha um lugar privilegiado por ser filha de Germânico e Agripina Maior, a última neta viva de Augusto.

Ela também foi a última esposa do Imperador Cláudio e mãe de Nero. Porém, apesar dessas relações já demonstrarem a sua posição dentro do Império, Agripina Menor ainda tinha o poder correndo em suas veias e a legitimidade do governo de Roma em suas mãos, isso porque ela era bisneta de Augusto, considerado por muitos como o Primeiro Imperador de Roma.

¹ Não concordamos com termos que ele utiliza que remetem à monarquia, como “princesas”. No primeiro capítulo explicitaremos nosso ponto de vista com relação a este assunto.

Dentro da tradição textual, Agripina foi representada como sendo maliciosa e capaz de tudo para realizar seus desejos, tendo como objetivo maior colocar seu filho no poder. Ela também foi acusada de usar sua sensualidade para conquistar e manipular os homens, bem como de usar seu poder para atacar mulheres, libertos e escravos. Contudo, as acusações mais graves contra Agripina a colocam como a autora da morte do Imperador Cláudio.

Agripina foi usada pelos estudos tradicionais como um exemplo do mal que resultaria quando as mulheres não se acomodavam com seus papéis pré-determinados. Porém, os estudos sobre gênero nos trouxeram uma nova perspectiva, que busca demonstrar que um dos motivos pelos quais Agripina foi descrita como um monstro foi devido ao fato de ela ter assumido papéis que eram considerados masculinos.

No segundo capítulo veremos como Agripina podia estabelecer a legitimidade do poder e como as mudanças que o Principado de Augusto trouxe colocou as mulheres em um novo patamar, no qual elas eram utilizadas como símbolos dinásticos. Dessa forma, as mulheres também passaram a serem celebradas em moedas, estátuas e monumentos² e, assim como uma matrona tradicional, tinham por obrigação governar a sua casa. Entretanto, segundo Mafalda Maria Leal de Oliveira e Silva Frade (2007, p. 84), “a casa que governavam era também a casa responsável pelo bom funcionamento do Império. [...] A posição privilegiada destas mulheres junto do Imperador também lhes permitia exercer alguma influência sobre as suas decisões”.

Susan Fischler (1994) aponta que as imagens positivas das mulheres que compunham uma elite imperial originaram-se da necessidade de Augusto legitimar o novo regime político através de um conceito de descendência dinástica. Assim, elas foram fundamentais na consolidação dessa dinastia e, conseqüentemente, na construção de um ideal imperial dinástico, projeto iniciado por Augusto.

Dessa forma, quando o Imperador Cláudio estava em busca de uma nova esposa, sua sobrinha, Agripina Menor, foi a candidata perfeita.

É preciso destacar que, na Roma Antiga, o casamento era utilizado para estabelecer laços políticos. Um dos laços criados pelo casamento entre Agripina e Cláudio foi a adoção de Lúcio Domício Enobarbo — filho do primeiro casamento de Agripina — por Cláudio. A

² A concessão pública de estátuas a mulheres era quase inexistente em Roma antes da época imperial (nos cemitérios até existiam estátuas femininas, mas não era uma honra pública.) *Vide* Flory (1993), 300. Em um mundo onde comumente apenas os comportamentos masculinos eram considerados suficientemente importantes para merecerem tal honra, é de se esperar que a atribuição de estátuas às mulheres da casa imperial e a concessão de outras honras, fossem vistas como excepcionais para uma mulher. “As estátuas marcaram a introdução de retratos de mulheres membros das autoridades governantes como um novo aspecto da política e propaganda romana.” – *Ibidem*, 296. *Vide* também Corbier (1992/93), 194-195; Fischler (1994), 129; Flory (1996); Hemelrijk (2005).

partir desse momento o filho de Agripina foi nomeado como Nero Cláudio César Druso Germânico, e essa adoção deu início à parte Claudiana da Dinastia Júlio-Claudiana. Dessa maneira, fica evidente que a linhagem dinástica é construída pelos laços com Agripina, a detentora da *auctoritas imperial*.

Agripina Menor tinha consciência do funcionamento da *domus Augusta* e de sua importância dentro dela. Ela ocupou posições importantes no império e aprendeu a se posicionar nas disputas pelo poder e a valer-se de aliados importantes ao lidar com as intrigas palacianas.

Além disso, Agripina recebeu diversas honrarias, sendo a primeira mulher a receber em vida o título de *Augusta*, o que lhe atribuiu, segundo Barrett (1996), grande evidência política. Em 51 d.C., ela recebe o *carpentum*, uma espécie de carruagem cerimonial destinada a personalidades religiosas. Nesse período, diversas estátuas dela são criadas e espalhadas por diferentes partes do Império Romano. Uma colônia romana, fundada por Cláudio, foi nomeada de *Colonia Claudia Ara Agrippinensis*³ o que, ao nosso ver, tem grande importância, pois sinaliza o local de nascimento da imperatriz, sendo uma das primeiras colônias a ser nomeada em homenagem a uma mulher romana ainda viva. Agripina também provou ter tido influência militar e veremos isso através de exemplos descritos no segundo capítulo.

Por fazer parte do poder imperial e ter grande relevância política, Agripina é citada diversas vezes na obra *De vitis Caesarum*, conhecida em português como *As Vidas dos Doze Césares*, de Suetônio, um autor antigo que consideramos essencial para entender como aconteceu a organização do Principado romano.

Segundo Natália Frazão José (2016), devido à obra *As Vidas dos Doze Césares*, Suetônio tornou-se uma das principais referências atuais com relação ao Império Romano. Isso porque ela contém a descrição da vida de seus personagens — os Imperadores da dinastia Júlio-Claudiana — feita através de uma consulta minuciosa a vários documentos, aos quais o autor teve acesso durante suas funções administrativas. Além disso, a obra ainda possui uma inovação no que se refere ao conteúdo descrito pelo autor, bem como nas fontes documentais utilizadas, que não puderam ser acessadas por outros autores da mesma época. De acordo com Mafalda Frade (2007, p. 75):

No intuito de expor as várias facetas do carácter dos Césares, Suetônio descreve os seus hábitos privados, entre os quais a forma como cada um se relacionava com os seus mais próximos. Na obra, figuram relatos de

³ Que era localizada onde hoje é a cidade de Colônia, na Alemanha.

inimizades e perseguições a familiares (consanguíneos ou não) ou de sugestibilidade do imperador perante a influência dos seus.

Ao analisarmos a forma como Suetônio retrata as personagens femininas, pudemos perceber que as descrições apresentam variações de acordo com a posição social das mulheres e de suas famílias. Dessa forma, quase sempre elas aparecem como instrumentos retóricos utilizados para avaliar a maneira como os homens ao seu redor governavam suas famílias ou o Império.

No que se refere especificamente à Agripina, Suetônio descreve diversas situações que exemplificam o quanto ela teria sido uma mulher ambiciosa que faria de tudo para colocar seu filho no poder, a ponto de cometer assassinatos e se envolver em intrigas palacianas. Inclusive, podemos perceber que as ações de Agripina são utilizadas para demonstrar a falta de controle que Cláudio tinha dentro de sua casa e, por conseguinte, do Império. Uma das críticas que Suetônio faz sobre essa matrona é com relação à sexualidade, haja vista que ela foi acusada de ter seduzido diversos homens para estabelecer laços políticos. A sexualidade feminina é apresentada como um elemento fundamental na criação da reputação das mulheres e, conseqüentemente, na de seus maridos.

Porém, é preciso deixar claro que muitas das acusações apresentadas contra Agripina, não só de Suetônio, mas de outros autores antigos, e até mesmo atuais, são baseadas em boatos⁴, especulações e anedotas.

O privilégio que a posição de imperatriz trazia fez como que Agripina se dedicasse à prática política de forma direta. Todavia, como já dito anteriormente, para ser uma boa matrona as mulheres precisavam se dedicar ao lar e aos filhos, devendo ficar longe da política, tanto que elas nem podiam assumir esses cargos. Normalmente os elogios feitos às mulheres referiam-se à beleza, ao amor e à fidelidade ao marido, à graciosidade e à dedicação ao lar e aos filhos. Comparado ao número de homens considerados importantes, poucas foram as mulheres que se destacaram devido a essas restrições impostas pela sociedade, e aquelas que se posicionaram contra aos modelos ideais foram descritas como exemplos a não serem seguidos.

⁴ De acordo com Jean-Noël Kapferer (1993), os boatos eram fundamentais para a gestão do poder pelas facções político-militares, pois, como se baseavam mais em impressões do que em fatos, regiam a opinião pública. Assim, ao ouvir uma notícia importante e surpreendente, a primeira reação de um receptor era repassá-la adiante, o que acabava desencadeando o surgimento de outras discussões, sempre vinculadas ao que se deveria pensar e não ao fato em si mesmo. Ygor Klain Belchior (2019) destaca que, para os oradores antigos, os boatos serviam como evidências documentais, tanto que Suetônio, ao descrever o imperador Nero, utilizou-se da opinião pública, que, para este biógrafo, tinha a mesma validade e confiabilidade de um testemunho escrito.

Apoiando-nos em todas as considerações acima arroladas, elaboramos nossa pesquisa. Para uma melhor sistematização do trabalho, dividimos esta Dissertação em três capítulos.

As questões relacionadas às especificidades de Suetônio deram início ao primeiro capítulo, no qual tratamos do contexto histórico, político, social e cultural do período do arco cronológico deste autor. Nele, identificaremos as suas posições e ocupações, dentro e fora do centro político romano, para que, dessa forma, possamos perceber se suas posições sociais e cargos exercidos influenciaram em sua maneira de relatar os fatos. Focaremos em sua vida, ressaltando a sociedade em que ele se insere. Ademais, trataremos de suas funções desempenhadas dentro do Império: família, amizades e laços sociais adquiridos no decorrer de sua vida. Com isso, tentaremos distinguir como as concepções de sua época aparecem submersas em sua obra. De acordo com Paul Veyne (1998), o autor é fruto de sua época, mesmo quando este tenta descrever personagens e períodos anteriores ao seu. O autor é subjetivo, e essa subjetividade é manifestada em toda sua obra, o que pode aparecer na forma como relata certos fatos ou determinados aspectos da sociedade ou, até mesmo, na maneira como transmite uma ideologia presente na sociedade em que vive.

No segundo capítulo, trataremos sobre um paradoxo⁵ dentro da sociedade romana, pois, os romanos acreditavam há muito tempo que as mulheres faziam parte da esfera doméstica, que suas funções estavam dentro da casa e que seus papéis mais dignos eram os de esposa e mãe. Porém, também está evidente que, com base nos privilégios políticos e sociais que algumas mulheres, principalmente as das camadas mais abastadas, alcançaram ao longo das últimas décadas da República Romana, a cultura imperial inicial permitiu novos espaços para a feminilidade: as mulheres surgem no discurso público como patronas e proprietárias, construtoras e benfeitoras, e autoras e atrizes valiosas no palco da História. Na época de Augusto, encontramos mulheres que mesmo dentro de suas casas estavam longe de serem silenciosas e invisíveis. Mulheres capazes de se colocarem em papéis reais e importantes na esfera cívica, sem atrapalhar o desempenho percebido em suas virtudes domésticas “tradicionais”. Este capítulo trata sobre a criação e as consequências desse paradoxo, sobre como e por que o começo do Império desenvolveu novas formas de articular o comportamento feminino “correto”. Além disso, analisaremos como foi construída a imagem de Agripina Menor na historiografia. Dessa forma, nossa intenção é compreender como as representações de Agripina foram construídas, dando ênfase aos seus pontos principais e suas características físicas e morais.

⁵ Ver MILNOR, Kristina. **Gender, Domesticity, and the Age of Augustus: Inventing Private Life**. New York: Oxford University Press Inc., 2005.

No terceiro e último capítulo, veremos como Agripina Menor foi descrita por Suetônio em sua obra *As Vidas dos Doze Césares*, buscaremos demonstrar o poder de Agripina Menor com base em episódios que evidenciam sua influência no Império, e tentaremos compreender por qual motivo Suetônio descreve uma mulher que recebeu diversas titulações importantes, e que desempenhou um papel muito significativo na sociedade romana, como uma figura detestável. Assim, nossa intenção é demonstrar que a visão de Agripina passada por Suetônio expressa as concepções da época do autor e da sociedade romana do período.

Por fim, faremos as considerações finais sobre a investigação proposta, pretendendo, dessa maneira, apresentar as conclusões a que chegamos ao longo de nossa pesquisa histórica.

CAPÍTULO 1 – OBSERVANDO UM IMPÉRIO: SUETÔNIO E ROMA

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Neste capítulo de nossa Dissertação, optamos por nos atentar aos aspectos que cercam a vida de Suetônio, o escritor por nós selecionado, além de nos dedicarmos à sua obra aqui analisada, *As Vidas dos Doze Césares*. Dessa maneira, procuraremos destacar o período vivenciado pelo autor, bem como as características de sua obra.

Além disso, considerando que uma obra sempre é fruto da subjetividade de quem a compõe, pretendemos destacar como o contexto social e as funções desempenhadas por Suetônio influenciaram seus relatos, que, condizentes com a mensagem que ele pretendia passar, apresentavam objetivos e objetos próprios.

O gênero e o tema escolhido por Suetônio ao escrever suas biografias sobre Imperadores são resultados das implicações políticas e literárias de seu tempo. A forma por meio da qual a obra foi produzida é fator representativo da concepção de Suetônio e, por conseguinte, dos ideais da época e da sociedade em que ela foi criada. Essa obra demonstra ter características de uma biografia e isso fez com que um público específico tivesse acesso a ela.

Logo, para compreendermos as descrições passadas por Suetônio em *As Vidas dos Doze Césares*, precisamos compreender sua forma de escrita, seus objetivos e objetos. Portanto, nossa intenção, neste capítulo, é analisar o que conhecemos como gênero biográfico na Antiguidade e como ele é trabalhado por Suetônio para, posteriormente, atentarmos-nos às principais características de sua obra selecionada, suas repercussões e críticas.

1.2 HISTÓRIAS E BIOGRAFIAS NA ANTIGUIDADE

Definir o que seria História e a função do historiador não é uma tarefa simples. Segundo José (2016), a partir da criação do vocábulo *histor* no século V a.C., na Grécia Antiga, a definição de História e seus papéis passaram a ser discutidos, modificados e reconstruídos de acordo com cada contexto. Conforme Pedro Paulo Funari e Glaydson José da Silva (2008), a palavra História em sua origem não se tratava apenas do estudo do passado, ela era usada para qualquer pesquisa considerada empírica, como o movimento dos astros no céu. Para Carlo Ginzburg (2016, p. 378), “a história tem se referido, quase que exclusivamente, ao domínio da ação humana”, e, ainda de acordo com este autor, a linguagem

da História na qual o historiador se baseia está, em sua maioria, escrita na linguagem da vida cotidiana.

Com relação ao surgimento da História, Adilton Luís Martins, Glaydson José da Silva e Pedro Paulo Funari (2008, p. 7, grifos dos autores) apontam que:

A História surgiu na Grécia Antiga, como uma pesquisa, *historía*, no quinto século a.C., visando à compreensão dos conflitos no presente e à fruição. Como gênero literário, se assim podemos dizer, a História, além de *magistra uitae* (mestra da vida), nas palavras do orador latino Marco Túlio Cícero, devia servir para deleitar o leitor ou, mais ainda, o ouvinte. Tratava-se, pois, tanto de uma atividade de inteligência do mundo, uma *gnosis*, como uma representação atrativa, a ser percebida e fruída, *aisthesis*.

Na Antiguidade, a escrita da História ficou marcada por diversos autores e suas mais variadas formas de registros, dos quais poucos chegaram até nós. Esses autores de diferentes períodos refletem suas opiniões do que seria História e suas diferentes visões sobre a concepção historiográfica.

Heródoto é conhecido como o “pai da História” (*pater historiae*), epíteto concedido a ele pelo orador romano Cícero no século I a.C., em sua obra *Das Leis, I, 1*. Segundo Maria Aparecida de Oliveira Silva (2015), realmente Heródoto foi o primeiro a utilizar a palavra *histor* com o sentido que ela teria. Ele via o trabalho do historiador como a criação de uma história que se apresenta a princípio de forma oral e, só depois, escrita. Para ele, a História se tratava de um relato racional, que guardava as lembranças dos grandes feitos e buscava a causa dos acontecimentos.

Por sua vez, Tucídides foca sua atenção na História contemporânea de seu tempo, buscando as causas imediatas, a verdade e a precisão da História como em um tribunal. No caso desse escritor antigo, haveria uma relação entre a História e a verdade, mesma concepção que podemos encontrar em Heródoto.

Expoente de sua própria sociedade, Aristóteles, pensador grego do século IV a.C., nunca elaborou uma obra específica sobre História, mas deixou em sua produção suas concepções acerca do que esta seria.

Geoffrey Lloyd (2007) ressalta que, como a História já havia sido estabelecida como gênero literário no período aristotélico, o filósofo grego pôde fazer comparação entre esta e outros modelos de escrita. Para Aristóteles, a História referia-se a acontecimentos passageiros, que não poderiam se repetir. Assim, de acordo com ele, a História buscava apenas o particular, limitando-se a abordar o que aconteceu, o que nada revelava.

Em suas próprias palavras:

[...] não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso (pois, se a obra de Heródoto fora composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de história, figurando ou não o metro nela). Diferem entre si, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido. Por tal motivo a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a história, porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular. O universal é o que tal categoria de homens diz ou faz em determinadas circunstâncias, segundo o verossímil ou o necessário. Outra não é a finalidade da poesia, embora dê nomes particulares aos indivíduos [...] (ARISTÓTELES, 1966, p. 50).

Segundo Hans Beck (2007), os romanos se inspiraram na forma como os gregos escreviam a História, pois a História de Roma podia ser transformada com base na visão de quem a escrevia e das concepções de cada época, além de compreender diversos gêneros literários, como o retórico, o biográfico e o filosófico.

Com relação aos estudos sobre a Antiguidade, nos últimos anos o conceito de intelectuais vem ganhando espaço. Os historiadores brasileiros Fabio Duarte Joly, Sonia Regina Rebel de Araújo e Cláudia Beltrão da Rosa, que organizaram a obra *Intelectuais, Poder e Política na Roma Antiga* (2010), defendem que:

No caso dos escritores, cujas obras compõem o que hoje se considera uma ‘tradição clássica’, o conceito de ‘intelectuais’ revela-se particularmente interessante por ser mais abrangente que os rótulos de poeta, filósofo, historiador e orador, tradicionalmente aplicados a esses escritores. Essa tendência a compartimentar a atividade intelectual, a colocar fronteiras entre as esferas do conhecimento, é muito mais um fenômeno contemporâneo do que propriamente uma característica do pensamento antigo (ARAÚJO; ROSA; JOLY, 2010, p. 14, grifos dos autores).

Com uma visão ampliada sobre esse conceito, surgiu um novo olhar e um aprofundamento no que diz respeito à importância dos intelectuais e da influência de suas produções dentro da política em muitos momentos da História. Isso possibilitou o entendimento dessas obras como verdadeiros veículos de disseminação de valores e ideias. A este respeito, Souza e Tavares (2016, p. 115) mencionam que:

No caso romano antigo, muitos desses intelectuais recorreram à elaboração de verdadeiras genealogias políticas (quase sempre, historicamente idealizadas) e à designação de certos elementos, grupos sociais e/ou instituições políticas como responsáveis pelo estabelecimento da ordem e da prosperidade econômica e social de Roma. E, tratando especificamente das instituições políticas, devemos destacar o fato de que o Senado romano foi representado e entendido por muitos desses intelectuais antigos não só como

o eixo gravitacional de todo o sistema político, mas principalmente como a instituição política que deveria promover as soluções para os momentos de crise que abalavam esse sistema. Dessa forma, o Senado romano foi alvo de várias reflexões ao longo da História romana antiga e, do enorme número de estudos que surgiram nesse período.

Durante muito tempo acreditou-se que a História era capaz de registrar os fatos em sua forma mais pura. Porém, de acordo com Maria Aparecida de Oliveira Silva e Taíse Figueira Motta (2008), depois que a História se abriu para novas perspectivas, os pesquisadores perceberam que as diferentes interpretações variavam de acordo com os propósitos dos autores, e isso mostra como o intérprete determina como a narrativa será constituída, já que sua história pessoal interfere em suas análises.

As mudanças que ocorreram no fazer histórico possibilitaram o descobrimento de fatos omitidos, e isso resultou em uma História voltada para novos objetos e aberta a novas interpretações.

Assim, devido ao fato de a História buscar compreender a sociedade através de diversos olhares, podemos concluir que a concepção de Aristóteles sobre o poeta e o historiador é muito semelhante à concepção atual de historiador na Antiguidade, uma vez que a verossimilhança é fruto da nossa capacidade intelectual de criar textos de fácil compreensão para demonstrar a habilidade na interpretação de fatos.

Daí a importância em analisar o discurso produzido pelos autores antigos, devemos questionar a visão predominante do debate historiográfico contemporâneo sobre os efeitos da retórica na escrita histórica greco-romana, que são considerados como relatos fantasiosos voltados apenas para o culto da estética retórica. Assim, nessa linha de pensamento, o declarado interesse do historiador pela investigação da verdade e pelo registro de eventos importantes à história de gregos e romanos seria o resultado de uma manobra retórica. Vemos então a historiografia greco-romana reduzida a meras histórias sem nexos, contadas por escritores alheios aos acontecimentos sociais, e que sempre tentavam persuadir seus leitores de que os fatos narrados eram a expressão da verdade. Diante do exposto, concluímos não ser possível pensar a escrita dos antigos de forma tão simplista (SILVA; MOTTA, 2008, p. 153).

Marinalva Vilar Lima e Michelly Pereira de Sousa Cordão (2010) apontam que a diferença substancial entre gregos e romanos é que, para os últimos, o termo História ou memória estava relacionado à escrita sobre os acontecimentos. Isso posto, a História não se diferenciaria da poesia somente por narrar o que aconteceu, de acordo com o que Aristóteles afirmava, mas também por fazer um exercício de investigação do passado através de indícios que o evocam.

Como toda ciência, a História tem também os seus limites: nem sempre o passado que gostaríamos de conhecer deixou vestígios documentáveis e as teorias históricas não são verdades absolutas, mas propostas de organização do passado que mudam com o tempo. Os limites mais importantes, no entanto, são aqueles dos quais não temo consciência. É o caso das grandes formas, como a História Antiga e outras. Elas possuem um acentuado caráter ideológico, que é preciso reconhecer e criticar. Mas a crítica por si só, não basta. É preciso reescrever essa história de modo que faça sentido ao presente e que seja explícito (GUARINELLO, 2019, p. 173).

Com relação ao gênero biográfico, o qual iremos tratar neste capítulo, não há um consenso sobre sua origem. De acordo com Massimo Manca e Francesca Rohr Vio (2010), podemos encontrar narrativas de caráter biográfico desde Homero, mas foi somente após o século IV a.C. que esses resquícios se tornaram mais contundentes.

Para Momigliano (2004), os princípios da biografia pertencem à sociedade persa, pois, de acordo com este pesquisador, Dario teria realizado a primeira autobiografia ao deixar um relato sobre si mesmo em uma rocha. Para ele, os socráticos foram os primeiros a realizarem experimentos com esse tipo de texto, colocando-o em limiar entre ficção e fato. Dessa maneira, os socráticos passaram a trabalhar com aspectos que não eram do interesse dos historiadores, uma vez que não atendiam à proposta de buscar e transmitir fatos, mas sim de traçar o caráter de um indivíduo em relação à sociedade na qual estava inserido. O homem era compreendido como símbolo de um todo e seu valor era medido de acordo com suas atitudes e pensamentos — características relacionadas aos seus significados no contexto do coletivo, e não da vida privada.

Nigel Hamilton (2007) acredita que as raízes das biografias romanas estão ligadas aos registros fúnebres, visto que havia a tradição das *laudationes* fúnebres e os *tituli*⁶. Essa tradição se tratava de uma cerimônia realizada após a morte de um membro das elites, em que havia o proferimento de um discurso, no qual as glórias do morto se uniam às de seus antepassados. Uma espécie de máscara funerária era feita para ser exposta no átrio da casa familiar, junto com uma inscrição sobre a vida do falecido.

A biografia e a História demonstraram ao longo do tempo relações de alteridades. A esse respeito, Arnaldo Momigliano (1971), em suas análises, destaca que a divisão entre biografia e História é fruto da historiografia grega, na qual a biografia e a História divergiam

⁶ “A enumeração das honras da família entronca na prática romana de conservar no átrio as imagens dos antepassados, acompanhadas dos *tituli* que as identificavam e enumeravam os cargos civis e militares dos ilustres representados, reunindo informações genealógicas, honoríficas e fisionômicas. Por sua vez, as *laudationes* funebres incluíam como tópico essencial o elogio dos antepassados do defunto tal como já acontecia no *encomium* grego” (BRANDÃO, 2011, p. 322).

em seus modos de expressão. A primeira era descritiva e se dedicava a celebrar ou a estudar a natureza do homem, e a segunda era narrativa e destinada a mostrar a mudança.

A biografia grega orienta-se pela análise do personagem na sua sociedade, suas atitudes, seus valores, seus méritos e suas falhas. Enquanto a História era situada ao lado dos acontecimentos coletivos, a biografia era colocada à parte, como uma análise dos fatos e atitudes de um indivíduo (JOSÉ, 2016, p. 77).

Em torno do século I a.C., quando a biografia adentra o território romano, ela ganha destaque e se torna uma ferramenta para a propagação de ideias político-filosóficas, que eram motivadas pelo interesse pela vida humana e suas relações sociais, políticas, religiosas, bem como pelas suas atividades de lazer. Dessa forma, conforme Danielle Chagas de Lima (2012, p. 88), a biografia romana:

É, então, resultado das influências de seus próprios rituais laudatórios, com características encomiásticas, e da biografia helenística. Obtendo uma notável importância no período imperial, a biografia servia como um meio didático de se propagar e comparar costumes, além de se tornar um instrumento político que não necessariamente fazia as vezes de panfleto propagandístico das ideias vigentes.

Por conseguinte, podemos perceber como o período do século I a.C. ao século II d.C. está marcado tanto pela representatividade ideológica quanto pela sua produção e representação na cultura material e textual. A tradição romana e sua religiosidade embasam a construção de um ideal de mundo. Foi através desses princípios políticos, religiosos e ideológicos que Suetônio constituiu sua obra.

As biografias se destacaram entre os romanos no final do sistema republicano e do período imperial, pois eram utilizadas para narrar as vidas de generais, de senadores filósofos e, posteriormente, dos Césares e daqueles que integravam o cenário político-social do momento. Segundo Stephen Daitz (1960), existe uma tendência nos escritos romanos em direção à biografia. Isso é explicado pelo fato de que, do ponto de vista dos historiadores romanos⁷, os indivíduos desencadeavam os eventos.

⁷ Utilizaremos desta nomenclatura como forma de diferenciação entre aqueles que escrevem Biografias e aqueles atribuíram, ou tiveram atribuído, a seus relatos o título de História. Como tentamos explicitar anteriormente, na Antiguidade há uma linha muito tênue entre História e Biografia. Além disso, a História, empírica e científica com a qual trabalhamos atualmente não é a mesma História à qual escritores da Antiguidade se referem. Mudou-se a maneira de se interpretar o que se conhece e nomeia-se por História, além dos meios e métodos de escrevê-la.

Além disso, quando entendemos como o Principado Romano nasceu e se consolidou, podemos perceber o papel da biografia nesse período.

Caio Júlio César foi um personagem político muito importante do cenário republicano romano. De acordo com José (2011), César nasceu por volta de 100 a.C. e pertencia a uma antiga família de patrícios, os *Iulii Caesarii*. Segundo Luciano Canfora (2002), Júlio César desempenhou vários cargos e magistraturas no seio da administração romana. Assim, ascendeu politicamente, militarmente e socialmente. Zvi Yavetz (1983) evidencia que César se provou ser um ótimo estrategista político, e isso pode ser demonstrado pela formação do Primeiro Triunvirato Romano, através do qual Júlio César se tornou um dos principais homens em meio à sociedade romana. Com o fim deste pacto governamental, César, além do senado, se torna o único à frente do governo de Roma e lança as bases do sistema político que, através de seu herdeiro, se tornaria o Principado Romano.

Era um novo sistema político, denominado por Karl Galinsky (2012) como “Constitution Plus”, que pode ser exemplificado pela forma como Augusto mantém-se no poder, apoiado por títulos constitucionais, a *potestas* e sua *auctoritas*.

Com relação a *auctoritas*, Dominique Monge Rodrigues de Souza (2019) aponta que não há consenso na historiografia sobre sua definição e relevância para o desempenho das atividades imperiais. Os estudos que tentam definir a *auctoritas* de Augusto se baseiam na interpretação do seguinte trecho da *Res Gestae* (34,5): “Depois deste tempo, eu superei a todos em *auctoritas*, embora eu não possuísse mais *potestas* do que aqueles que eram meus colegas em cada magistratura”.

De maneira geral, os pesquisadores colocam em oposição o desempenho da *potestas* e *auctoritas*. Nesse sentido, segundo Alison E. Cooley (2009), a *auctoritas* se manifesta como uma autoridade informal, associada ao prestígio pessoal e à influência. Já a *potestas* caracterizaria um poder formalmente instituído no âmbito do desempenho de magistraturas, como o consulado e a pretura. *Auctoritas* aparece nestes estudos como um poder ilimitado, moral e superior, como podemos observar no seguinte trecho: “*Potestas* era um poder estático, *auctoritas* dinâmico e performático que, portanto [...] precisava constantemente ser reobtido” (GALINSKY, 2012, p. 70-71, grifos do autor). Para Gregory Rowe (2011), essas afirmações resultam de distorções de significados da *auctoritas* de Augusto. Este autor ressalta que apesar de concordar com o fato de que *auctoritas* configurava prestígio e influência, não havia esse significado transcendental que a bibliografia insiste em atribuir a esse poder (ROWE, 2013).

O próprio título de *Princeps* pode ser usado, também, para explicitar o Principado, já que este é um título republicano, que denomina o primeiro dos homens dentro do Senado Romano e não demonstra ligação com a monarquia. Galinsky (2012) destaca ainda que, mesmo com toda sua *auctoritas*, Augusto ainda precisava da *potestas*, do poder instituído, para legitimar-se diante da sociedade de Roma.

Desta maneira, Augusto buscou conciliar práticas republicanas com as ideias que permeavam em seu tempo, e que seriam a base do Principado romano. Como podemos perceber no trecho abaixo:

O espírito conservador dos romanos não concebia muito bem que se pudesse conduzir a uma mudança radical práticas provadas pelo uso e que o tempo havia demonstrado que agradavam aos deuses, mas o seu sentido das realidades advertia-os, também, de que estas mesmas práticas deviam, fatalmente, adaptar-se bem ou mal, às novas condições impostas pelos acontecimentos (GRIMAL, 1992, p. 42).

Silva (2012) aponta que o Senado se mantinha como o supremo conselho de magistraturas, porém, mesmo que pudesse discutir os assuntos do Estado em conselho com o Imperador, a decisão final deveria vir de Augusto. O papel do Senado era também recrutar os governadores das províncias. Augusto optou por reduzir o número de membros do Senado, mas não diminuiu suas funções, pelo contrário, aumentou-as. Contudo, a força desse órgão acabou deixando de ser propriamente política, e passou a ser administrativa.

Segundo José (2011), durante o Principado Romano o centro do poder político muda, passando a centrar-se no *Princeps*, assim como a periodização, que passa a ter como marco a administração de cada Imperador. Tudo isso influenciou toda a produção literária, analítica e histórica, e fez também com que a análise biográfica mudasse seu foco, passando a relatar de forma mais extensa o governante, o indivíduo, sua vida e seus atos.

Ao longo do tempo, segundo Antônio Silveira Mendonça (2007), esse gênero textual foi ganhando forma em Roma, devido ao contexto político e social de cada período. O aparecimento de líderes políticos autocráticos e as diversas lutas políticas fizeram com que muitas obras biográficas surgissem para registrarem, de forma pessoal, as vidas desses homens e os eventos da época. Esse aspecto é reiterado por José (2016, p. 78):

Além disso, a biografia, neste momento, era uma poderosa arma política, uma vez que podia exaltar o caráter de um determinado homem ávido pelo poder ao mesmo tempo em que podia denegrir seus inimigos políticos. Nota-se, claramente, que a biografia denotava, neste momento histórico específico, características mais politizadas, as quais apareceram em outras épocas da História romana.

Segundo Janet Fairweather (1974), elogios retóricos e os *exempla*⁸ contribuíram muito para a escrita das biografias, e é importante destacar que, muitas vezes, os autores utilizavam-se de materiais de outros escritores. Os trabalhos de caráter genealógico, assim como as histórias sobre lugares, obras de arte, inscrições e epitáfios também foram incluídos na composição das biografias.

Alguns estudos mais modernos ainda não levam em consideração o contexto, a produção e a recepção das biografias, o que leva à interpretações equivocadas. Para os antigos, a dedução de informações e a construção de histórias são possíveis dentro da criação biográfica, mesmo que não pareçam contribuir para o trabalho historiográfico.

As narrativas e as anedotas seguiam um certo modelo padrão de criação: a vida imoral, a origem sem apreço e outros temas, não necessariamente anedóticos, mas imprescindíveis nas biografias, como a carreira de estudos, a filiação a uma ou outra corrente filosófica, por exemplo. Todas essas informações, muitas vezes, tinham uma função na biografia: a criação de um contexto comum aos personagens, com o intuito de engrandecer os feitos e a vida do biografado. Portanto, seu caráter fictício era aceitável na construção do gênero e deve ser vista com atenção pelos estudiosos modernos, sem recair em julgamentos negativos que não caberiam a esse tipo de produção. Algumas vezes, histórias miraculosas ou maravilhosas eram empregadas nesse sentido; eventos mitológicos também serviam para ilustrar algum evento ou mensagem que estivesse relacionado ao personagem (LIMA, 2012, p. 92).

Philippe Levillain (2003) conclui que o status da biografia é historiograficamente incerto e que ela acumula um conjunto de características que lhe garantiram a qualificação de gênero textual no século XIX.

1.3 AS VIDAS DOS DOZE CÉSARES, DE SUETÔNIO E A ESCRITA BIOGRÁFICA

Precisamos ter a consciência de que as biografias de Suetônio devem ser analisadas como uma fonte histórica construída com base no contexto do autor, e não de seus biografados, afinal, muitos deles estão temporalmente distantes do período em que a obra *As Vidas dos Doze Césares* foi produzida. O caráter do biografado e suas especificidades são escolhidos através de eventos diversos que aconteceram em diferentes períodos de sua vida e, para comprovar certa característica, é dado um ou mais exemplos da vida do personagem,

⁸ Os *exempla* eram “história exemplares” que revelavam o modelo romano de homem ideal da época. Eram vistos, sobretudo, como instrumentos de orientação para a conduta de homens poderosos.

fator que demonstra como na Antiguidade é possível encontramos o princípio de um processo de privatização do homem e de sua vida (BAKHTIN, 1988).

Esta obra acumula notícias, tanto favoráveis quanto desfavoráveis, em torno de pontos como nascimento, educação, características físicas, interesses intelectuais, relações sociais, casamentos, filhos, origem familiar e dos antepassados, ascensão ao poder, vida militar, entretenimentos promovidos, presságios, obras, jogos realizados, vida moral e morte. Além disso, Suetônio retrata os vícios e as virtudes dos governantes e, através de sua visão sobre a sociedade romana, suas bases políticas, sociais e religiosas, ele demonstra a macro visão de um mundo na transição do I século para o II século d.C. Suetônio apresenta peculiar curiosidade pelas particularidades dos seus personagens e, segundo Ettore Paratore (1987, p. 777-778), “a sua história é o exemplo mais típico daquilo que se costuma chamar a história do grande homem, visto pelo seu criado de quarto”.

Embora grande parte da obra tenha como foco narrar as manias dos Imperadores, as informações históricas possuem um valor indiscutível. Sobre isso, Carlos Heitor Cony (2003, p. 7) afirma que:

Suetônio resiste ao tempo. Suas doze biografias formam um dos inarredáveis alicerces de qualquer cultura humanística. No mundo ocidental – e enquanto houver mundo ocidental - Suetônio terá sua sobrevivência histórica e literária garantida, não tanto pelos próprios méritos, mas pelo volume das informações que nos legou sobre alguns dos homens mais importantes de uma era realmente importante, aquela que dividiu o mundo em antes e depois.

De acordo com Paratore (1987, p. 778), “Suetônio, também revela, contudo, à sua maneira, a urgência ainda viva de resolver os problemas deixados em herança pelo atormentadíssimo primeiro século do império”.

Suetônio descreve os Imperadores como homens comuns que se embaraçam em suas práticas excêntricas. Oliveri Valls (1983, p. 40) retrata isso quando menciona que “‘*As Vidas*’ de Suetônio estão mais interessadas no homem do que no Imperador, mais no mundo de seus entes queridos e em suas atividades diárias do que na vida imponente do imenso Império que esses homens governavam”.

1.4 SUETÔNIO, O BIÓGRAFO IMPERIAL

A data em que Caio Suetônio Tranquilo teria nascido é bastante controversa entre seus pesquisadores. De acordo com Alcide Macé (1900), esta seria por volta de 69 d.C., já para

Theodor Mommsen (1996), seria em um período bem posterior, aproximadamente em 77 d.C. Dessas visões discordam Charles Prince Jones (1986) e Syme (1981), os quais sugerem uma data mais aproximada de 70 d.C. A data de sua morte, de acordo com Aldo Eustáquio Assir Sobral (2007), seria entre os anos 140-150 d.C.

Segundo André Luiz Leme (2015), Suetônio era descendente de uma família que não apresentava tradição importante ou riquezas. Seu pai era um oficial do exército, um tribuno da décima terceira legião que lutou em Bedriaco. Porém, apesar de não possuir grandes posses, Suetônio fazia parte de um grupo social privilegiado, os “equestres”, que foram aqueles que conseguiram enriquecer e ganharam projeção política durante a expansão do território romano. Essa posição social o possibilitava de fazer parte da administração pública.

Pouco se sabe sobre a origem exata da família de Suetônio, e Robert Meigs (1973) nota no texto suetoniano a ausência de uma preocupação maior com as províncias, terras distantes ou pela política externa romana. Ele não menciona um local de origem ou uma identificação com determinada região. Para Meigs (1973), essa omissão pode indicar que Suetônio não nasceu romano. Apesar dos inúmeros estudos acerca de sua origem, a única informação comprovada sobre o autor é que, partindo dos cargos ocupados por ele e sua família, tratavam-se de pessoas que possuíam cidadania romana. Para G.B. Townend (1959), Suetônio seria oriundo de Hippus Regius, região pertencente à África romana, atual região algeriana de Annaba. Já nas concepções de J.A. Crook (1957) e de J. Gascou (1976), ele não teria nascido em Hippo, mas sim visitado a cidade em companhia de Adriano (JOSÉ, 2016).

Com relação à sua família, Wallace-Hadrill (1995) menciona a informação de que o contato da família de Suetônio com os Césares pode ser bem antigo, remetendo ao governo de Calígula:

O contato da família com os Césares estende-se por três gerações. O avô teve um contato indireto com a corte de Calígula: ele pode ter solicitado a uma das autoridades do palácio uma explicação acerca de um dos atos insensatos do Imperador, a ponte sobre a baía de Baiae. Isso não significa que o avô fosse ele mesmo um cortesão, mas sugere que, ainda jovem, estava em Roma, ao menos na periferia do círculo da corte imperial (WALLACE-HADRILL, 1995, p. 3).

Para José (2016, p. 112) tal acepção sugere um ponto importante sobre a vida de Suetônio:

Sua família, mesmo com a possibilidade de ser originária de uma província, na época de Suetônio, já pertencia ao meio imperial romano, chegando a participar, inclusive do círculo da corte imperial. Isto nos é de grande valor,

uma vez que pode ter direcionado Suetônio no desempenho de suas próprias funções no meio imperial, influenciando, também, a escrita de suas biografias imperais.

Suetônio “teria sido um estudioso da retórica e advogado, mas foi, sobretudo, um grande erudito. É também provável que ele tenha exercido a profissão de gramático” (FRANÇA; VENTURINI, 2013, p. 170). Sua carreira como afamado professor de retórica e advogado o fez conhecer Plínio, o Jovem, que se tornou seu amigo, o que pode ser provado através da carta que Plínio escreve para Trajano, na qual foi requisitada a concessão do *Ius trium liberorum*⁹ para Suetônio.

Plínio era um homem que tinha uma relação muito próxima com o Imperador, e que alcançou os cargos de questor, tribuno da plebe, pretor, cônsul e até mesmo de governador da Bitínia, durante o governo de Trajano. De fato, Plínio possuía uma relação muito próxima a Trajano, contato que oportunizou ao primeiro uma série de solicitações por meio da troca de favores pessoais. Essa amizade trouxe muitas vantagens para Suetônio que, além de conseguir cargos importantes, adentrou no universo da política romana. Já na época do Imperador Adriano, Suetônio desempenhou o cargo *magister epistularum*, espécie de secretário particular.

Essas funções permitiram que nosso biógrafo tivesse acesso a arquivos imperiais e os utilizasse em seus estudos sobre a Antiguidade. No cargo de *ab epistulis*, conheceu o prefeito do pretório de Adriano, Septício Claro, que lhe apresentou a diversas pessoas consideradas importantes na sociedade romana, o que favoreceu ainda mais os seus estudos.

Suetônio produziu muitas obras de temas diversificados, como a linguística, as manifestações teatrais, os jogos e espetáculos gregos e romanos, o vestuário, o calendário romano, bem como as vidas de homens romanos ilustres. Dessa forma, podemos perceber que estamos lidando com um estudioso que teve contato com diversas fontes para realizar suas pesquisas. Sua posição dentro do meio imperial facilitou seu trabalho, uma vez que ele pôde ter acesso a documentos de difícil acesso, como obras, relatos e correspondências oficiais. Isso fez com que as obras suetonianas fossem marcadas pela grande quantidade de detalhes e informações que não são encontradas em outros trabalhos daquele tempo.

⁹ Todos os pais de três filhos não tinham a obrigação dos deveres relacionados à munificência pública. Para conseguir esse direito, Suetônio precisou recorrer a Plínio, pois não teve filhos. “*Huic ius trium liberorum necessarium faciunt duae causae; nam et iudicia amicorum promeretur et parum felix matrimonium expertus est, impetrandumque a bonitate tua per nos habet quod illi fortunae malignitas denegavit*”. Plin. Ep. (X. 94. 2)

Além disso, Suetônio menciona outros documentos que utiliza, por exemplo, citações de outros autores como Cícero, Cremúcio¹⁰ e até o próprio César, tal qual as Atas do Senado, inscrições e obras arquitetônicas.

Pouco de sua produção sobreviveu até os dias atuais, porém, sua obra *De Vita Caesarum*, objeto do nosso trabalho, foi conservada quase que por completo, faltando apenas a dedicatória proeminal, feita para Septúcio Claro, e o começo da vida de Caio Júlio César. A obra não se mostra como uma biografia isolada ou a história de um cidadão-imperador, mas sim como um universo de acontecimentos relativos a doze governantes: Júlio César, Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Otão, Vitélio, Vespasiano, Tito e Domiciano.

De acordo com José (2016), foi através dessa obra que o autor ganhou prestígio, tornando-se, inclusive, uma das principais referências atuais com relação ao Império Romano. Nela, Suetônio descreve a vida dos personagens através de uma consulta minuciosa a vários documentos, demonstrando, contudo, sua visão acerca dos biografados.

A obra é fruto direto da vivência do autor, posto que Suetônio desempenhou cargos importantes em meio à sociedade imperial romana, tal como a função de *ab epistulis*, que o tornava parte do *concilium principis*. Em outras palavras, Suetônio era responsável pela correspondência latina do Império, o que lhe possibilitou o contato com informações privilegiadas acerca dos Imperadores, suas famílias, seus feitos e suas administrações.

Além disso, em nossas análises, podemos perceber que suas descrições acerca de personagens femininas variam de acordo com a posição social destas e de suas famílias. Assim, quase sempre as mulheres são utilizadas com instrumentos retóricos para avaliar a forma como os homens ao redor governavam suas famílias, ou até mesmo o Império.

Em seu tempo livre, Suetônio dedicou-se aos estudos, refletindo sobre os costumes das pessoas de sua época, elaborou diversas obras sobre os principais personagens de seu tempo e foi, acima de tudo, um observador das intimidades das camadas mais abastadas romanas, um curioso que nos presenteou com uma visão pessoal e sem cerimônias das imperfeições dos Imperadores e das intrigas que dividiam as elites.

Para Sady Garibaldi (1956, p. 13), tradutor da versão em português da obra, Suetônio foi um:

Estudioso dos costumes de sua gente e de seu tempo, escreveu grande cópia de obras eruditas, em que passa em revista as principais personagens da época. Foi sobretudo um indiscreto devassador das intimidades da corte

¹⁰ Escritor do fim do século I a.C. e início do século I d.C., possível criador de Anais.

romana, dando-nos uma visão íntima e sem cerimônias dos vícios dos Imperadores e das picuinhas que dividiam a nobreza.

Para compreendermos melhor a forma como a obra de Suetônio foi produzida, precisamos contextualizar a dinastia Antonina. Segundo Deivid Valério Gaia (2020), essa foi a terceira do Império romano e teve sete soberanos entre 96 e 192 d.C.: Nerva (96-98), Trajano (98-117), Adriano (117-138), Antonino Pio (138-161), Marco Aurélio (161-180), que governou com Lúcio Vero (161-169), e Cômodo (180-192). A grandeza dessa dinastia foi exaltada por autores da época, como Plínio, o Jovem e Élio Aristides, e ela foi imortalizada como o período áureo da *pax* e da *libertas* romanas.

Gaia (2020) aponta que a forma como os imperadores foram retratados na historiografia tradicional romana é um reflexo da relação destes com as prerrogativas senatoriais. Como essa historiografia foi fortemente influenciada pela ideologia senatorial, aqueles que eram considerados amigos do senado foram bem representados, enquanto os considerados inimigos, não o foram. Gaia (2020, p. 177, grifos do autor) aponta que “Essa dinastia, em grande parte, repousou sobre o equilíbrio entre o poder civil e militar e ficou conhecida como a dinastia da ‘adoção do melhor’, um mito que até hoje ronda a historiografia”.

Os escritores desse período, também muito marcados pela ideologia senatorial, como Suetônio, Plutarco, Tácito, Aristides, Herodiano e Dión Cássio, ao fazerem críticas aos seus predecessores, elogiavam sua própria época.

Porém, quando temos contato com uma documentação e opiniões diversificadas, enxergamos essa época de forma mais complexa e nos deparamos com o questionamento com relação a tradicional mentalidade senatorial romana, que determinou que os imperadores fossem apresentados como bons ou maus. A questão é que, como há uma escassez de documentação para se fazer uma comparação, os textos de origem senatorial acabaram sendo a maioria e essa visão acabou se tornando tradicionalmente a mais conhecida e apresentada.

Os escritores, historiadores e biógrafos da época antonina não ousaram criticar a vida de seus próprios soberanos como fizeram com outros, por razões óbvias. Embora o regime fosse louvado, pelo menos no campo da retórica, como o reino da paz e da liberdade, a realidade era diversa. Se o imperador não gostasse de sua própria história ou biografia, o risco de morte do escritor seria considerável. Quase tudo que se conhece sobre o Império Romano foi escrito na época Antonina, pois a maior parte dos escritores, historiadores e biógrafos que chegaram à atualidade, viveram nessa época: Plínio, o Jovem, Tácito, Suetônio, Aristides, Plutarco e outros. Eles tinham algo em comum, pois de modo geral, eram bastante influenciados pela ideologia senatorial (GAIA, 2020, p. 206).

Assim, é importante entender a perspectiva senatorial como um dos muitos elementos da sociedade romana e não como um todo. Os escritos que chegaram até nós sobre a dinastia Antonina devem ser compreendidos como uma “representação” da visão de mundo da ordem senatorial. Isso fica claro, de acordo com Gaia (2020), quando esses autores, baseados nessa perspectiva, apontaram os problemas de seu período escrevendo sobre o passado de Roma.

1.5 AS VIDAS DOS DOZE CÉSARES

As Vidas dos Doze Césares é caracterizada de formas diferentes, podendo ser vista como uma obra de caráter literário, histórico, fictício e anedótico. Isso acontece porque, como já salientamos, o gênero biográfico traz características próprias de acordo com a sociedade da qual faz parte e se modifica segundo as necessidades da época e das intenções de seus autores. A este respeito, José (2016, p. 93) aponta que “Ao se tratar especificamente de Roma, este gênero de escrita possui certa tradição, contudo, ao mesmo tempo, oferece uma variedade de modelos e métodos que variam de acordo com o período e com a visão e os objetivos propostos pelo biógrafo”.

Constituída por oito livros, essa obra abrange diversas biografias que se conectam através da sucessão imperial e dos eventos que interligam os Imperadores, legitimando todo o sistema político do Principado romano.

Não sabemos ao certo quando Suetônio concluiu a sua obra, no entanto, como ele dedicou seu trabalho ao prefeito do pretório, Septício Claro e, levando em conta que Septício exerceu o cargo entre 119 e 122 d.C., podemos estimar que foi esse o período de estreia do trabalho. Nessa época, o contexto político era o do começo do Principado de Adriano, que durou entre 117 e 138 d.C.

Para nos aproximarmos de uma periodização sobre a escrita da obra, faz-se necessário apontar que, desde o Principado de Trajano, que durou entre 98 a 117d.C., Suetônio já fazia parte da administração romana, na qual teve acesso por anos às informações documentais que seriam a base seu trabalho.

Com relação à estruturação da obra, podemos perceber que alguns biografados ganharam mais atenção do que outros. Suetônio se mostrou mais dedicado a escrever sobre as vidas dos primeiros Césares, principalmente Júlio César e Augusto. A teoria de Leme (2015) para explicar esse fato é a de que o autor teve a intenção de analisar o movimento de surgimento e fortalecimento do Principado romano. Isso demonstra que o trabalho de

Suetônio foi responsável por avaliar um momento marcante da História de Roma: o nascimento e estabelecimento do poder pessoal e centralizado na política romana.

O sucesso da obra de Suetônio, segundo Levillain (2003), se dá pelo fato de ele conseguir dividir a História imperial da biografia imperial. Suetônio e sua biografia tinham como meta a desmistificação, e iam na direção contrária do elogio. O uso desse método só foi possível devido ao seu status de secretário imperial, que o colocava em contato com informações exclusivas, e ao exercício da memória oral em conjunto a quase contemporaneidade dos biografados.

A obra, porém, enfrentou diversas críticas, como analisa Gino Funaioli (1949, p. 28): “Suas biografias são uma coleção de particularidades variadas, sem uma figura claramente delineada ou uma figura viva: o trabalho de um literato que viveu fora do mundo, não de uma personalidade forte que tenha vigor de estilo¹¹”.

Podemos perceber que Funaioli (1949) não considera sério o trabalho de Suetônio, assim como outros analistas, que acreditam que ele havia falhado como escritor, sendo, talvez, apenas um biógrafo exótico.

Porém, é importante ressaltar que, mesmo que a crítica tenha distanciado as produções desses dois autores antigos (Tácito e Suetônio), ambos demonstram ter ideias muito semelhantes sobre os Imperadores e o Senado romano, talvez pelo fato de que fizeram parte, por algum tempo, da mesma sociedade e do mesmo círculo literário intelectual liderado por Plínio.

Com relação à obra em questão, Paratore (1987, p. 775) expressa:

Também nas biografias dos imperadores, Suetônio abstém-se de um juízo preciso, de natureza histórica e política; do amontoado quase indiscriminado das particularidades boas e más, é difícil, muitas vezes, deduzir também seu juízo de ordem moral que, contudo, segundo a tradição helenística era para ele mais importante.

Valls (1983) declara que, nessa obra, não há preocupação com a moral e nem com os ideais políticos, e ainda define Suetônio com uma personalidade quase que mesquinha. Todavia, após comentários negativos, ele reconhece valor da obra: “O que em nenhum caso pode ser negado à produção suetoniana é seu valor como um testemunho inestimável de um determinado momento da evolução cultural do mundo antigo” (VALLS, 1983, p. 47). Já Settimo Lanciotti, em *Introduzione da Vite dei Cesari* (1968), faz o processo contrário:

¹¹ Tradução nossa.

primeiro valoriza *As Vidas dos Doze Césares* e suas fontes, destacando sua importância, para depois resumir seu texto com uma finalização tendenciosa e irônica.

Outro ponto ressaltado pela crítica negativa, como feito por Régis F. Martin em sua obra *Les Douze Césars: Du mythe à la réalité* (1991), é o fato de Suetônio ter sido secretário de Adriano, levando à crença de que ele pudesse ter feito a obra para bajular o Imperador.

Eugen Cizek (1997, s.p.) apud França; Venturini (2009, p. 6), especialista em Suetônio, diz: “Contudo, seria errado excluir Suetônio das estruturas procedentes da evolução do tipo literário que aborda e sobretudo das realidades sociais, políticas e estéticas, que a sua época valorizou”¹².

O autor cita outros críticos que apresentam uma análise moderada para *Vidas*, como Hans Dexler, que tenta provar que Suetônio dispõe sua obra de forma correta. Ao autor alemão Wolf Steidle é atribuída à valorização da obra de modo geral.

Cizek (1977) acredita que Wolf Steidle revolucionou o estudo sobre Suetônio, possibilitando seu renascimento como um autor mais reconhecido e mais bem avaliado pela crítica. Segundo ele “A revelação de Suetônio foi portanto obra de Wolf Steidle. O cientista alemão desencadeou uma verdadeira revolução nos estudos suetonianos, cujo o trabalho tirou a ideia que Tranqüilo era capaz de julgar e intervir na narrativa” (CIZEK, 1977, p. 33)¹³.

De acordo com José (2016), desde o século passado podemos perceber que os estudos sobre a obra *As Vidas dos Doze Césares* aumentaram, e pesquisadores do mundo todo passaram a analisá-la com uma nova visão, considerando os aspectos históricos, analisando as características da obra, assim como o contexto do autor e de cada biografado. Os historiadores começaram a buscar novos objetos de estudos com base em diversas perspectivas, “Para além de biografias, os escritos suetonianos receberam o título de históricos, deixando assim, suas pegadas nas areias transitórias da História” (JOSÉ, 2016, p. 98).

1.6 BIOGRAFIAS DE CALÍGULA, CLÁUDIO E NERO

Nesse momento, para que possamos analisar como as biografias são estruturadas, abordaremos a forma como Suetônio descreve três de seus doze biografados: Calígula, Cláudio e Nero. A escolha desses Imperadores em específico ocorreu devido à relação direta que todos tiveram com Agripina Menor, já que Calígula era seu irmão, Cláudio foi seu segundo marido e Nero seu filho.

¹² Tradução nossa.

¹³ Tradução nossa.

Para compreendermos melhor os princípios utilizados por Suetônio para analisar as atitudes de cada um, faz-se necessário apresentar Germânico, um personagem de extrema importância neste trabalho, visto que este serviu como uma espécie de modelo de governante ideal na obra de Suetônio.

Germânico era filho de Antônia Menor e Nero Cláudio Druso, e neto de Marco Antônio. Tornou-se um comandante militar de muita popularidade e, segundo Joyce Salisbury (2001), por apresentar uma personalidade carismática, Germânico era muito querido pelo povo romano, que, inclusive, desejava vê-lo no posto de Imperador.

Ele foi adotado por Tibério — *Princeps* na época — e era um dos dois possíveis sucessores, o outro era Druso, filho biológico de Tibério. Rodrigo Furtado (2010) destaca que ele ganhou influência e experiência em cenários de guerra como a Panônia, a Germânia e até mesmo no Oriente. Além disso, Ricardo Nobre (2010) aponta que Germânico conquistou o respeito de todos, inclusive dos reis e nações estrangeiras.

Rodrigues (2008) ressalta que Germânico se mostrava contra o absolutismo político centrado na figura de um *Princeps imperator*, e talvez este seja mais um ponto que fez com que Suetônio o admirasse, elogiando-o em sua obra.

Em 19 d.C., Germânico morreu em Antioquia durante uma campanha. Essa morte foi cercada por polêmicas, haja vista que tanto para autores da época quanto para os historiadores atuais, permaneceu a dúvida se esta havia sido um acidente ou se fora uma armação de Tibério. Agripina Maior, sua esposa, tinha certeza de que o marido havia sido assassinado e não poupou esforços para provocar histeria no povo romano (SALISBURY, 2001). De qualquer forma, de acordo com Furtado (2010), mesmo anos após a morte de Germânico, a lembrança de sua popularidade se manteve e seus descendentes e familiares passaram a carregar a expectativa de se igualar a ele. É por essa razão que torna-se necessário conhecer a figura de Germânico, afinal, sua imagem foi usada por Suetônio por diversas vezes para julgar o comportamento daqueles que, por descenderem do mesmo sangue que o famoso comandante militar, decepcionaram por não serem como ele.

1.6.1 Calígula

Caio Júlio César Germânico tem sua vida descrita na obra de Suetônio em duas partes: “*Hactenus quasi de principe, reliqua ut de monstro narranda sunt*” (Suet. Cal. 22.1) (“Até aqui falamos, por assim dizer, de um príncipe; quanto ao resto, temos de narrá-lo como quem

fala de um monstro”)¹⁴. Essa divisão não se preocupa em seguir uma ordem cronológica, apesar de demonstrar que existiu uma transformação de um início bom para um desenvolvimento ruim.

Nosso biógrafo se atenta assiduamente em destacar os vícios do Imperador, trabalhando com um vasto repertório de *exempla*. É importante lembrar o quanto Suetônio prezava pelas virtudes em um governante, isso fez com que ele demonstrasse um repúdio muito grande com aqueles que se deixavam levar pelos vícios. Além disso, havia uma espécie de esperança no momento em que Calígula assumiu o poder, visto que ele era filho de Germânico, um homem que, como já foi dito, era muito querido e reconhecido pelo povo, inclusive por Suetônio, que não economizou elogios a ele em sua obra.

De acordo com o autor, Calígula teria chegado ao poder prometendo satisfazer os desejos do povo romano e de toda humanidade, sendo visto como o *Princeps* mais almejado por todos, inclusive pela plebe, que se lembrava e tinha carinho por seu pai¹⁵. Suetônio ressalta que ele teria buscado a popularidade entre as pessoas, esforçando-se para agradá-las¹⁶, e que teria recebido o “direito de arbítrio dos homens”. Tal direito não conferia ao Imperador o poder absoluto, mas era uma forma de poder indicada pelo senado e pelo povo que demonstrava confiança e a responsabilidade de que o governante dispunha para gerar a paz.

Porém, na segunda parte da Vida de Calígula, Suetônio se dedica em demonstrar a maldade desse Imperador, relatando a sua natureza cruel e depravada¹⁷, além de se referir a ele como um “monstro”. Além do mais, os comportamentos considerados bons na primeira parte, aqui passam a ser observados sob um novo olhar, pois Suetônio descreve que Calígula tinha domínio na arte da *dissimulatio*, o que fazia com que o seu lado positivo ficasse sob suspeita de fingimento.

Suetônio também destaca seu humor ácido, que gerava um grande desconforto nas pessoas que o cercavam, chegando a ser ameaçador. É dito que, certa vez, o *Princeps* começou a gargalhar durante um banquete, e os cônsules lhe questionaram, de forma educada, o motivo do riso, e a resposta foi: “De que há de ser, disse ele, senão de que me bastaria um só aceno para vos fazer degolar aos dois imediatamente?”¹⁸.

¹⁴ Técnica biográfica que também podemos perceber na biografia de Nero (19.3). Baseamo-nos muito no que foi dito em Brandão (2009, p. 279- 282).

¹⁵Suet. Cal. (13,1) “*Sic imperium adeptus, populum Romanum, vel dicam hominum genus, voti comptem fecit, exoptatissimus Princeps maximae parti provincialium ac militum, quod infantem plerique cognoverant, sed et universae plebi urbanae ob memoriam Germanici patris miserationemque prope afflictae domus*”

¹⁶ Suet. Cal. (15,1) “*Incendebat et ipse studia hominum omni genere popularitatis*”.

¹⁷ Suet. Cal. (11,1)

¹⁸ Suet. Cal. (32,3).

A inveja é outro vício destacado pelo autor, e como exemplo temos a morte de Ptolomeu da Mauritânia, que teria ocorrido em virtude do brilho da púrpura de seu manto chamar muito a atenção durante um espetáculo. O que Suetônio omite, é que essa execução envolveu questões políticas¹⁹. Ele também comenta que o Imperador teria dado a ordem para que as estátuas de homens ilustres, vindas do Capitólio ao Campo de Marte, por ordem de Augusto, fossem derrubadas²⁰.

A depravação sexual de Calígula é outra característica levantada. Em *Vidas*, temos exemplos de seu abuso com mulheres e homens livres, além do incesto que ele cometia com suas três irmãs, principalmente com Drusila, por quem se apaixonou perdidamente (*Suet. Cal. 24.1*).

Em outra anedota, Suetônio relata que, certa vez, Calígula teve um encontro com alguns reis que tinham ido a Roma para homenageá-lo. Em uma conversa sobre a linhagem de cada um, ele teria dito “Que haja apenas um soberano, um só rei”, e isso foi visto, aos olhos do autor, como um desejo do Imperador em converter o Principado em uma monarquia.

Novamente destacando sua crueldade, Suetônio comenta que até mesmo com seus amigos e aliados o Imperador se mostrava impiedoso, pois teria destinado a muitos uma morte cruel²¹. Ele ainda destratava diversos senadores que haviam assumido altas magistraturas, tendo, inclusive, ordenado a morte de muitos, em sigilo²², haja vista que acusou vários de serem os delatores de sua mãe e irmãos. Além disso, Suetônio descreve as coisas hediondas que o Imperador dizia, como a frase repetida por ele diversas vezes: “Que me odeiem, desde que me temam”²³.

Outra característica muito explorada é a sua personalidade histriônica. Ainda na primeira parte da biografia, já é percebido sua dramaticidade excessiva, tendo como exemplo seu choro exagerado durante o transporte das cinzas de sua mãe e irmão “para que mais sobressaísse a sua devoção” (*Cal. 15*).

O biógrafo também reprova a paixão do *Princeps* por jogos. Ele comenta que o Imperador praticava as artes do gladiador trácio, do auriga, do cantor e do dançarino, que eram consideradas artes de menor valor, o que poderia indicar certa censura por parte do biógrafo.

¹⁹ Ver: Faur (1973, p. 248 -271); Gascou (1984, p. 420); Barrett (1989, p. 116-118); Antonelli (2001, p. 140-142).

²⁰ *Suet. Cal.* (34,1)

²¹ *Suet. Cal.* (26,1)

²² *Suet. Cal.* (26,2)

²³ *Suet. Cal.* (30,1)

O desprezo de Suetônio por Calígula também fica evidente em sua descrição física, pois é dito que ele apresentava assimetrias e excessos, como suas pernas e pescoço finos, testa larga e extrema palidez, que indicava um caráter devasso e frouxo, além de ser relacionado a um aspecto enfermo. Isso demonstrava a falta de equilíbrio até mesmo na aparência²⁴.

Em síntese, o juízo de Suetônio claramente expresso no decorrer das rubricas é de que Calígula foi *turpis* a fazer e desfazer casamentos (Cal. 25.1), que era possuidor de uma «crueldade de caráter» (Cal. 27.1); que «agravava os atos mais monstruosos com a atrocidade das palavras» (Cal. 29.1); que agia para com tudo e todos com «inveja», «perversidade», «arrogância», «crueldade» (Cal. 34.1); que «não poupou nem a sua *pudicitia* nem a dos outros» (Cal. 36.1); que «superou o engenho de todos os perdulários» (Cal. 37.1) e, exauridos os recursos, se virou para a *rapina* (Cal. 38.1) (BRANDÃO, 2016, p. 125).

Suetônio chega à conclusão de que o fim de Calígula só poderia ocorrer através da morte: “perante tal delírio báquico e tal devastação não faltou a muitos a coragem de o atacar”, escreve Suetônio, reforçando sua teoria de ele foi assassinado no momento em que planejava suas maiores atrocidades²⁵.

De forma habitual, o autor acrescenta a rubrica dos presságios que prenunciavam sua morte: o ataque de Júpiter, pois Calígula teria sonhado que este Deus tinha o empurrado com os pés; o simbolismo dos idos de março, que indicam a imolação de um tirano (Cal. 57.1- 3); além de que, durante um sacrifício, o sangue de um flamingo espirrou em Calígula, o que significaria que o homem e o animal estavam associados.

No meio de tantas confirmações da personalidade negativa de Calígula, Suetônio afirma ainda que ele possuía um forte desequilíbrio mental, o que resultava em seus vícios, sugerindo até mesmo que ele tinha ciência dessa condição (Cal. 50.2). O biógrafo ainda descreve que as pessoas estavam tão acostumadas com suas atitudes drásticas que, quando ele foi morto e a notícia se espalhou, muitos chegaram a pensar que isso não passava de mais uma artimanha, e que Calígula teria simulado a própria morte para descobrir o que pensavam sobre ele²⁶.

No decorrer de toda essa circunstância, destaca Suetônio, como ninguém de imediato fora declarado sucessor ao príncipe morto, o Senado teria se demonstrado unânime em querer reestabelecer a liberdade; os cônsules teriam convocado todos os senadores no Capitólio, dentre os quais, alguns, propuseram que se abolisse a memória dos Césares, e que todos os seus

²⁴ Suet. Cal. (51,1)

²⁵ Sue. Cal (49, 2)

²⁶ Suet. Cal. (LX,1)

templos fossem destruídos; outros, por sua vez, observaram que todos aqueles que levavam o prenome ‘Caio’ haviam perecido violentamente, a começar pelo primeiro deles, que fora assassinado. O modelo político do Principado, como verificamos, estava sendo repensado após as ‘desventuras’ de Calígula (LEME, 2015, p. 174, grifos do autor).

1.6.2 Cláudio

Tibério Cláudio César Augusto Germânico assume o poder aos 50 anos de idade, após uma situação descrita por Suetônio como uma casualidade: ele ter sido encontrado atrás das cortinas por um soldado, durante o tumulto do assassinato de Calígula, que o reconheceu e o saudou como Imperador²⁷.

Seguindo seu próprio modelo, Suetônio inicia a descrição da vida de Cláudio destacando seus pontos positivos, inclusive exaltando-o como o oposto do Imperador anterior. A modéstia e a simplicidade são elogios tecidos a esse *Princeps*, principalmente por ele ter renunciado ao título de Imperador e às honrarias consideradas exageradas²⁸. Sendo respeitoso com o Senado e com homens de grande poder, Cláudio conquistou a afeição de todos, inclusive do povo que, diante de um boato sobre morte do *Princeps*, se manifestou acusando soldados e senadores de traidores²⁹. Essa admiração do povo era resultado da administração de Cláudio, que se preocupava com o abastecimento de Roma, realizava as obras que eram requisitadas³⁰ e oferecia grandes espetáculos³¹.

Antes de tratarmos sobre a segunda parte dessa biografia, que ressalta os pontos negativos, torna-se necessário realizar uma retrospectiva da vida desse Imperador para compreender os motivos que levaram Suetônio a descrevê-lo da forma que veremos à seguir. Cláudio era irmão de Germânico, mas ao contrário dele, que era visto como um excelente militar e favorito na sucessão do poder, era conhecido por suas diversas debilidades físicas³², o que fez com que fosse excluído do grupo de homens da sua família que almejavam o Principado. Sua própria mãe, Antônia, a Jovem, repetia sempre que Cláudio era uma obra que a “natureza havia deixado sem terminar”³³. Além disso, Grimal (1993, p. 88) afirma que:

²⁷ Suet. Cl. (10,1-2)

²⁸ Suet. Cl. (12,1)

²⁹ Suet. Cl. (12,3)

³⁰ Suet. Cl. (20,1)

³¹ Suet. Cl. (21,1)

³² Suet. Cl. (2,1)

³³ Suet. Cl. (3,1)

[...] outrora considerado por Lúvia um ser incompleto, ridículo, e a quem Augusto recusara qualquer cargo oficial, para além de tirar augúrios, o que não implicava nenhuma verdadeira responsabilidade. Tibério, seu tio, tratara-o do mesmo modo. Fora um pouco mais bem aceito pelo sobrinho Gaio, que não se coíbia, porém, de o ridicularizar na vida quotidiana.

Foi somente no Principado de seu sobrinho que Cláudio teria recebido honras ao exercer o consulado, apesar de — como já relatado por Grimal — ter sido sempre ridicularizado por Calígula. Inclusive, quando o filho de Agripina Menor nasce, esta pede que seu irmão (Calígula) escolha o nome do bebê, e ele o faz voltando os olhos para o tio (Cláudio), sugerindo que aquele seria o nome escolhido. Porém, Suetônio explica que essa teria sido apenas uma brincadeira, visto que Calígula sabia que Agripina não aceitaria o nome pelo fato do tio ser apenas um brinquete³⁴.

Já em seu governo, Cláudio foi acusado por Suetônio de ser o primeiro César a comprar a lealdade de seus soldados, já que ele teria prometido uma quantia de quinze mil sestércios para cada um³⁵. A inconstância nos processos que eram instruídos e sentenciados pelo *Princeps* também é destacada na biografia, uma vez que ele se mostrava ora cauteloso e sábio, ora inflexível e impulsivo, o que resultava na falta de credibilidade por parte da população³⁶.

Com relação aos espetáculos realizados, que inicialmente foram elogiados, é dito que Cláudio costumava instigar as pessoas a rirem com seu entusiasmo, referindo-se a todos como “meus senhores”³⁷. Suetônio aproveita para ironizar a situação, dizendo que ele estava se tornando servo do povo.

De forma mais intensa, Suetônio continua suas críticas acusando Cláudio de se deixar influenciar por suas esposas e seus libertos: “Porém esses e outros atos, e de fato quase toda a condução de seu principado era ditada não muito por seu próprio julgamento, mas por suas esposas e libertos, tendo em vista que ele quase sempre agia em concordância com os desejos e interesses destes” (Suet. Claud. 25,5).

Por isso, Suetônio retrata Cláudio como um Imperador fraco, já que, segundo ele, o soberano não conseguia controlar seus inferiores. Um bom Imperador e *pater familias* era aquele que se impunha e era ativo em todos os âmbitos.

³⁴ Suetônio, ca. 69-ca. 122. *As Vidas dos doze Césares*: Júlio César, Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Óton, Vitélio, Vespasiano, Tito, Domiciano / Suetônio. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

³⁵ Suet. Cl. (10,4)

³⁶ Suet. Cl. (15,1)

³⁷ Suet. Cl. (21,5).

No que se refere às conquistas militares, o autor chama a atenção para a reconquista da Britânia, contudo, trata o feito de modo desdenhoso pois, de acordo com sua perspectiva, a expedição de Cláudio não passava de um jogo teatral de exibição: “Somente uma única expedição foi realizada por ele e, assim mesmo, de pouca importância”³⁸.

Outro ponto essencial da visão política de Suetônio é a forma como o governante se relaciona com membros da política formal, especialmente os senadores. As atitudes de Cláudio são reprovadas de forma assídua, pois é dito que ele, assim como os Imperadores anteriores, teria ignorado a tradição senatorial e ordenado a execução de muitos membros. Para agravar ainda mais a situação, o biógrafo aponta que esses atos ocorriam porque o *Princeps* se deixava manipular por pessoas que não eram do meio político.

Suetônio descreve o Cláudio da mesma forma que o sobrinho, isto é, como uma pessoa cruel, dando provas disso em situações de grande e pequena relevância³⁹. Entretanto, uma característica depreciativa que ainda não havia aparecido nas outras biografias é o fato de que, na visão de Suetônio, esse governante seria um homem medroso, o que o fazia agir sempre com desconfiança⁴⁰.

Dessa forma, a imagem que ficou de Cláudio foi a de um homem capaz de se livrar de qualquer um que o ameaçasse⁴¹. Suetônio garantia que ele tinha consciência dessa personalidade irritadiça, e que ele, inclusive, buscava sempre esconder esse aspecto de seu caráter⁴². Por fim, aos 63 anos, o Imperador padece, com grande chance de ter sido envenenado, sendo Agripina uma das suspeitas do biógrafo:

Chegamos, portanto, ao final da construção narrativa de Suetônio a respeito de Cláudio, não sem verificar o tom de ressentimento por parte do autor em relação ao biografado; de fato, a despeito de vários bons exemplos de comportamento, especialmente no âmbito da administração, Cláudio teria cometido os mesmos erros de seus antecessores: tornara-se cruel, abusando de sua autoridade no poder; e o pior, afligindo a sociedade política, ou seja, os senadores (LEME, 2015, p. 181).

1.6.3 Nero

Nero Cláudio César Augusto Germânico era descendente dos Enobarbos e, em sua biografia, aparece sempre sendo relacionado aos vícios de seus ancestrais, como seu avô,

³⁸ SUETÔNIO. Claudius. In: *Vida de los Doce Césares*. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

³⁹ Suet. Cl. (29,2)

⁴⁰ Suet. Cl. (35,1)

⁴¹ Suet. Cl. (37,1)

⁴² Suet. Cl. (38,1)

Lucio Domício Enobarbo, e seu pai, Cneu Domício Enobarbo, ambos descritos como homens detestáveis⁴³. Muitas pessoas, ao analisarem seu horóscopo, teriam previsto coisas horríveis, além de que, até mesmo seu pai teria indicado uma previsão ruim, uma vez que, quando Nero nasceu, ele havia dito aos seus amigos que o que nascesse dele e de Agripina seria “detestável e para uma desgraça pública”⁴⁴.

Na idade de onze anos, Nero foi adotado pelo Imperador Cláudio, segundo marido de sua mãe, e sua educação foi deixada nas mãos de Sêneca. Suetônio relata alguns boatos de que Sêneca teria tido um sonho no qual se via dando aulas para Calígula, o que é destacado pelo biógrafo como um sinal da verdadeira natureza de Nero⁴⁵. Podemos perceber que, já de início, Suetônio constrói uma expectativa nem um pouco positiva em relação a esse Principado.

Mais uma vez, temos a divisão da biografia dividida em duas partes: uma positiva e uma negativa. E, ao optar por esta estrutura, Suetônio não se preocupa em seguir uma ordem cronológica, ele mistura os eventos ocorridos entre os anos de 54 até 66 d.C., fazendo uma cobertura de praticamente todo Principado de Nero.

A primeira vez que Suetônio se refere a este *ena* de forma positiva acontece quando descreve sua introdução na vida pública, em torno de 53 d.C.:

Conduzido ao Fórum para aí tomar a toga, prometeu uma distribuição ao povo e uma gratificação aos soldados. Numa revista aos pretorianos, colocou-se à frente destes com um escudo na mão. Depois, solicitou, no Senado, ações de graça para o seu pai adotivo [Cláudio]. Defendeu, diante dele, então cônsul, em latim, os habitantes de Bolonha e, em grego, os de Rodes e de Ílion. Estreou nas funções públicas como prefeito da cidade durante as festas latinas (*Suet. Nero. 7,2*).

Aqui, Nero é descrito de forma promissora, pois estava cumprindo seu papel com aqueles que constituíam a *Res Publica*. Além disso, ele já havia atuado como prefeito da cidade de Roma e havia lidado com casos que Suetônio indica terem sido de grande importância. Suas primeiras medidas ao se tornar *Princeps* também são relatadas de forma auspiciosa:

Após haver declarado que “reinará de acordo com os princípios de Augusto”, não perdeu nenhuma ocasião de demonstrar a sua liberalidade [*liberalitas*], sua clemência [*clementia*] e até mesmo sua amabilidade [*comitas*]. Aboliu ou diminuiu os impostos mais pesados. [...]. Depois de ter

⁴³ Suet. Nero. (1,2)

⁴⁴ Suet. Nero. (6,1)

⁴⁵ Suet. Nero. (7,1)

distribuído ao povo quatrocentos sestércios por cabeça, estabeleceu para os senadores mais nobres, porém sem fortuna, um ordenado anual que montava, para alguns, até cem mil sestércios. E, da mesma forma, às coortes pretorianas, uma ração de trigo anual gratuita (WOODMAN, 1988, p. 87, grifos do autor).

Suetônio também enfatiza as virtudes que Nero tinha pretensão de adotar, *liberalitas*, *clementia* e *comitas*. Isso demonstra a aprovação diante de seus atos judiciais e do fato de não admitir filhos de libertos no Senado, além de sua reverência perante a instituição do consulado e o hábito de solicitar a um cônsul a leitura de suas mensagens na cúria.

Os espetáculos realizados durante esse governo também são enaltecidos pelo biógrafo, enfatizando a boa relação entre o Imperador, as elites e o povo:

Ofereceu muitos espetáculos de todos os gêneros. Juvenales, jogos do circo, jogos cênicos, combates de gladiadores. Nas Juvenales tolerou, mesmo, a participação dos velhos consulares e das velhas matronas. Nos jogos do circo concedeu aos cavaleiros lugares separados dos demais e fez aparecer aí até quadrigas atreladas a camelos. Nos jogos organizados pela eternidade do Império e aos quais desejou se chamassem ‘Jogos Máximos’, os papéis foram desempenhados pela maior parte das personagens das duas ordens e dos dois sexos. Um cavaleiro romano, conhecidíssimo, montado num elefante, desceu, correndo, numa corda esticada (WOODMAN, 1988, p. 87, grifos do autor).

Com base nessa primeira parte, chegamos à conclusão de que Suetônio seleciona os pontos positivos de Nero a partir dos princípios de que “o imperador é digno de louvor quando legisla em Roma e para a cidade de Roma, fazendo parte de um sistema político constituído pelos senadores, cavaleiros, soldados (das coortes pretorianas) e a plebe” (JOLY, 2005, p. 120).

Em relação à segunda parte, o autor destaca que Nero já apresentava uma personalidade extravagante, marcada pela luxúria e crueldade mas, até então, isso era visto por todos como um desvio de comportamento típico de um jovem. Porém, as atitudes absurdas do *Princeps* começaram a ficar cada vez mais evidentes, até o ponto em que mais ninguém conseguia justificar essas práticas apenas como consequência da pouca idade⁴⁶. Suetônio exemplifica algumas desses costumes: festas luxuosas⁴⁷, corrupção de jovens e adultérios⁴⁸, a autoprostuição e gastos desenfreados.

⁴⁶ Suet. Nero. (26,1)

⁴⁷ Suet. Nero. (26,2)

⁴⁸ Suet. Nero. (26,1)

Suetônio passa, então, a descrever o Imperador como uma pessoa egoísta que agia para satisfazer seus interesses, principalmente os relacionados à arte, desvinculando-se da ideologia do Senado. Nero também é criticado por aparecer sozinho ou com atores em espetáculos, dando a entender que seria o único detentor do poder, ainda mais diante do fato de fazer apresentações públicas. A partir desse momento, esse *Princeps* é acusado pelo biógrafo de agir de forma independente, sem considerar aqueles que lhe garantiam apoio político.

O autor vai se atentando, cada vez mais, em conferir exemplos dos desvios de caráter de Nero, que eram: *crudelitas*, *petulantia*, *avaritia*, *libido* e *luxuria*, sendo esta última uma das maiores críticas ao Imperador, por ele realizar gastos exacerbados que comprometiam as finanças de Roma, como a construção da *Domus Aurea*, um suntuoso palácio no centro na cidade, que teria sido contribuinte para o déficit nas economias públicas, o que fez com que Nero passasse a praticar confiscos de forma arbitrária.

Com relação à *cruelitas*, Suetônio o acusa de ter sido cúmplice na morte de seu pai adotivo⁴⁹, de ter assassinado seu irmão Britânico⁵⁰ por medo e inveja⁵¹, e até mesmo de ter encomendado a morte de sua própria mãe, Agripina⁵². É dito que Nero também não tinha piedade nem com a elite nem com seu povo. Certa vez, ele teria se mostrado preocupado devido a alguns presságios que indicavam sua ruína, decidindo então procurar seu astrólogo, que lhe aconselhara o sacrifício de uma pessoa ilustre para evitar tal desgraça. Entretanto, para confirmar que havia se livrado do agouro, Nero teria decidido matar todos os cidadãos do mais alto escalão⁵³. Além disso, o biógrafo relata que o Imperador ateou fogo na cidade de Roma em 64 d.C. e que teria sido responsável pelas mortes de alguns senadores, o que Suetônio justificou como uma tentativa de monopolização de todo o poder: “Deu muitas vezes a entender – e ninguém o duvidava – que não pouparia o resto dos senadores e que estava resolvido a livrar a República daquela ordem, para entregar as províncias e os exércitos aos libertos e aos cavaleiros romanos” (*Suet. Nero. 37,3*).

Assim, temos a imagem de um Imperador dominado por seu orgulho e soberba, que demonstrava, cada vez mais, seu desejo de acabar com o Senado e de confiar as províncias e os exércitos aos equestres e a seus libertos. Podemos perceber que Suetônio o coloca em oposição ao grupo senatorial, o que, segundo seus princípios já mencionados, seria uma prova

⁴⁹ Suet. Nero. (33,1)

⁵⁰ Britânico era filho de Cláudio, que adotou Nero quando se casou com sua mãe, Agripina Menor.

⁵¹ Suet. Nero. (33,2)

⁵² Suet. Nero. (34,1-2)

⁵³ Suet. Nero. (36,1)

de seu péssimo governo e exemplo. Como consequência disso tudo acontece a decadência de Nero, introduzida por Suetônio por meio da seguinte frase: “O universo, depois de ter suportado tal príncipe por pouco menos de catorze anos, acabou por abandoná-lo”⁵⁴. O início da queda do Imperador ocorreu com a revolta de Júlio Vindex, governador de Gália. Segundo Suetônio, em um momento de desespero, Nero tentou mais uma vez contra a *Res Publica*:

Queria substituir e assassinar os comandantes dos exércitos e das províncias, como conspiradores animados dum único e mesmo espírito. Degolar, ao mesmo tempo, todos os exilados e todos os gauleses que se encontrassem em Roma. Aos primeiros, para que não fossem engrossar as fileiras dos sediciosos. Aos outros, como cúmplices e fautores dos seus compatriotas. Projetava entregar as Gálias ao saque dos exércitos. Envenenar o Senado inteiro no decorrer dum festim. Incendiar a cidade e soltar as feras contra o povo (*Suet. Nero. 43,1*).

A visão inicial que tínhamos de um Imperador que se mostrava a favor de todos é revertida para a de um governante irresponsável que se colocava contra a ideologia do bom Imperador de Suetônio.

Devido à pressão das revoltas nas Gálias, e pela deserção do legado Galba Hispania Terraconense⁵⁵, Nero teria se desesperado diante da ideia de estar perdendo o Império em vida. Porém, seu teatro é desmascarado por Suetônio, que garante que mesmo em uma situação decadente, o Imperador ainda elaborava planos extremamente cruéis, como o de envenenar todos os senadores durante um banquete e, também, de colocar fogo Roma, só que dessa vez soltaria feras nas ruas, para que o povo não conseguisse escapar⁵⁶.

Por fim, com a revolta dos exércitos⁵⁷ e com o ódio que todos tinham contra ele⁵⁸, Nero decidiu fugir e se isolar, iniciando os preparativos do seu funeral⁵⁹, pois, por ter sido declarado inimigo público⁶⁰, ele sabia que seu destino seria a morte. Não tendo alternativa, o *Princeps* opta pelo suicídio, através de golpes de punhal⁶¹, o que foi celebrado pelo povo⁶². Na descrição deste fim, Suetônio demonstra “um sentimento de alívio por parte da sociedade política em relação à morte de Nero, exemplo político dos mais negativos no pensamento do

⁵⁴ Suet. Nero. (40,1)

⁵⁵ Suet. Nero. (42,2)

⁵⁶ Suet. Nero. (43,1)

⁵⁷ Suet. Nero. (47,1)

⁵⁸ Suet. Nero. (45,1)

⁵⁹ Suet. Nero. (49,1)

⁶⁰ Suet. Nero. (49,2)

⁶¹ Suet. Nero. (49,3)

⁶² Suet. Nero. (57,1)

autor. Junto com Calígula, Nero torna-se mais um detestável governante” (LEME, 2015, p. 188).

1.7 “LOUCURA IMPERIAL”: POSSIBILIDADES EXPLICATIVAS PARA AS AÇÕES DOS IMPERADORES CLAUDIANOS

Aqui, refletiremos, com base nas obras de Aloys Winterling, sobre como Suetônio descreveu esses Imperadores. Em outras palavras, compreenderemos seus artifícios para difamá-los e nos debruçaremos sobre uma visão que busca desconstruir estereótipos que ficaram marcados na historiografia.

Segundo Winterling (2012), Calígula e Nero, além de Domiciano, são exemplos de como as fontes literárias antigas podiam descrever os Imperadores de uma forma extremamente negativa, destacando características comuns: orgulho, ódio, perseguição da elite senatorial, luxo, prodigalidade, crueldade, perversão sexual, megalomania e até mesmo sinais de doença mental. É daí que surge o termo “loucura imperial” — ou loucura cesariana —, que passou a ser usado no século XIX. Porém, a forma como esses Imperadores são descritos nas fontes antigas não é totalmente confiável, uma vez que elas estão repletas de declarações incorretas.

A forma como Suetônio descreveu Calígula é um exemplo disso, pois quem conhecer a história desse Imperador fundamentado nas obras de Suetônio acreditará que ele era realmente um monstro, um homem completamente fora de si. No entanto, quando analisamos a escrita do biógrafo, percebemos o quanto ela podia ser tendenciosa. Por exemplo, a respeito das práticas sexuais incestuosas de Calígula, Winterling (2011, p. 3) aponta que:

A afirmação de que o imperador cometeu incesto com suas três irmãs é uma informação imprecisa que vem à tona pela primeira vez em Suetônio. Sua falsidade é facilmente comprovada: os dois contemporâneos do imperador, Sêneca e Fílon, que eram familiares aos círculos aristocráticos em Roma e bem informados, acumulam injúrias contra o imperador e dificilmente falhariam em mencionar tal acusação se ela estivesse em circulação naquele tempo. Mas claramente eles não sabiam nada a respeito.

Além disso, Suetônio, em seu processo de análise e seleção de dados a relatar, acaba eliminando também partes do contexto que poderiam conduzir o leitor a uma interpretação diferente. A famosa passagem em que Calígula teria dito que tinha a intenção de tornar cônsul seu cavalo favorito é um exemplo, visto que ela poderia ser interpretada de forma diferente, caso Suetônio tivesse detalhado o contexto político. Por exemplo, o fato de Calígula estar

assumindo um forte posicionamento contra os aristocratas. Segundo Winterling (2011, p. 103):

Não há como saber se todos em Roma entenderam essa piada. Nem podemos dizer se Suetônio a entendeu posteriormente ou – o que parece mais provável – falhou em entendê-la de propósito, já que faz uso dela para apresentar o imperador como insano. [...] Chegar ao consulado permanecia o objetivo mais importante da carreira de um aristocrata. Equipar o cavalo do imperador com uma propriedade suntuosa e destiná-lo ao consulado satirizava o objetivo principal das vidas dos aristocratas e o deixava exposto ao ridículo. Calígula colocou seu cavalo no mesmo nível dos membros de mais alto escalão da sociedade – e por implicação igualou-os a um cavalo.

Ao omitir detalhes essenciais e colocar a anedota do cavalo em meio a muitas que buscavam construir uma imagem negativa de Calígula, Suetônio induz o leitor a acreditar que o Imperador disse o que disse por apresentar insanidade, e não para provocar seus adversários políticos.

E, mesmo que essas estórias tivessem pouca credibilidade para os contemporâneos e autores que escreviam com pretensão de verdade, elas foram resgatadas por autores posteriores, tomadas como verdade e passadas adiante (WINTERLING, 2012).

Para entendermos melhor a intenção de determinados autores, precisamos compreender também o sistema de governo inaugurado por Augusto e a dinastia Júlio-Claudiana, pois ela se destaca dentro de uma grande quantidade de produções intelectuais sobre o Império Romano.

Essa dinastia sempre foi entendida através de um arquétipo que visava traçar uma linha decrescente partindo do “modelo” Imperial de Augusto (31 ou 27 a.C – 14), e que se direcionava aos anos de Nero (54 – 68), o Imperador que se colocou a cargo de extinguir uma dinastia, deixando o Império Romano novamente à mercê dos conflitos civis (69) (BELCHIOR, 2015, p. 83).

Essa situação só foi solucionada quando o general Vespasiano venceu as tropas de Vitélio e iniciou a dinastia Flávia. Todavia, além da mudança política marcada pelo surgimento dessa nova dinastia, o Império Romano também passou uma mudança em suas bases sociais. Inclusive, Ronald Syme (1986) nos mostra que esse período possibilitou a entrada de novas elites provincianas no centro do poder. Na obra *As Vidas dos Doze Césares*, temos outro exemplo dessa nova configuração social como as referências biográficas sobre a ascendência familiar dos Imperadores Vespasiano, Tito e Domiciano.

Nos debates de uma vasta tradição intelectual que busca compreender a atuação e os poderes do Imperador, e se preocupa com essa nova configuração social, podemos observar o

desenvolvimento de modelos interpretativos que intencionavam moldar o Principado romano como uma sociedade ordenada através da concentração de riquezas, honrarias, ou até mesmo de uma espécie de patronato proveniente do *Princeps*. Dentro dessa visão, Imperadores como Nero são descritos como monarcas tirânicos, que não demonstravam respeito pelas outras instituições da *Res Publica*.⁶³

As descrições dos comportamentos de Calígula e Nero estavam relacionadas aos paradoxos de uma monarquia recém-estabelecida. Isso porque os dois vieram de uma família da alta camada social com o selo imperial e esses laços foram associados a uma conformidade com os antigos ideais aristocráticos. Calígula era, ao mesmo tempo, bisneto de Augusto e Marco Antônio, e Nero era bisneto, sobrinho e filho adotivo de um Imperador. Isso lhes garantiu uma visão de que seriam pretensiosos ao buscarem serem os melhores, evocando seus antepassados imperiais. Winterling (2012, p. 24, grifos do autor) evidencia que “‘Loucura imperial’ na Roma antiga, em suma, não era loucura em um sentido psicopatológico, mas a concorrência de um antigo ideal romano de nobreza com uma monarquia paradoxal, ilimitada e instável”⁶⁴.

Como vimos, Suetônio traz uma narrativa que não se preocupa em seguir uma ordem cronológica, que é dividida entre os pontos positivos e negativos de cada biografado, de acordo com os princípios do autor. Ele se preocupa em relatar aspectos como: a descendência da família; o momento e local do nascimento; o período da infância e a educação recebida; o início do percurso na vida pública; as conquistas militares, obras públicas e espetáculos que foram realizados; a administração; e, finalmente, os últimos momentos de vida até a morte.

Além disso, Suetônio também estabelece algumas categorias para descrever cada Imperador: a aparência, o humor, as preferências, e até mesmo curiosidades e situações peculiares que cada um vivenciou. É importante lembrar que o biógrafo sempre expôs de forma clara o seu ponto de vista, elogiando e reprovando as atitudes dos governantes com base naquilo que acreditava ser um o comportamento de bom Imperador.

Sua obra revela seu desprezo pelo autocratismo, o que podemos perceber pela forma como ele descreve os Imperadores acusados por ele de abusar do poder e de utilizar a violência como forma de manutenção da ordem. Em sua escrita, ele entrelaça o fato e a ficção, utiliza anedotas e boatos, ao mesmo tempo em que trabalha com documentos oficiais. Outro aspecto pontuado por seus admiradores é a forma como Suetônio trata os Imperadores, haja

⁶³ Esse modelo foi aplicado por Aloys Winterling em seu estudo sobre Calígula. Cf. WINTERLING, Aloys, 2009.

⁶⁴ Concordamos com a visão de Winterling, mas não consentimos com o uso do termo “monarquia” como referência ao Principado Romano.

vista que ele os apresenta como pessoas comuns, destacando suas virtudes e vícios e, nesse sentido, a prática da virtude está relacionada a todo o comportamento considerado positivo e modelar, enquanto que a prática do vício diz respeito a uma conduta que vai contra a tradição e aos bons costumes.

A inovação suetoniana está justamente no conteúdo descrito pelo autor e nas fontes documentais que foram utilizadas, as quais outros autores da mesma época não tiveram acesso: as diversas epístolas imperiais. Isso trouxe um caráter particular e original para as obras do biógrafo. Ademais, segundo Paratore (1987), esses escritos biográficos são marcados por particularidades que foram essenciais para sua elaboração e futura consagração.

É preciso ressaltar que Suetônio, além de estruturar e descrever as informações selecionadas por ele sobre cada biografado, avaliou criticamente os pontos de vista que retirou de suas fontes, excluindo, destacando ou criando certas perspectivas históricas resultantes de sua reflexão.

Em sua obra, Suetônio volta-se ao passado, mais especificamente em direção aos personagens e eventos relacionados ao movimento político de surgimento e estabelecimento do Principado, acontecimento de grande impacto institucional na história romana. Nesse sentido, apresentar frente à “sociedade política”, ambiente de Suetônio, um quadro histórico a respeito do que é o Principado e, principalmente, trabalhar com a vida de seu mais alto representante, o príncipe, acaba ganhando um significado especial quando compreendemos essa tarefa como parte de um esforço maior: o autor, no que também podemos considerar aqui um posicionamento político, desejava desenvolver e estimular uma reflexão a respeito de seu presente, avaliando o seu momento histórico tendo por base uma construção referencial, teórica, do passado (LEME, 2015, p. 84).

Porém, não podemos nos esquecer que Suetônio viveu há quase dois mil anos, e que esse grande intervalo de tempo resultou em um espaço propício para o surgimento de suposições que, com frequência, trazem versões imprudentes dos fatos. Enzo Marmorale (1974, p. 101) conclui que Suetônio: “Não é, por conseguinte, um biógrafo, no completo sentido da palavra, mas um difamador da história, todavia sempre bem informado”.

CAPÍTULO 2 – MULHERES DE ROMA: DE INVISÍVEIS A FUNDAMENTAIS PARA A CRIAÇÃO DE ELOS IMPERIAIS

2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O estudo das formas do discurso sobre a divisão dos sexos sustentada na Antiguidade vem sendo trabalhado de maneira sistemática a partir da análise de mitos, poesias, romances e, atualmente, também pela arqueologia e epigrafia. Ao estudar as mulheres na Antiguidade nos deparamos com vários desafios, como em todo estudo historiográfico no que diz respeito às fontes, pois estas nos trazem um olhar dos homens sobre as mulheres e o mundo. Este olhar masculino tem como corolário a falta de informações concretas sobre a vida das mulheres.

Este capítulo tem por escopo elucidar a situação feminina na Roma antiga, enfocando o papel social e jurídico assumido pelas mulheres, a fim de compreender como elas manifestavam poderes dentro de uma sociedade que as aprisionava em um modelo de submissão e recato. Nossa intenção também é apresentar como a instauração do Principado mudou completamente a visão do papel das mulheres dentro das redes de poder e influências. Por fim, veremos como a historiografia interpreta a imagem de Agripina Menor.

2.2 CONCEITOS ESSENCIAIS: *DOMUS*, *GENS* E *FAMILIA*

Antes de partir para uma análise das mulheres na sociedade romana, principalmente durante o Principado, veremos definições de alguns conceitos que se fazem importantes em nosso estudo: os conceitos de *domus*, de *familia* e *gens*. Estes três termos apresentam definições interligadas, possuem semelhanças, mas também possuem diferenças essenciais.

Richard Saller (1994) apresenta quatro significados da palavra *domus*: 1. casa, no sentido de estrutura física; 2. moradores de uma casa, incluindo escravos; 3. um grande grupo familiar incluindo agnatos e cognatos, ancestrais e descendentes; 4. patrimônio. Os significados de *domus*, em certos casos, estão correlacionados e, assim, este termo pode apresentar uma ou mais de suas acepções.

O significado de *domus* também apresenta semelhança com um dos significados da palavra *familia*, um termo em latim, mas diferente de “família”, em português. Saller (1994) destaca que a palavra *familia* apenas se assemelha da concepção moderna de família em um sentido jurídico. Neste âmbito, *familia* consistia em todas as *personae* que viviam sob a

potestas de um *pater familias*, estando incluso a *materfamilias*, filhos, filhas, netos, netas e filhos adotados. Saller (1994) também nota registros, não muito comuns, do uso do termo *familia* de maneira que inclui parentes cognatos, mas ressalta que “No geral, não há uma boa evidência de que os romanos consideravam parentes cognatos como sendo parte de suas *familia*” (SALLER, 1994, p. 78, grifos do autor). Nesse sentido, o autor aponta que o uso do termo *domus* era mais usado para designar uma unidade familiar, no sentido de residentes de uma casa (não necessariamente da mesma casa, estrutura física) que se encontram unidos por agnação ou cognação, do que o próprio termo *familia*.

Como a palavra *familia* estava associada com o agnaticio, em certos casos, ela pode possuir significado equivalente ao de *gens*. Uma *gens* pode ser entendida como um grupo de pessoas que se origina de uma linhagem masculina e que compartilha um mesmo *nomen*. Já uma *familia* compartilha de um mesmo *cognomen*. O termo *familia* também poderia ser utilizado para representar um grupo de escravos dentro de uma casa ou pertencentes a um único *dominus*. Neste aspecto, a palavra *familia* podia ser utilizada para distinguir os membros livres dos não-livres no interior de uma casa.

De acordo com Saller (1994), a última acepção, a de *domus* como patrimônio, é a menos comum na literatura latina. O autor explica, associando a acepção de *domus* como uma linhagem de descendentes e outra como casa (no sentido físico), que a sobrevivência de uma *domus* dependia da manutenção de uma linhagem a partir da produção de descendentes e recursos financeiros para manter um *status*. Hildago de la Vega (2012) também destaca que dentro das *domus* desenvolveram-se diferentes facções que lutaram para conquistar o poder ou ocupar uma posição mais próxima do imperador.

Saller (1994) aponta que há uma alteração no tratamento do termo *familia* depois da instituição do Principado, e neste âmbito, o termo *domus* ganha preponderância. Isto porque na República o *nomen* de um homem, símbolo de sua *gens* e passado através da *familia*, representava uma importante qualidade para os que tinham uma carreira política.

A nova realidade política era constituída por uma rede de amizades e conexões de patronos-clientes que emanavam do imperador. Para esta nova realidade o princípio agnático, oficializado nas leis sobre a família romana, era irrelevante, como tinha sido, por algum tempo, para a realidade de certas unidades domésticas. Na medida em que critérios alternativos de status social, tornaram-se mais solidamente estabilizados, *familia*, como linhagem, pode ter começado a parecer algo vazio (SALLER, 1994, p. 95).

Com isso Saller (1994) evidencia que, no Principado, surge uma capacidade de um indivíduo e sua *domus* se colocar dentro de redes de influência através do estabelecimento de

laços de parentesco (casamentos e adoções) e laços clientelares em redes de patronato. Dentro desse contexto, as mulheres imperiais, diversas vezes por conta da proximidade com o imperador, assumiam papéis de destaque dentro da *domus* e também nas redes clientelares, até mesmo como patronas. Das mulheres era esperado que elas exercessem funções consideradas femininas, como cuidar da despensa, auxiliar o marido em atividades sociais, coordenar seus escravos, estabelecer casamentos e ser mãe. Porém, a essencial importância política da *domus* ao longo do Principado fez com que essas atividades consideradas femininas ganhassem preponderância na esfera política, até mesmo no contexto do patronato.

Assim, a mudança da República para o Principado, e a predominância da *domus* enquanto símbolo aristocrático de *status* político e social, garantiu às mulheres imperiais, especialmente as mulheres da *domus Caesarum*, uma maior participação nos assuntos de caráter político. A *domus Caesarum* representava um espaço sujeito a diferentes interpretações e podia ser entendida como um grande grupo de pessoas relacionadas por parentesco que não necessariamente moravam em uma mesma casa (espaço físico) e que abrange diversas *domus*, no sentido de espaço físico e também no sentido aproximado de *familia*. É importante destacar que a *domus Caesarum* simbolizava a unidade familiar primordial do império. Como espaço físico, pode ser vista como um importante espaço do exercício político na Roma imperial.

2.3 AS MULHERES NA SOCIEDADE ROMANA

Segundo Sarah Tolfo (2018), de certa forma, a maioria das mulheres romanas da Antiguidade estava comprometida a cuidar bem de sua *domus* e de sua família. Desde sua infância a mulher era estimulada a buscar um bom casamento e uma casa para administrar e “a frustração de tais expectativas geradas pela sociedade podia resultar em constrangimento e ostracismo” (TOLFO, 2018, p. 33).

Com relação à descrição física das mulheres romanas, Acácio et al. (2011, p. 4) mencionam que:

A tradicional vestimenta da mulher romana era a *stola*, um vestido que era longo e plissado, com ou sem mangas, sustentado nos ombros por alças arrematadas por fíbulas. A *stola* possuía algumas variedades de cores como o amarelo, azul, branco realçado e vermelho, normalmente feitas de lã, algodão ou seda. Em público, a mulher deveria cobrir a cabeça com um *pallium*, colocando-o sobre a *stola*. Além disso, utilizava-se a *palla* (grande mantilha pregada que ao contrario da toga, cobria os dois ombros), faixas abaixo do busto e em torno da *stola* com intenção de modelar a silhueta e

realçar a aparência da região. As mulheres nobres desfrutavam de certo prestígio e tinham de pagar especial atenção pela sua aparência. Sendo que o mais importante era o estilo de cabelo: muito bem elaborado, com diversos tipos de enfeites, e complementando com brincos e pulseiras de pedras preciosas, colares ou gargantilhas. Os vestidos eram sempre longos combinando com um manto bordado com cores variadas. Essas mulheres ricas usavam muitas jóias que iam desde fíbula de ouro a gemas anexadas a vestidos ou calçados. Elas utilizavam também pulseiras, tornozeleiras, colares, pingentes e brincos.

Com relação à educação, Veyne, na coleção “A História da Vida Privada” (2009), explica que uma parte mais ou menos considerável das crianças romanas, tanto meninos quanto meninas, frequentou a escola até completar doze anos. Porém, quando uma menina completava doze anos ela já poderia ser dada em um casamento que se consumava mesmo nessa idade. Aos catorze anos a menina era já vista como adulta. Veyne (2009, p. 30) chega a citar um trecho de um filósofo que ele não identifica a autoria: “Os homens então a chamam de ‘senhora’ [*domina, kyria*], e, vendo que nada mais lhes resta senão partilhar o leito de um homem, elas se põem a se enfeitar e não têm outra perspectiva”. O mesmo autor que escreveu essas linhas conclui “que seria melhor fazê-las sentir que nada as tornará mais estimáveis do que de mostrarem pudicas e reservadas” (VEYNE, 2009, p. 30).

Nas famílias ricas, a partir desse momento as moças são encerradas na prisão sem grades dos trabalhos de fuso, que serve para demonstrar que elas não passam o tempo fazendo o que não devem. Se uma mulher adquire uma cultura de salão – sabe cantar, dançar e tocar um instrumento (canto, música e dança estavam ligados) -, tais talentos serão louvados e apreciados, porém logo se acrescentará que ela é uma mulher honesta. Por fim, cabe ao marido eventualmente cuidar da educação de uma jovem de boa família. Um amigo de Plínio tinha uma esposa de cujo talento epistolar se vangloriava: ou o marido é o verdadeiro autor dessas cartas, ou então soube formar o belo talento dessa “moça que ele esposou virgem”, e, conseqüentemente, esse talento constituiu um mérito seu. Em contrapartida, a mãe de Sêneca foi impedida pelo marido de estudar filosofia, pois ele considerava tal matéria um caminho para a libertinagem (VEYNE, 2009, p. 29).

De acordo com Silva (2012), as matronas eram protegidas por leis e decretos e deveriam ser recatadas, contrair casamento e cuidar da casa e da educação dos filhos até os sete anos. A designação jurídica de uma mãe de família e de um pai de família, dependia do casamento. Assim, após o casamento uma mulher passava a ser considerada uma *matresfamilias* e o homem um *paterfamilias*. Aline Rousselle (1990) também aponta que as mulheres das camadas favorecidas eram educadas para contenção sexual. Portanto, os valores que os homens esperavam de uma mulher pertencente às elites eram: uma mãe zelosa, uma matrona virtuosa, contida e extremamente preocupada com seus filhos.

Como podemos perceber, as mulheres da República antes de iniciarem atividades ligadas ao Patronato, tinham uma vida restrita à vida privada e doméstica. A própria *patria potestas* é significativa e é um símbolo das relações de poder do pai dentro da família romana, colocando a mulher como desigual ao homem.

Com relação à imagem da mulher na Roma Antiga, esta é muito pautada pela visão masculina, já que os homens foram os principais responsáveis pela produção da grande maioria das fontes que temos. Como aponta Nancy Sorkin Rabinowitz (1993, p. 10), “mesmo quando vemos mulheres representadas em esculturas ou vasos, ainda as vimos pelos olhos masculinos”. Ao falarmos sobre a história das mulheres na Antiguidade, é preciso ter em mente que as fontes existentes são muito enviesadas (CALDELLI, 2014). As literárias, por exemplo, tratam majoritariamente das mulheres pertencentes às elites e deixam nítidos os preconceitos inerentes aos seus autores masculinos. Também concordamos com a visão de Amy Richlin (1993, p. 294): “Penso que aqui há algo de revolucionário sobre conhecer o passado; quando recuperamos do esquecimento essas mulheres que já se foram há tanto tempo, nós estamos realmente deslocando a balança”.

Para compreender melhor a condição social, e logo jurídica, designada à mulher, faz-se necessário o estabelecimento dos critérios jurídicos utilizados na época e que conferiam cidadania a alguns indivíduos.

De acordo com Acácio et al. (2011), a cidadania tinha por qualidade o *status civitatis*. Os que detinham esse status eram considerados cidadãos e, assim, eram titulares de direitos públicos e privados na sociedade romana. É importante destacar que o *status civitatis* pressupunha o *status libertatis* e vice-versa.

No direito romano esse status era elemento essencial para o reconhecimento da personalidade jurídica, da capacidade jurídica e da capacidade de agir. Essa, por sua vez, só era garantida aos filhos homens de uma família de forma que as mulheres não possuíam esse direito. Tal restrição permaneceu até o período do Baixo Império quando as mulheres ganham certo espaço em âmbito social e jurídico [...] (ACÁCIO et al., 2011, p. 4).

Juridicamente falando, a mulher realmente estava em uma posição desprivilegiada. Com relação ao campo do direito público, Valéria Cristina Basílio (1997) explica que a mulher não possuía diversas prerrogativas, como o direito de voto nas assembleias e no senado (*ius suffragii*), não poderia assumir cargos públicos, não poderia ser encaminhada para se responsabilizar por uma magistratura (*ius honorum*) e não poderia pertencer ao exército

(*ius militae*). Por conseguinte, a mulher era, do ponto de vista do direito, excluída das funções políticas civis e públicas.

Já com relação ao status *familiae*, segundo Acácio et al. (2011), o Direito Romano classificava as pessoas em duas categorias diferenciadas: *sui juris* e *alieni juris*. O *sui juris* era aquele que não estava subordinado a qualquer poder familiar e que possuía total capacidade jurídica para praticar todos os atos da vida civil, sem depender de ninguém. Os *alieni juris*, por sua vez, eram aqueles considerados relativamente incapazes e que estavam submetidos ao poder familiar, dependendo dos *pater familias*, tutores ou curadores para celebrar os atos da vida civil, como por exemplo, os menores de idade e as mulheres.

Assim, pode-se concluir que, neste período, as mulheres eram claramente subordinadas ao homem, *a familias*, assumindo um papel de inferioridade em relação ao mesmo. De acordo com António dos Santos Justo (2000, p. 141, grifos do autor):

No direito privado, está sempre sujeita à *potestas* alheia: à *pátria potestas*, se *filiafamilias*; normalmente à *manus* do marido, se esposa; e à tutela perpétua, se *sui iuris*. Não pode ser tutora de impúberes e adoptar filhos; testemunhar um testamento; garantir obrigações de homens (*intercedere pro allis*).

No espaço público, sua situação não era diferente, a mulher não fazia parte da *Res Publica*, a ocupação da magistratura por ela não era possível, já que não poderia desempenhar funções públicas. Porém, a vinda do período imperial trouxe grandes mudanças.

2.4 AS TRANSFORMAÇÕES DO PAPEL FEMININO NO PRINCIPADO DE AUGUSTO

Os estudos a respeito dos ideais de gênero no período do início da Roma imperial evidenciam uma questão paradoxal que é discutida por Kristina Milnor (2008): ao mesmo tempo em que a sociedade romana acreditava que as mulheres eram pertencentes à esfera doméstica, com base na proeminência social e política que certas mulheres das elites conquistaram durante as últimas décadas da República Romana, a cultura imperial inicial cedeu novos espaços para a feminilidade, as mulheres emergem no discurso público como benfeitoras, proprietárias, autoras e atrizes importantes no palco da História. Na época de Augusto, encontramos mulheres – longe de serem invisíveis e silenciosas – que assumiram papéis reais e importantes na esfera cívica.

Esses estudos nos deram uma visão das possibilidades reais e materiais que existiam para certas mulheres, particularmente as da casa imperial, para criar um lugar para si na cultura política romana.

Segundo Milnor (2008), Augusto acreditava que a família (principalmente a imperial) e a vida doméstica eram o centro ao torno do qual o resto da vida cívica seria construído. Consciente da importância de uma *domus* consolidada para manutenção e sucessão do poder, o *Princeps* criou um projeto cuja intenção era transformar o que significava participar do funcionamento do estado romano e construir uma nova definição da *Res Publica*. Foi a partir desta redefinição da vida pública e privada que o mundo doméstico das mulheres poderia e deveria ser um espaço político, já que elas tinham um papel importante a desempenhar na nova visão da sociedade romana, representando o que o regime imperial tinha a oferecer: um retorno imaginário ao passado não problemático e virtuoso e uma nova forma de entender o que significava participar da vida pública romana.

Sob o governo de Augusto surge uma nova linguagem usada para debater, delinear e defender o relacionamento considerado correto entre o lar e o fórum. De acordo com Milnor (2008, p. 04):

O resultado foi uma preocupação primordial com a virtude feminina e suas localizações, uma discussão extremamente pública da esfera privada, um discurso que trouxe as mulheres à vista do público, ao mesmo tempo em que descrevia o quão pouco elas pertenciam ali.

Milnor (2008, p. 27), explica a divisão entre público e privado:

Essa divisão [entre público e privado] é possível pelo menos em parte por conta dos diferentes campos semânticos dos dois termos: enquanto *privatus* é necessariamente uma palavra política, tendo significado apenas em contraste com a esfera pública, o doméstico é muito mais amplo e vem associado a um conjunto específico de valores que podem ser apresentados como um aspecto de uma identidade pública. O doméstico, portanto, funciona como um tipo de privacidade moralizada, um conceito cuja força reside em sua lealdade a verdades éticas supostamente transcendentais e apolíticas. Se uma das tarefas do novo governo imperial era encontrar um caminho para Roma - depois da guerra civil - se imaginar novamente como uma comunidade de valores compartilhados, a esfera doméstica oferecia um lugar incontestado para focar a atenção do público, lugar onde tradição, virtude e conforto nostálgico do lar podem ser invocados como base de um renovado senso de propósito nacional.

A autora ainda destaca que as representações textuais do período de Augusto usam a feminilidade e os papéis femininos para tornar a “domesticidade” uma virtude imperial, inseparável das virtudes cívicas, nas quais Augusto instaurou sua *auctoritas*. A associação íntima deste imperador com as mulheres de sua casa e o desempenho de papéis domésticos

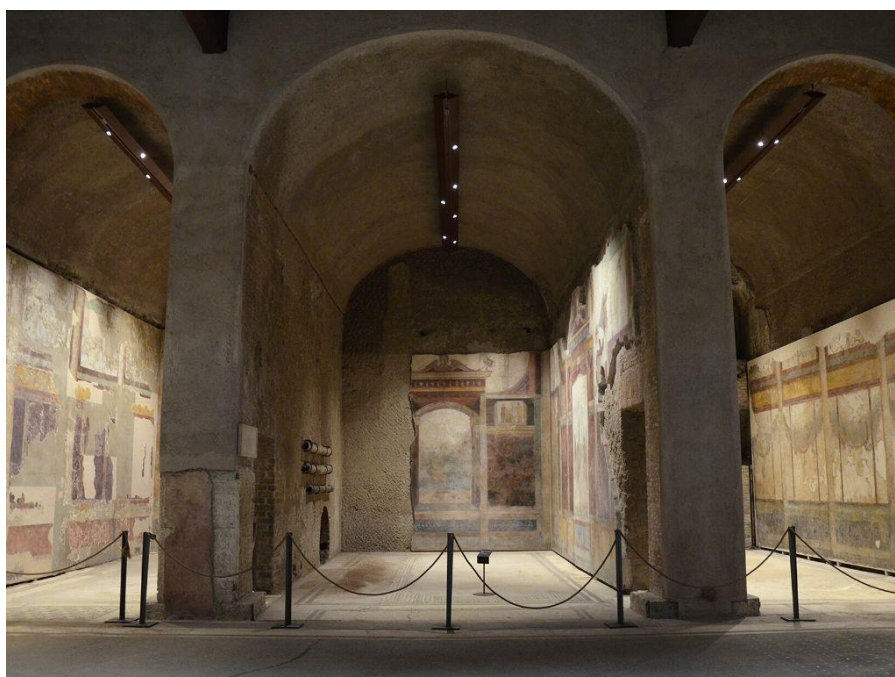
tradicionais auxiliaram na construção de uma imagem dele como um homem cuja lealdade ao lar e à família o impedia de esquecer seu papel de figura "privada".

A construção de um novo modelo governamental romano teve como base novos tipos particulares de discurso jurídico de gênero e histórias sobre leis, origens no passado distante de Roma e o programa de Augusto de legislação social, no qual, pela primeira vez na história romana, o adultério se tornou um crime e aqueles que se casaram e tiveram filhos foram recompensados.

Segundo Josine Blok (1987), os estudos futuros de mulheres na antiguidade devem buscar formas pelas quais papéis antigos de gênero sejam a causa e o resultado de forças culturais diferentes. As ideias sobre do que uma prática de gênero considerada correta era composta eram parte da vida cotidiana no mundo antigo e, como tal, continuamente afetavam e eram afetadas pelo funcionamento de outras constituições sociais. A intenção era mostrar que o lugar das mulheres era um local de luta e negociação como parte da cultura imperial inicial.

No complexo que foi construído no Palatino no início dos anos 20 a.C. (um complexo que era, ao mesmo tempo, casa e fórum), tanto suas construções materiais quanto os resquícios textuais encontrados ali dão prioridade ao papel que as mulheres podiam desempenhar na desconstrução da dicotomia entre as esferas doméstica e cívica. Sobre essa construção, podemos notar seus detalhes na Figura 1:

Figura 1. Casa de Augusto, localizada no Monte Palatino, em Roma



Fonte: Coarelli (1984).

Segundo Milnor (2008, p. 93):

Do pórtico das Danaides, cujo programa escultórico representa casamento, assassinato conjugal e obediência filial como atos "políticos", ao uso mais geral e difundido de gênero em quase todas as principais estruturas de Augusto, à exibição textual de virtude doméstica por Augusto na companhia das mulheres da casa imperial - todas conseguem atrair o sentido das mulheres como as melhores representantes do que poderíamos chamar de "domesticidade politizada": a ideia de que certos relacionamentos podem transcender a divisão entre a vida pública e a privada.

A *lex Iulia de maritandis ordinibus* e a *lex Iulia de adulteriis* constituíam uma das bases da "revolução moral" de Augusto, ou seja, a ideia de que o Principado era o símbolo da renovação das antigas virtudes domésticas nas quais o Estado romano havia sido criado. A primeira lei citada estabeleceu um sistema de recompensas e multas para o casamento dentro e entre classes (por exemplo, membros da classe senatorial não podiam se casar com libertos ou atores). Ela também estabelecia recompensas sociais, econômicas e políticas para homens e mulheres que produzissem certo número de filhos. A segunda lei, por sua vez, proibia formalmente o adultério - o que era uma inovação na história romana - e, além de estabelecer penalidades para os que fossem pegos em flagrante, determinou regras sobre como os que os descobriram deveriam agir.

Primeiro, a lei proíbe explicitamente o marido de uma mulher infiel de matá-la, mesmo se ele a pegasse em flagrante; ele poderia matar seu amante se o homem fizesse parte de categorias sociais específicas, mas somente se o par fosse descoberto no ato da relação sexual, na casa do marido, e o esposo estivesse disposto a matar o amante com suas próprias mãos. O pai de uma mulher, no entanto, pode matar o amante de sua filha apenas se ele também matar a filha, e novamente apenas se o casal for descoberto em flagrante, na casa do pai, e o pai cometer o duplo assassinato com suas próprias mãos. Em suma, as restrições eram tais que parece haver pouca probabilidade de esse 'direito de matar' ser invocado; em vez disso, 'o principal interesse do legislador era provocar um julgamento' (MILNOR, 2008, p. 151, grifos da autora).

Desta forma, essas duas leis se colocaram dentro das medidas de Augusto, em sua tentativa de regular a moralidade familiar.

Um dos principais objetivos do programa moral deste *Princeps*, segundo diversos estudiosos, era "manter as mulheres em seu lugar" (SYME, 1939, p. 414). Thomas McGinn (1998) contribuiu com uma dimensão importante a essa descrição, percebendo as maneiras pelas quais as leis dependem e reforçam a existência de certas categorias de mulheres: as que merecem casamento e outras que não; as disponíveis sexualmente e aquelas que deveriam se

manter recatadas. Isso pode ser percebido no caso da *lex Iulia de adulteriis*, que padroniza categorias como *mater familias* e prostituta, um movimento crítico e inovador para o funcionamento da lei, pois era o status da mulher - e não do homem - que estipulava um ato sexual como adúltero.

Quando essas leis ainda não existiam, a supervisão da saúde moral de uma mulher era de responsabilidade do chefe masculino de sua casa. Porém, de forma inédita, sob a legislação de adultério, as mulheres passam a responder ao Estado por suas ações de cunho sexual. Essa foi uma grande mudança na forma pela qual o direito romano definia tanto o papel do Estado na aplicação da moralidade, quanto quem poderia ser chamado de "sujeito" da legislação. As mulheres nunca haviam feito parte desse quadro, pois não tinham um papel oficial nos assuntos cívicos romanos. Milnor (2008, p. 151) menciona que “Mesmo quando a legislação social apelava para as ideias tradicionais sobre a santidade do casamento e do lar, ela atribuía às mulheres um tipo de subjetividade jurídica de que elas nunca haviam desfrutado”.

As leis de Augusto sobre o adultério e a família, ao tirar a responsabilidade de criar e manter a família das mãos de homens individualmente - e, em vez de torná-la parte dos negócios do Estado - fazem uma declaração sobre a relação entre a vida doméstica e cívica, e como certas ações podem ser interpretadas superando os limites entre eles.

Na dinastia Júlio-Cláudia, as mulheres tiveram um papel essencial na transmissão e legitimação do poder ao longo de todo o período em que imperadores desta dinastia exerceram poder (31 a.C. a 68 d.C.).

Dentre os fatores que reforçaram a participação feminina na legitimação política, um deles foi a necessidade de gerar herdeiros homens. As esposas, filhas e mães de imperadores ficaram responsáveis por transmitir a legitimidade por meio de casamentos e da produção de filhos legítimos. Essa importância do papel feminino também se deve à transformação do regime republicano para o imperial⁶⁵.

De acordo com Mireille Corbier (1995), além de promulgar as leis, Augusto deu início a uma estruturação da *domus Caesarum*, o que resultou em uma nova unidade familiar, diferente, em vários aspectos, da estrutura tradicional patrilinear, baseada em uma linha agnática. A questão que levará à protagonista deste trabalho é o fato de que Augusto teve apenas uma filha, Júlia, por meio da qual todos os descendentes posteriores seriam forçados a

⁶⁵ Sobre o papel e a influência das mulheres das elites imperiais da dinastia Júlio-Cláudia na produção de potenciais sucessores do império, ver: CORBIER, Mireille. Male power and legitimacy through women: the *domus Augusta* under the Julio-Claudians. In: HAWLEY, Richard; LEVICK, Barbara. **Women in Antiquity: New assessments**. London: Routledge, 1995, p. 178 -193; e RUTLAND, Linda W. Women as makers of kings in Tacitus' *Annals*. **The Classical World**, v. 72, n. 1, p. 15-29, 1978.

seguir sua linhagem. Assim, enquanto *pater mamilius*, e com a autoridade de *Princeps*, o imperador interferiu nas relações familiares dentro de sua *domus*, com o intuito de garantir herdeiros legítimos.

A partir de adoções, Augusto organizou casamentos importantes para a manutenção da dinastia Júlio-Cláudia: o casamento de sua neta Agripina Maior com seu neto adotivo Germânico e o casamento da neta de Lúvia, conhecida como Livila ou Lúvia (Livia Julia ou Claudia), com Druso. Desta forma, Augusto conseguiu unir a *gens* Júlia e a *gens* Cláudia.

É importante destacar, porém, que, apesar da ausência de uma linha agnática, a genealogia da dinastia demonstra que o caráter essencial do patriarcado foi preservado, afinal os casamentos e adoções aconteciam para manter uma conexão com o patriarca e fundador da dinastia, Augusto. Assim, percebemos que nos principados de Tibério, Calígula, Cláudio e Nero, havia uma preocupação em manter e demonstrar esta ligação, que por diversas vezes era estabelecida através das mulheres. Comemorações e concessões de títulos eram realizadas a elas para demonstrar de forma mais clara e pública os vínculos delas com a *domus Caesarum*.

Com relação ao fato de que a mulher podia estabelecer a legitimidade do poder, mesmo não podendo assumi-lo diretamente, precisamos compreender como Augusto determinou a legitimação de seus descendentes. De acordo com Frade (2007), Augusto decide enaltecer a sua família com um prestígio que podia satisfazer suas pretensões. Além dos homens, que tinham a responsabilidade de glorificar a reputação da *domus*, as mulheres e crianças também ganharam notoriedade. Era nas mulheres, as agentes da procriação, que residia, em grande parte, a esperança da sucessão. Elas começaram a ser utilizadas para promover o novo regime político e, sutilmente, a transmissão dinástica do poder. De acordo com Susan Fischler (1994, p. 128-129):

Para garantir a sobrevivência de seu novo regime e a posição incomparável da família imperial dentro do Estado, Augusto precisava que o conceito de descendência dinástica fosse comumente aceito em Roma. As mulheres imperiais eram usadas para simbolizar a dinastia, uma imagem eficaz por causa de seus papéis principais como mães e consortes de imperadores: era, afinal, sua progênie que seguiria os passos de Augusto.

As mulheres também passaram a serem celebradas em moedas, estátuas e monumentos e, assim como uma matrona tradicional, tinham por obrigação governar a sua casa. Entretanto, “a casa que governavam era também a casa responsável pelo bom funcionamento do Império. [...] A posição privilegiada destas mulheres junto do Imperador também lhes permitia exercer

alguma influência sobre as suas decisões” (FRADE, 2007, p. 84). Fischler (1994) aponta que as imagens positivas das mulheres que compunham uma elite imperial originaram-se da necessidade de Augusto legitimar o novo regime político através de um conceito de descendência dinástica. Assim, elas foram fundamentais na consolidação dessa dinastia e, conseqüentemente, na construção de um ideal imperial dinástico, projeto iniciado por Augusto.

Entre as inúmeras formas de legitimação de seu Principado, Augusto utilizou-se exaustivamente da literatura, principalmente fundamentado em obras como a Eneida, de Virgílio, as quais eram capazes não só de legitimar sua posição como *Princeps* de Roma, como também o poder de seus descendentes. De acordo com Daniele de Oliveira da Silva (2014), essa transmissão de poder envolvia a criação de uma *domus* imperial, a *domus Caesarum*, que se tornaria uma *domus* divina e que seria uma das responsáveis pela propagação do poder imperial romano. Ou seja, nesse momento em que as estruturas do Principado romano estão sendo formuladas e estabelecidas, o fato de pertencer a *domus Caesarum* se constitui em uma maneira de se colocar na linha sucessória para o governo, em um modo de se legitimar perante a sociedade romana, a qual possui seu poder firmado nos requisitos do *Mos Maiorum*.

Milnor (2008) ainda destaca que outra vantagem de dar às mulheres uma tarefa tão importante quanto a garantia da legitimidade dos filhos para a sucessão do poder através do vínculo com Augusto, foi o fato de que muitas vezes apenas as filhas de uma determinada família sobreviviam para gerar seus próprios filhos.

Em suma, podemos perceber que as mudanças originadas do Principado de Augusto trouxeram novas fontes de poder para as mulheres e que sua influência realmente poderia interferir nos meios e nos fins políticos.

2.5 DEMONSTRAÇÕES DE PODER FEMININO NA ROMA ANTIGA

De acordo com Fischler (1994), a conquista feminina do espaço público provavelmente se deu porque mulheres como Agripina Maior, por diversas vezes, precisaram lidar com situações que estavam fora dos limites dos afazeres da casa para ocupar as responsabilidades familiares, momento no qual elas entraram em contato com assuntos domésticos e públicos.

Jorunn Okland (1997) define o “público” no contexto do Mediterrâneo romano como um discurso amplo em que os membros, as pessoas públicas, são homens das elites. O

discurso público foi armazenado em textos escritos e, através desses textos, as pessoas públicas se estabelecem como soberanas e aqueles que não participavam deste círculo foram colocados na condição de dependentes ou inferiores a eles. Okland (1997, p. 130) destaca que “Através do discurso público traçado nos textos sobreviventes, os homens públicos se apresentam como os que definem e representam o mundo - porque o olhar, a voz, o desejo, o poder e a autonomia são todos deles”.

Acontece que quando tomamos a iniciativa de perceber o público como espaço, visão e som, vemos que os corpos femininos também faziam parte do público. Portanto, a questão então não é que os espaços não domésticos em uma cidade sejam rotulados como "públicos" por si só, ou que os gregos e romanos antigos entendessem o espaço público como um espaço masculino.

Existe um problema se considerarmos os textos antigos pelo valor de face e acreditarmos que o espaço 'masculino' era um espaço apenas para corpos masculinos, porque somos impedidos de sistematizar nosso conhecimento disperso sobre a presença também de corpos femininos no espaço público (OKLAND, 1997, p. 137).

Mesmo que não tivessem acesso à maioria das posições que conferiam poder político e responsabilidades formais, e embora não estivessem participando diretamente do discurso público, muitas mulheres estavam presentes nas ruas para trabalharem, irem ao mercado, ou mesmo que não tivessem esse tipo de obrigação, como as mulheres das elites, elas ainda sim participavam de festivais e outras tarefas religiosas. As mulheres de forma geral podiam ser vistas exercendo atividades para o bem-estar de toda a cidade e, dessa forma, elas desempenhavam importantes funções públicas.

Além disso, há registros de mulheres que se manifestaram diante da desigualdade entre os sexos. Um exemplo disso é o discurso feito por Hortênsia, filha do orador Hortênsio, que tinha como intuito conseguir a redução do imposto cobrado das 1.440 mulheres mais abastadas de Roma, em 43 a.C. O historiador Apiano registrou este discurso em sua obra *Guerras Civis*:

Nos privaram de nossos pais, de nossos filhos, de nossos maridos e nossos irmãos com o pretexto de que vós traíram [...] Se nós lhes fizemos qualquer mal- como dizem que nossos maridos fizeram- nos castiguem como a eles. Mas se nós, todas as mulheres, não votamos em nenhum de seus inimigos públicos, nem derrubamos suas casas, nem destruímos seus exércitos, nem nada fizemos contra vocês. Se não os impedimos de obter os cargos ou as honras, por que compartilhamos do castigo sem cometer os crimes? Por que

pagamos tributos se não compartilhamos a responsabilidade pelos encargos, pelas honras? [...] (APIANO, 4.32-34).

Susan Treggiari (2007) destaca que as mulheres também tinham grande influência no império e sua fonte de poder era sua presença constante na *domus*. Dentro da casa elas tinham contato com todas as pessoas que transitavam nela e podiam fazer com que essas pessoas se submetessem a elas sob os laços de clientela ou se aliar sob o vínculo da amizade. Essas ações passam a acontecer ainda mais pelas mulheres das grandes casas no século I d.C., quando percebemos uma crescente autonomia das mulheres após o período das Guerras Civis, principalmente em função do surgimento de um número de viúvas que parecia significativo aos contemporâneos e que tomaram a direção de algumas casas.

As mulheres antigas eram diversas e não devem ser excluídas somente porque não se encaixam nos padrões e estereótipos de mulheres encontrados nos textos antigos. Essas mulheres entram e saem do estado de invisibilidade. Para Okland (1997), ler as informações segmentadas sobre as mulheres no espaço público como exceções, escrever sobre mulheres somente no contexto do espaço doméstico ou do bordel, ou analisar o espaço doméstico como o espaço das mulheres, é adotar a mesma visão do homem romano antigo.

Nosso conhecimento das mulheres no espaço público nos ensina que os enunciados de autores masculinos sobre gênero e espaço público devem, em grande parte, serem lidos como enunciados normativos e legitimadores. No início, não se pode apenas assumir que a sociedade funcionou de acordo com essas regras. É exatamente porque as distinções não eram tão claras que era continuamente importante criar fronteiras através do discurso. Ao representar o espaço público como espaço masculino, os homens públicos antigos legitimaram a exclusão das mulheres das posições de poder, do discurso público e dos processos de tomada de decisão, e garantiram esses privilégios para si (OKLAND, 1997, p. 139).

Não podemos nos esquecer de que o Imperador também é o *pater familias* de uma *domus*, na qual as mulheres imperiais também desenvolveram uma intensa sociabilidade com moradores - no caso da *familia* imperial, incluindo escravos e libertos - e visitantes. Nesse sentido, de acordo com Ana Teresa Marques Gonçalves (2003), as mulheres que residiam na *domus* imperial, principalmente aquelas que estavam mais próximas do Imperador, podiam buscar ter influência tanto sob o próprio Imperador quanto sob seus auxiliares, principalmente aqueles de origem servil, de quem era *domina*, no caso dos escravos, ou *patrona*, dos libertos. Além disso, para as pessoas das demais *domus*, especialmente aqueles que pretendiam conviver diretamente com o Imperador, era um diferencial muito importante ser bem visto por estas mulheres. Tudo isso demonstra que elas tinham uma grande fonte de poder.

Por outro lado, Hidalgo de la Vega (2012), destaca que essas mulheres não atuavam enquanto coletivo de acordo com seus interesses de gênero para atingir seus objetivos, mas muitas vezes acabavam lutavam entre si para alcançá-los. As mulheres da *gens Iulia* podiam até ser proibidas de exercer o poder imperial, mas elas tinham a consciência de que eram elas que legitimavam de forma mais direta a herança do poder monárquico. Como podemos perceber, “a sucessão dinástica foi marcada pela linha feminina, apresentando um aspecto matrilinear dentro de uma sociedade patriarcal e, portanto, oferece uma posição privilegiada para compreender as relações de gênero no que diz respeito ao poder político” (HIDALGO DE LA VEGA, 2012, p. 53).

Nesse contexto, Hidalgo de la Vega (2003) afirma que as mulheres da *domus Caesarum* se beneficiaram de sua situação genealógica, ou seja, sua proximidade com o Imperador, como uma maneira de conquistar um poder e uma autoridade que, por si mesmas, por serem mulheres, não possuíam. Assim, elas passaram de *mater familias* a *mater patriae*, com todo o sentido de propaganda ideológica e dinástica que o termo tinha em paralelo ao de *pater patriae*. Neste âmbito, o papel relevante das mulheres é demonstrar o poder imperial na sua dimensão familiar e procriativa, que no novo regime imperial ganha uma dimensão pública. É desta forma que se cria um discurso de propaganda⁶⁶ no qual as mulheres imperiais ganham traços idealizados próprios do *Mos Maiorum*, com as virtudes da matrona romana e assimilando-se em suas funções às deusas do panteão greco-romano, com o intuito de disseminar a imagem de uma mulher, esposa ou mãe romana relacionada à esfera familiar e à procriação, que atuaria no imaginário coletivo e serviria como uma propagadora da continuidade dinástica.

Portanto, de acordo com Fischler (1990), era necessário que a imagem das mulheres fosse utilizada e suas ações controladas prol dos interesses masculinos e da imagem que o olhar masculino delas construiu. Nesse sentido, a concessão de títulos, honras, privilégios e deificação como instrumento de controle de suas atividades e imagem foi muito eficaz. Porém, Hidalgo de la Vega (2012) ressalta que, mesmo com o propósito de controlar as

⁶⁶ O termo *propaganda* se origina do verbo latino *propago* (infinitivo: *propagare* e substantivo *propagatio*), que tem o significado de ampliar, alargar, estender, difundir, implantar ou prolongar, prorrogar tempos. *Propagator* era o título de um magistrado, que tinha a função delineada como um dos epítetos de Júpiter, ou seja, aquele que amplia, que engrandece, que conquista o Império (BUSINO, 1980, p. 275–276; GONÇALVES, 2002, p. 69). De acordo com Huici Módenes (1996), propaganda é uma atividade quase consubstancial à política desde os primórdios da humanidade e parece ter se originado ao mesmo tempo que o surgimento dos primeiros intuitos de organização e de hierarquização social. Desta forma, a propaganda vem afirmando suas técnicas de persuasão, que podem ir desde a extrema intimação física até as mais elaboradas construções verbais, a partir da retórica. Contudo, nem sempre a persuasão é sinônimo de manipulação, mas de convencimento e de resultar em certas condutas construídas sobre a realidade (MÓDENES, 1996, p. 21–42; GONÇALVES, 2002, p. 70–71).

mulheres, as próprias acabavam utilizando esses privilégios para ocupar um espaço público-político e colaborar para a integração e incorporação das mesmas em um complexo sistema político, econômico, social e religioso.

Essas homenagens também foram conferidas nas províncias, onde as imagens do poder feminino se espalharam amplamente e adquiriram um importante papel público oficial, que como público tinha que ser controlado pelo Estado. Esse papel público aliado ao papel de *mater familias* permitiu representá-las como símbolo religioso de uma ordem dinástica, consolidada com sua posterior divinização³⁵. Estes espaços de liberdade e autonomia a nível privado, público e cultural que as mulheres imperiais conquistaram têm a sua contrapartida no facto de cumprirem o papel de transmissoras de valores dominantes obviamente impostos pelos homens, mas que as internalizaram e com que em linhas gerais eles poderiam se sentir confortáveis (HIDALGO DE LA VEGA, 2003, p. 58).

Podemos perceber então, que as mulheres, principalmente as da *domus* imperial, realmente tiveram um papel importante, mas que não se definiu como poder real porque sua situação institucional, no caso das imperatrizes, não era concebida como tal. Hidalgo de la Veja (2012) explica que elas não têm um estatuto jurídico claro como o do Imperador. O próprio termo "Imperatriz", mesmo que tenha sido amplamente utilizado na bibliografia atual, não existe nas fontes clássicas e não possui um conceito claro. Desta forma, as Imperatrizes podiam ser poderosas desde que não ameaçassem a masculinidade, pois quando isso aconteceu, o poder feminino foi interpretado como algo transgressor e perturbador do equilíbrio social. Nesse sentido, veremos que as acusações de intrigas sexuais e adultério foram muito utilizadas pelos autores antigos como uma tentativa de difamação dessas mulheres.

Assim, a imperatriz torna-se "a infame", "a perversa", crítica intimamente ligada, dirigida aos maus imperadores; ou seja, aqueles que exerceram o poder de forma tirânica. Portanto, atacar uma imperatriz era uma forma de atacar o imperador que detinha esse tipo de poder. Mas também é evidente que a invectiva era dirigida contra si mesmas, como mulheres que não respeitavam o modelo que lhes era proposto de acordo com a ordem patriarcal romana (HIDALGO DE LA VEGA, 2012, p. 19).

Sendo assim, podemos concluir que as mulheres da *domus Caesarum* possuíam funções associadas à política, como por exemplo, gerar sucessores legítimos (e lutar para garantir seu sucesso) ou contrair casamentos por motivos políticos. Levando em consideração que as mulheres da dinastia Júlio-Cláudia eram parte do jogo político do império, a sua inserção em um relato historiográfico não é nenhuma surpresa. Por isso, concordamos com

Milnor (2009) com o fato de que o envolvimento feminino com a política nem sempre é descrito de uma forma negativa, como uma transgressão ou algum comportamento inadequado.

Em suma, os problemas originados da transição de um regime republicano para um regime imperial, marcado por um grande acúmulo de poder nas mãos de um só indivíduo (considerando que o Senado também detinha amplo poder), ampliaram as possibilidades dentro da política para as mulheres e permitiram que elas alcançassem uma importância histórica não imaginada até aquele momento, entrando completamente na escrita desse processo histórico. O estudo da atividade política dessas mulheres imperiais nos possibilita conhecer as relações de gênero em relação ao poder monárquico e traz uma nova visão de todo o período imperial. Porém, não podemos nos iludir, pois o centro do poder no âmbito tradicional será ocupado e mantido pelo Imperador, um homem.

2.6 EXEMPLAS E ESTEREÓTIPOS FEMININOS

Como pudemos perceber até agora, havia mecanismos e instrumentos do discurso histórico que os autores antigos utilizaram para desenvolver modelos de mulheres imperiais em paralelo ao discurso sobre o modelo masculino do Imperador. Segundo Hidalgo de la Vega (2012), do mesmo modo em que foi criado um protótipo de *Princeps* baseado na figura de Augusto, era preciso construir um modelo de Imperatriz. A ideia era estabelecer uma imagem coerente do Estado romano. Esse modelo deveria ser uma síntese das virtudes públicas e privadas e deveria ser difundido por Roma, Itália e províncias, por meio de vários canais de comunicação e divulgação, além de servir de referência para as mulheres daquela dinastia e das futuras.

Matthew B. Roller (2018) estabeleceu que as funções sociais e culturais dos *exempla* podem ser entendidas em três vertentes que se interligam e que podem até se confundir. A primeira vertente aponta que os *exempla* são essenciais para a argumentação e a persuasão romana, de forma que poderia realmente afetar a maneira com que os romanos se comportavam. A segunda compreende que os *exempla* são uma parte fundamental do discurso moral romano e que possibilitam o estabelecimento, a reprodução e a alteração dos valores sociais. A última diz que eles pressupõem uma relação particular entre presente e passado e, por conseguinte, compõe uma espécie de consciência histórica. Essas diferentes dimensões da exemplaridade são imprescindíveis para o trabalho que os *exempla* exerceram na cultura romana.

Rebecca Langlands (2018) ressalta que, dentro da estrutura ética romana, os *exempla* podem ser interpretados como ferramentas morais mediadoras entre o universal e o particular. Essa reflexão nos permite compreender que os preceitos dos *exempla* operam muito além de regras prescritivas e generalizantes, que dizem como as mulheres devem ou não se comportar, mas como uma mulher específica, em um determinado contexto, deveria ou não agir. É preciso perceber a versatilidade ética dessas mulheres.

A exemplaridade romana é um aspecto cultural que reúne um conjunto particular de práticas sociais, valores, símbolos e crenças. Outra noção que possui um papel importante e que deve ser pensada através dos *exempla*, é a de *fama*, que surge da força que as situações éticas exercem sob os *exempla*. Para entender melhor a noção romana de *fama*, é preciso buscar compreender também a de *infamia* e *pudor*, já que as três estão diretamente associadas:

[...] os conceitos de *fama* e *infamia* foram importantes ferramentas culturais para a regulação do bom comportamento. *Infamia* era a perda formal da boa reputação (*fama*). Poderia ser uma consequência da condenação por certos tipos de crime, e tinha implicações legais - a perda de reputação através de comportamento vergonhoso significava um estigma legal que privou os cidadãos de muitos de seus privilégios legais. Esperava-se que o comportamento público fosse monitorado pelo olhar moralizador da comunidade, e cada indivíduo agisse de tal forma que sua fama não fosse manchada. *Infamia* também poderia, mais informalmente, surgir da desgraça incorrida pelo próprio crime, representando novamente uma internalização das regras impostas externamente. O medo da desgraça ou diminuição diante os olhos da comunidade foi claramente uma força importante para a regulação do comportamento na Roma Antiga. Reforçando as restrições contidas nas leis romanas, havia o conceito de *pudor* - um sentimento de vergonha e desconforto sócio-ético decorrente de uma consciência de si como foco constante do olhar moralizador da comunidade, que colocou restrições sobre o comportamento de um indivíduo (LANGLANDS, 2006, p. 18).

Com base neste entendimento, consideramos que a *fama* de Agripina Menor será construída na obra de Suetônio⁶⁷ a partir da modelação que esse autor faz dos comportamentos desta mulher nas situações éticas que a insere. Dessa forma, a *fama* de Agripina não é algo permanente, mas resultado de mudanças de acordo com as razões e situações que Suetônio descreve. Além do mais, a *fama* é moldada na narrativa a partir das informações que esse autor acessa em seu período, posterior a época em que Agripina viveu, levando em consideração que não sabemos exatamente como e a partir de quem acessou este passado. Consequentemente, agindo na reconstrução do passado, a *fama* de Agripina é construída de forma direta sob a perspectiva de Suetônio. A escrita da memória sobre

⁶⁷ Trabalharemos melhor essa questão no terceiro capítulo.

Agripina feita por Suetônio também se dá considerando a tradição exemplar, as obras de autores precedentes a este autor e a esfera moral da sociedade em que ele estava inserido.

Podemos perceber que, da mesma forma que havia um modelo de Imperatriz baseado na imagem do *Princeps*, também haviam os modelos opostos que surgiram como consequência, tanto o *pessimus Princeps* quanto a mulher imperial infame.

A dicotomia entre as mulheres boas e más pode ser percebida na história de Tito Lívio sobre Lucrecia, ao fim do primeiro volume de sua obra, *Ab Urbe Condita*. Nessa história, o marido de Lucrecia vence uma aposta contra os Tarquínios ao encontrá-la em casa, rodeada por criadas e fiando lã, enquanto que as esposas dos perdedores são encontradas jantando em uma festa.

Na dinastia Júlio-Claudiana, podemos encontrar exemplos dessas mulheres consideradas infames, que foram, a princípio, muito elogiadas por autores da época, e só depois foram difamadas com base em suas ações políticas.

Agripina Menor era uma dessas mulheres, pois foi acusada de cometer incesto com o tio e até com o próprio filho. Hidalgo de la Vega (2012) menciona que foi Tácito quem passou a divulgar o boato da relação entre Agripina Menor e seu filho, e que isso seria um símbolo da prática egípcia do casamento faraônico entre irmãos, muito rejeitada pela moral romana.

Essa qualificação de matronas infames fazia parte do afrontamento político da *vituperatio*, dirigida aos imperadores considerados tiranos, porém a crítica também foi dirigida a elas em razão do universo patriarcal da sociedade romana.

As fontes literárias, em latim e grego, do período imperial são muito abundantes para o estudo do principado de Augusto e, em geral, para todo o Alto Império. Eles estão fundamentalmente centrados na história política do centro do Império: Roma, o imperador e sua família. Todas são escritas por homens, exceto algumas *Memorias* escritas por Agripina, a Menor, que devem ter sido de grande importância, mas estão perdidas. Por ser uma historiografia de cunho político e centrada na casa real, as mulheres imperiais ocupam um lugar importante nessas obras, mas são sempre analisadas e julgadas de uma perspectiva androcêntrica, para não dizer misógina. As análises são sempre feitas do ponto de vista dos homens da elite romana e refletem a ideologia dominante em uma sociedade patriarcal em relação às relações de gênero (HIDALGO DE LA VEGA, 2012, p. 78).

Assim, podemos concluir que essas fontes trouxeram informações muito valiosas sobre as mulheres imperiais, ainda que elas apareçam como figuras secundárias e submissas aos homens. Compreender a complexidade de suas identidades e poderes não é uma tarefa fácil devido à todas as críticas negativas de autores como Tácito, Suetônio e Dião Cássio.

Nesse ponto, consideramos necessário apresentar os autores antigos citados acima para demonstrar a sua relevância.

De acordo com Teixeira (2013), Cornélio Tácito nasceu por volta do ano de 54 d.C., no entanto, o local de seu nascimento é incerto. Ele iniciou sua carreira no Período Flávio (69-96 d.C.) e chegou ao consulado entre os anos de 112-113 d.C., sendo nomeado procônsul da província da Ásia⁶⁸. Sua obra *Anais*, que nos interessa neste trabalho, é conhecida parcialmente. As partes referentes ao imperador Calígula, ao início do Principado de Cláudio e ao fim do Principado de Nero, foram perdidas. Tácito é considerado um dos autores latinos mais conhecidos da historiografia romana.

Segundo Timothy David Barnes (1984), Dión Cássio nasceu em 150 d.C., na Bitúnia, região que atualmente corresponde à moderna Turquia. Ele era membro de uma das grandes famílias da cidade de Niceia, na mesma região. Seu pai havia sido senador romano e governador na Sicília e na Dalmácia e, após sua morte, Dión Cássio foi para Roma, onde foi cônsul duas vezes. Sua maior obra, *História Romana*, foi escrita em língua grega, com base nas perspectivas das elites e do Senado.

Plínio, o Velho, também trata de personagens femininas e, inclusive, cita Agripina Menor. De acordo com Annateresa Fabris (2004), ele nasceu em *Novum Comum*, atual Como, na Itália, em 23 d.C. ou 24 d.C. Após ter exercido a atividade legal em Roma, Plínio foi oficial de cavalaria na Germânia. Entre 70 e 76 d.C. exerceu o cargo de procurador na Gália, na África, na Hispânia e, provavelmente, na Judéia e na Síria. Foi nomeado comandante da frota de Miseno, um dos principais portos romanos, e morreu em seus arredores em 79 d.C., durante a erupção do vulcão Vesúvio. A única obra de Plínio que chegou até nós foi *História Natural*.

Para Tácito, tais mulheres consideradas infames tinham o poder de organizar conspirações e facções de pressão política, com a finalidade de manipular o processo político para conquistar seus próprios interesses. Agripina Menor foi qualificada por ele como *dux femina*, qualificador que Tácito utilizou para descrever as rainhas bárbaras (*duces feminae*) em sua obra *Agrícola* (16.1; 31.4). Ele também a qualifica, assim como sua mãe, como *atrox*, que, segundo Hidalgo de la Vega (2012, p. 79), “era um tributo normalmente associado aos soldados na guerra e que expressa simbolicamente, mas de forma inadequada, a forma como ela deseja ter sucesso na esfera da política, espaço reservado exclusivamente aos soldados”.

⁶⁸ MELLOR, Ronald. **Tacitus**. New York: Routledge, 1993. p. 6-7.

As palavras *servitium* e *dominatio* que lhe aplica sugerem que, como figura influente no Estado, exerceu o mesmo poder absoluto que um *pater familias* exerce sobre sua família de escravos. Por esse motivo, esses termos conotam um poder político ilegítimo e, quando aplicados a um homem, teriam conotações muito negativas, portanto, quando dirigidos a uma mulher, são vergonhosos por ela ser uma intrusa no processo político (HIDALGO DE LA VEGA, 2012, p. 79, grifos da autora)

A mãe de Agripina Menor, no entanto, aparece para nós como uma figura emblemática dentro desses aspectos. As primeiras descrições de Agripina Maior a apresentam como uma representante do modelo da matrona romana, esposa fiel e mãe de muitos filhos. Ela era neta direta de Augusto, lutou pelo poder para o marido e os filhos e, "à maneira de um homem" (Tac., *Ann.* VI, 31; XII, 7), lutou pelos seus direitos, principalmente depois da morte de Germânico, seu marido. Assim, ela aparece diante do imperador Tibério como a "imagem viva" de Augusto e "nascida de seu sangue celestial" (Tac. *Ann.* IV,52). Agripina Maior, de acordo com as fontes antigas, formou e liderou um movimento político, e se tornou uma ameaça real para Tibério, o que a levou a seu exílio e possível assassinato.

(...) mas seu filho Calígula herdou o poder monárquico e desenvolveu uma espécie de concepção monárquica mais próxima das monarquias orientais do que do modelo augustano. No contexto dessa concepção e de sua pretensão de projetar uma maior legitimação pela sua proximidade com Augusto, as palavras de Suetônio são explicadas quando se refere em sua biografia ao fato de Calígula "não querer que se acreditasse ou se dissesse que era neto de Agripa. Por outro lado, propagou que sua mãe havia nascido fruto do incesto que Augusto cometera com sua filha Júlia » (*Gaius XXIII*) (HIDALGO DE LA VEGA, 2003, p. 54).

Deste modo, Agripina Maior é representada como um novo tipo de matrona que, por um lado, manteve os valores tradicionais romanos como a modéstia, castidade e fidelidade, mas ao mesmo tempo demonstrava um lado considerado imoral.

Perante essas representações difamatórias criadas pelas próprias fontes, não devemos poupar esforços historiográficos e metodológicos para colocar o debate e a interpretação histórica em bases mais sólidas.

2.7 CASAMENTO, FAMÍLIA E MORAL SEXUAL NA VISÃO ROMANA ANTIGA

Veyne (2009) revela que os homens se casavam na Roma Antiga para esposar um dote, pois esta era uma das formas honrosas de enriquecer. O casamento se tratava de uma união legítima entre dois indivíduos livres, um cidadão e a filha de um cidadão, era um ato

privado e não escrito, onde havia somente um contrato de dote. Os escravos não tinham direito de se casar e os estrangeiros, mesmo que se casassem através de seus ritos de origem, não tinham seu casamento reconhecido pelas leis romanas. Também se fazia necessário saber se o casamento havia sido consumado, uma vez que este criava efeitos de direito e deveria gerar futuros cidadãos romanos. Veyne em outra obra “Sexo e Poder em Roma” (2008), afirma que os filhos originados dessa união eram legítimos, eles assumiam o nome do pai e davam continuidade à linhagem, sendo herdeiros do patrimônio. Este mesmo patrimônio também poderia ser mantido através de um testamento e a linhagem poderia continuar através da adoção.

Conforme Veyne (2008), os princípios básicos e essenciais do casamento eram a lisura e a austeridade, e esta seria uma instituição de grande importância e centralidade, já que a organização geral sobre a propriedade estava apoiada em sua existência.

De acordo com Michel Foucault (1997), aos cidadãos eram impostos diversos códigos, leis, costumes e condutas, a fim de garantir a manutenção e ampliação da sociedade. Dentro disso, o casamento era necessário visando o enriquecimento da cidade. Como esta era uma sociedade patriarcal e masculina, o homem era o *pater familias*, detentor da *pater potestas*, um poder político e moral dentro do casamento. O controle de si, da esposa e do casamento era uma maneira de demonstrar sua capacidade de poder político e de que o homem estava cumprindo seus deveres enquanto cidadão.

Silva (2012) aponta que a primeira função do casamento era a descendência. Em latim o casamento chama-se *justum matrimonium* ou *justae nuptiae*. Originada da palavra *mater* temos a palavra *matrimonium*, o que remete à condição ou capacidade da mulher romana de ser mãe. Dessa forma, as romanas eram as responsáveis pela reprodução da sociedade e tinham como destino a maternidade (ROUSELLE, 1990). Para os romanos, o casamento era uma instituição muito sólida, compreendido como uma união monogâmica e consentida entre um homem e uma mulher. De acordo com Will Durant (1971), os casamentos eram negociados pelos pais dos noivos, ou pelo futuro marido e por quem tinha o direito de pátrio poder (*patria potestas*) sob a mulher.

Nos primeiros anos, segundo Mennitti (2015), apenas os cidadãos romanos tinham a autoridade de contrair matrimônio, *ius connubii* (o direito de casar). A princípio, a esposa (*uxor*) ficava completamente sob a autoridade do marido (*maritus*).

Na Roma Antiga, de acordo com Silva (2012), houve duas formas de casamento: *cum manu* e *sine manu* (com a mão e sem a mão). A *manus* estava relacionada com o poder (*patria potestas*) que era exercido pelo pai ou ascendente homem de maior idade (*pater familias*)

sobre a mulher. De maneira geral, as mulheres ficavam sob o poder do pai ou, caso ele morresse, de um parente agnado mais próximo. O casamento *cum manu* era caracterizado pela transmissão da *patria potestas* da mulher de sua família para a família de seu marido. Já o casamento *sine manu* surgiu por volta do século III a.C. em oposição ao casamento *cum manu*.

Nesta nova espécie de matrimônio, a mulher não passava mais a pertencer à família do marido, permanecendo em sua própria família e submetida ao poder de seu pai. Quando este morria, ela ganhava certa independência e recebia também sua parte da herança (que era igual a dos filhos homens), tornando-se economicamente independente do marido. Este fato certamente contribuiu para um novo equilíbrio das relações conjugais (VEYNE, 2009, p. 59).

Haviam várias possibilidades de se efetuar o casamento e conseguir a *manus* de uma mulher. Segundo Marina Regis Cacchioli (2014), uma das formas mais antigas era a *confarreatio*, que a autora define como um ritual, em que havia a divisão de um pão de farinha como símbolo de uma nova vida em comum e também como oferenda ao deus Júpiter, protetor da farinha. Outra maneira era a *coemptio*, que consistia na compra simbólica da esposa.

Silva (2012) ressalta que, durante o Império, o casamento *cum manu* tendeu a desaparecer, e o casamento *sine manu* acabou prevalecendo e esta seria uma maneira de favorecer a manutenção do patrimônio das famílias abastadas.

Com relação ao segundo casamento, depois de um divórcio, os historiadores modernos de Roma têm percebido que quanto mais se descobre sobre pessoas de importância pública, mais casamentos são encontrados, o que nos permite perceber que divórcios e novos casamentos eram bastante comuns para homens públicos. Keith Bradley (1991) explica que o segundo casamento acontecia nas elites romanas pois o matrimônio estava muito relacionado à vida dos homens públicos, que associavam as uniões matrimoniais a suas carreiras. “As leis baixadas pelo Imperador Augusto (27 a.C.-14 d.C.) exigiam dos cidadãos, homens e mulheres, que se casassem novamente em caso de viuvez ou de divórcio, principalmente se o primeiro casamento não tivesse gerado descendentes” (SILVA, 2012, p. 336).

A princípio, segundo Sarah Pomeroy (1987), apenas os maridos podiam pedir divórcio, e somente se a mulher tivesse cometido alguma atitude considerada grave, como o adultério. Quando o divórcio acontecia o marido também deveria devolver uma parcela do dote à família da esposa, pois, se isso não acontecesse, metade do dote ficava nas mãos da (ex)esposa e a outra metade à deusa Ceres. Se o casal tivesse filhos, eles ficavam com o pai,

pois este detinha o *pater potestas*, um poder sob aqueles que lhe eram subordinados e pelo fato de que o culto familiar, que era realizado por intermédio dos homens, impedia a perda da família.

O divórcio também poderia acontecer sem a vontade dos cônjuges, mas pela influência dos pais destes, com o objetivo de alcançar uma nova aliança política. Grimal (1991, p. 86) afirma: “[...] ainda que juridicamente o casamento se baseasse no livre consentimento dos esposos, era, sobretudo, um meio de concluir alianças entre as famílias, estabelecer ou consolidar amizades, garantir apoio dentro da *urbs*”.

O segundo casamento também foi comum para as mulheres durante o período imperial. Jérôme Carcopino (1990) destaca a existência de vários divórcios no período dos Antoninos, e aponta que o filósofo Sêneca, no século I d.C., dizia que nenhuma mulher deveria se envergonhar por romper o casamento.

Porém, estando casadas, as mulheres deveriam seguir um modelo de esposa ideal que, segundo a historiografia, era aquela que confiava no marido e o incumbia de administrar seus bens. Segundo Grimal (1991), o marido deveria cuidar da fortuna pessoal da esposa, protegê-la e estimá-la.

Veyne (2009) afirma que, na condição de casada, a mulher deveria aceitar sua “inferioridade natural”, manter uma postura equilibrada e ser submissa ao marido. A mulher era entendida como um ser infantil, extremamente passional e emotivo, que deveria ser cuidado e controlado. Inclusive, segundo o autor, um ato considerado errôneo causado pela esposa poderia gerar uma má reputação ao homem, que seria moralmente acusado de não ter controle sobre a própria esposa.

O casamento é apenas um dos atos da vida, e a esposa não passa de um dos elementos da casa, que compreende igualmente os filhos, os libertos, os clientes e os escravos. ‘Se teu escravo, teu liberto, tua mulher ou teu cliente ousam replicar, tu te enraiveces’, escreve Sêneca. Os senhores, chefes de uma casa, resolvem as coisas entre si, como de poder a poder, e se um deles deve tomar uma grave decisão reúne o “conselho de amigos” em vez de discutir com a mulher (VEYNE, 2009, p. 48, grifos do autor).

Veyne (2009, p. 46) também trata sobre a questão da monogamia na Roma antiga:

No século I antes de nossa era um romano deve considerar-se um cidadão que cumpriu todos os seus deveres cívicos; um século depois, deve considerar-se bom marido e oficialmente respeitar a mulher. Em outros termos, chegou um momento em que se interiorizou numa moral essa instituição cívica e dotal que era o casamento monogâmico. Por que tal mudança? Michel Foucault acha que o papel dos homens, dos machos, muda

quando o Império sucede a República e as cidades gregas independentes; os membros da classe dirigente, cidadãos militantes que eram, tornam-se notáveis locais e fiéis súditos do imperador. O ideal greco-romano de autodomínio, de autonomia, estava ligado à vontade de exercer também um poder sobre a vida pública (ninguém é digno de governar se não sabe se governar); no Império, a soberania sobre si mesmo deixa de ser uma virtude cívica e torna-se um fim em si: a autonomia proporciona a tranquilidade interior e a independência em relação à Fortuna e ao poder imperial.

É importante destacar que essa discussão vale somente para a classe abastada, uma vez que a documentação não nos permite ir além.

Essa nova moral então, segundo Veyne (2009), trazia instruções para aqueles que não ousavam discutir com as instituições, o que acabou gerando o mito do casal, em que na antiga moral cívica a esposa era vista quase que como um objeto, um instrumento da função de cidadão e chefe de família, concebendo filhos e aumentando o patrimônio. Na nova moral, essa visão é substituída, e a mulher passa a ser compreendida como uma amiga, porém, uma amiga inferior, seu esposo deveria respeitá-la como um verdadeiro chefe respeita seus auxiliares devotados. “Em suma, o casal chegou ao Ocidente no dia em que a moral decidiu se perguntar por que boa razão um homem e uma mulher deviam passar a vida juntos e não mais aceitou a instituição como uma espécie de fenômeno natural” (VEYNE, 2009, p. 47).

Nesse sentido, Veyne (2009) apresenta uma visão um tanto generalizadora, pois ele se orienta apenas a partir da conjectura do casamento e do estatuto jurídico da mulher, e afirma que a condição da mulher apenas pode ser alterada quando esses aspectos passam por alterações também. Haviam outros domínios para além do casamento e da legislação romana que, segundo Mennitti (2015), englobavam um arco maior de possibilidades, nem sempre correspondendo a um modelo único de funcionamento e caracterização.

No que se refere às relações extraconjugais, Mennitti (2015) menciona que tratava-se de um comportamento comum por parte dos homens e que era relativamente aceito, ainda que não fosse considerado ideal. Um homem poderia ter amantes ou manter concubinas, no entanto, estas relações não eram reconhecidas em âmbito legal e não formavam uma família, mesmo que houvesse a concepção de filhos. Estes, sendo ilegítimos, não poderiam receber seu nome ou herança e não seriam reconhecidos como filhos diante da lei. A mulher, porém, deveria ser fiel ao marido. De acordo com Aulo Gélcio (*Les nuits attiques*, X, 23, 5), Catão teria dito em um discurso: “se você surpreende sua mulher cometendo o adultério, pode assassiná-la impunemente e sem julgamento, mas se ela o surpreende, não pode te tocar nem com um dedo”. Nessa palavras percebemos a existência de uma dupla moral, que impunha regras diferentes para homens e mulheres.

Cacchivioli (2014) destaca que não eram somente as mulheres casadas que tinham sua sexualidade controlada, uma vez que as viúvas ou divorciadas não deveriam ter relações sexuais, sob pena de assassinato. “A diferença era que, nestes casos, como estas não tinham maridos, seriam os pais a puni-las. Todavia, é difícil afirmar o quanto estas punições de fato ocorriam” (CACCHIVIOLI, 2014, p. 158).

Como vimos anteriormente, foi somente na época de Augusto que houve modificações jurídicas com relação ao adultério.

Para Moses Finley (1990), o adultério cometido pelos homens era aceito porque o conceito de família dos romanos era diferente. Para os romanos, a família consistia a base de sua organização social e abrangia todas as pessoas sujeitas à autoridade do *dominus*, do dono e senhor da casa, o *pater familias* e também a pessoas que possuíam uma ligação com um ancestral em comum. Segundo Basílio (1997), não existia a figura da *mater familias* como legalmente reconhecida, e a figura feminina que apresentava um considerável status e respeito é a figura da *matrona*.

Os parentes do pai, que definia a identidade dos filhos e estabelecia os vínculos de herança, nome, culto, residência, eram severos. Os tios e avós paternos eram distantes e exigentes. Os parentes do lado materno, sem vinculações institucionais, já que as crianças não herdavam bens, nome, culto e residência da mãe, estabeleciam relações muito mais ternas com seus afilhados, netos e sobrinhos (FUNARI, 1993, p. 44).

De acordo com Luciane Omena (2007), os pais na Roma antiga tinham total poder para decidir o que era de sua propriedade, tinham o direito de decidir pelo destino das mulheres e das crianças, e podiam, por exemplo, tomar decisões sobre o casamento de seus filhos e filhas.

Sobre a relação do casal dentro do casamento, Veyne (2009) explica que os maridos precisavam apenas cumprir com seus deveres. Se o casal acabasse se entendendo bem, isso seria apenas um mérito extra, não uma pressuposição.

O amor conjugal era sorte, não base do casamento nem condição do casal. Todos sabiam que o desentendimento era um flagelo difundido por toda parte e resignavam-se; os moralistas diziam que, aprendendo a suportar as falhas e os humores de uma esposa, o homem se formava para afrontar as penas do mundo; em numerosos epitáfios o marido fala de sua ‘caríssima esposa’, mas em outros epitáfios, não menos numerosos, diz: ‘Minha esposa, que nunca me deu motivo para queixa’ (*querella*). Os historiadores elaboravam listas de casais unidos até a morte; o que não impedia que, ao cumprimentar um recém-casado, se dissesse, como Ovídio: ‘Possa tua mulher igualar o marido na incansável bondade! Que raramente uma cena doméstica perturbe vossa união!’. Com tais palavras esse poeta fino e cortês

não cometia uma gafe, não constrangia ninguém. Não sendo obrigatório, maior era o mérito de tratar bem a esposa, ser ‘bom vizinho, anfitrião amável, meigo com a mulher e clemente com o escravo’, diz o moralista Horácio (VEYNE, 2009, p. 51, grifos do autor).

Segundo Bradley (1991), o casamento não poderia ser associado com a felicidade do casal, e o sentimento era algo que surgia por acaso dentro do casamento. Dessa forma, o amor enquanto sentimento era apenas uma superestrutura que os costumes não consideravam (GRIMAL, 1991, p. 06).

Feitosa (2002) aponta que a palavra “amor” foi compreendida com significados que se relacionam com amizade, afeição, paixão, desejo e ternura.

Nas análises de Juan Galán (1996), o amor aparece em várias produções literárias, cartas e inscrições funerárias. Porém, segundo o autor essas demonstrações que falam sobre o amor seriam isoladas, pois os romanos viam o sentimento amoroso como algo mais introspectivo.

Jean-Noel Robert (1999, p. 130) afirma que para um romano “a anomalia era ter que suportar a paixão. A moral antiga ignorava amor”, todavia, os prazeres “permanecem entre as principais preocupações do homem romano” (ROBERT, 1994, p. 44).

Grimal (1991, p. 267) considera que o amor fazia parte das relações matrimoniais, destacando que “parece que os romanos conseguiram conciliar o que parecia inconciliável: a independência das mulheres e sua docilidade, a situação social e o afeto, os direitos do coração e os imperativos da razão. É um quadro idílico, porém lúcido”.

O autor também enfatiza o caráter específico do amor em acordo com o grupo social em que se constituía. Em relação àqueles que não pertenciam às elites, parece-lhe que:

A liberdade de costumes aumenta: as mulheres têm menos a perder, os homens têm menos dinheiro e não encontram em casa o que lhes satisfaça os sentidos. Então correm atrás de aventuras. [...] Até essas criaturas simples refletiram que o prazer não perdura... (GRIMAL, 1991, p. 326).

Grimal (1991) traz um conceito idealizado de relação conjugal, baseado na fidelidade e na longa duração, e o coloca como modelo em vigor na sociedade romana, e através dele interpreta os outros tipos de relações.

Mennitti (2015) aponta que por vezes o amor é associado tanto às emoções quanto à vida sexual ou ao desejo de ordem estritamente sexual.

À respeito da sexualidade, Eva Cantarella (1999) evidencia que os valores sexuais e afetivos das elites romanas, eram os padrões socialmente aceitos de maneira geral dentro da

sociedade romana. É claro que esses não eram os únicos existentes e válidos na sociedade romana, mas funcionavam como um exemplo geral para os valores e comportamentos éticos e amorosos, e, ainda é importante destacar, que haviam também os desvios e exceções dentro destes padrões.

Um elemento importante para entendermos a moral sexual romana é o conceito de *pudicitia*, comumente traduzido como “virtude sexual”. Langlands (2006) aponta que, além deste termo, outros podem ser relacionados à moral sexual, como *castitas*, *sanctitas*, *abstinentia*, *continentia*, *verecundia*, *modestia*. O termo *pudicitia* apresenta ampla polivalência e é um conceito específico dos romanos que, como explica Mennitti (2015), está associado a atributos e qualidades morais, podendo significar uma espécie de força moral que auxilia no autocontrole, relacionando-se também com a ideia de moderação e pudor, ligado a um senso de moralização da sociedade. Além de poder ser considerado uma virtude heroica, associado a coragem e ao senso de comunidade, dentre tantos outros significados, dependendo dos contextos culturais, sociais, políticos, etc. A *pudicitia* é considerada por Langlands (2006) parte de um modo muito específico de pensar sobre o sexo e sobre ética.

A moral baseada na *fama* e na *infamia* se apresenta como um ponto chave na construção da sexualidade individual, determinando as características e comportamentos recomendados diante de si mesmo e dos outros. De acordo com Langlands (2006), a moral sexual nos traz a oportunidades de entender a relação entre o lado público da virtude na sociedade romana e o desenvolvimento ético do indivíduo. Entretanto, a moral sexual não é apenas sobre a prática sexual em si, indo além das práticas, além do binômio atividade-passividade e também além do desejo masculino de dominação. Para Mennitti (2015, p. 50) “Ela vai ser fundamental também na percepção e construção das identidades sexuais pautadas nas diferenças entre os gêneros, contribuindo para a divisão sexual da sociedade”.

Conforme Cavicchioli (2014), não havia uma moral romana para todos, sendo que o estatuto sexual de cada pessoa estava ligado à sua posição social, evidenciando que “Os romanos não esperavam o mesmo comportamento sexual de um homem livre, de uma matrona, de um(a) prostituto(a), de uma vestal, de um(a) liberto(a) ou de um(a) escravo(a)” (CACCHIVIOLI, 2014, p. 157). Podemos perceber também que, muitas vezes, havia um discurso normativo sobre a sexualidade feminina e a sexualidade como um todo, porém não podemos considerar estes discursos como realidade ou como únicos.

Para exemplificar, veremos que, no caso da posição sexual em que a mulher se colocava por cima do homem, a visão de que isso simbolizaria a submissão feminina parece estar mais presente nas interpretações propostas do que nas próprias fontes documentais.

Cacchicioli (2014) entende que esta posição demonstra uma disposição de controle durante o intercuro amoroso, não de submissão. À princípio, Veyne (1985) tem uma visão contrária, defendendo que é somente com o passar do tempo e com a emancipação feminina que este sentido é invertido. Por esta nova interpretação, agora como uma mulher ativa, ela passa a ser mal vista:

[...] de Sêneca a Krafft-Ebing decorre um período intermediário no qual o *equus eroticus* é mal visto, porque a condição da mulher se emancipou; ela não está mais a serviço do prazer masculino, não deve colocar-se por cima, ao contrário, é ao homem que compete ser activo, dar boa prova de si, cuidar de si mesmo; se a mulher o cavalgar será suspeita de abusar da sua qualidade de pessoa humana por se acreditar igual ao homem; Sêneca enraive-se quando descobre que o vício chegou um ponto tal que, agora são as mulheres que cobrem os homens (*iros ineunt*) (VEYNE, 1990, p. 183).

O texto original de Sêneca está presente em suas *Cartas a Lucílio* (95, 21), nas quais o autor dizia o seguinte: “Com efeito, nem ainda por lascívia cedem aos maridos: elas, que nasceram para se submeter (oxalá possam os deuses e deusas castigá-las!), submetem os maridos, por isso é perverso este gênero de impudícia inventada”.

Podemos perceber que Sêneca condenava a postura ativa feminina por considerá-la imprópria à natureza das mulheres e, desta forma, perversa. Porém, não podemos afirmar que tal reprovação era um consenso em toda a sociedade romana, assim, entendemos que o discurso de Sêneca poderia ser mais um entre diversos outros discursos. Trata-se de uma visão masculina e elitista e, embora possa representar um valor moral comum dentro de um determinado grupo social, não pode ser interpretado como único.

2.8 AGRIPINA MENOR: DETALHES DE UMA VIDA

Após discutir todos os pontos considerados acima para a compreensão do contexto feminino dentro da sociedade romana, principalmente durante o Principado, trataremos especificamente da vida de Agripina Menor.

O Principado romano conheceu, desde o início, a atividade política das mulheres que o constituíram. Ao analisarmos a documentação existente sobre esse período, foi possível perceber que as mulheres estiveram longe de serem secundárias ou anônimas. Pelo contrário, textos de autores antigos, como os de Flávio Josefo, Plutarco, Tácito, Suetônio e Dión Cássio nos permitiram observar as diferentes formas de participação política por parte das mulheres.

Inseridas nesses parâmetros, deparamo-nos com as figuras das Júlias⁶⁹, mulheres imperiais que participaram do poder de diversificadas maneiras. Assim, chamou-nos a atenção, entre essas mulheres, Agripina Menor, objeto que direciona os olhares de inúmeros autores, tanto antigos como de nossa contemporaneidade.

Segundo Anthony Barret (1996), Júlia Agripina Menor, também conhecida como Agripina, a Jovem ou Agripinila e, depois do ano 50 d.C., como Júlia Augusta Agripina, foi uma imperatriz-consorte romana. Era a quarta filha de Agripina Maior e Germânico, a primeira dentre as meninas. Tinha três irmãos, Nero César, Druso César e Calígula, futuro imperador, além de duas irmãs mais novas, Júlia Drusila e Júlia Lívila. Foi esposa de seu próprio tio, o imperador Cláudio, a quem foi acusada de assassinar para tornar seu filho Nero imperador.

Talvez, entre todos os pontos aqui destacados, um de suma importância, pelo menos em nossa visão, seja o fato de que Agripina era bisneta de Augusto, considerado por muitos como o Primeiro Imperador de Roma. Era, dessa maneira, herdeira dos Iulos, da deusa Vênus e de Ânquises, e detinha, em suas veias, o sangue imperial, a legitimidade do governo de Roma, apesar de não poder governá-la na condição de mulher. É preciso destacar que ela também era bisneta de Marco Antônio.

2.8.1 Família, Ascendência e Descendência

Segundo Joyce E. Salisbury (2001), a dinastia Júlio-Claudiana de imperadores definia sua legitimidade para governar através de seu parentesco com o grande César Augusto. Devido à laços significativos de sangue, as mulheres passaram a ser descendentes muito importantes, pois através do casamento e dos herdeiros, era possível reivindicar legitimamente o trono imperial. Os matrimônios eram utilizados para criar alianças políticas e para construir uma família imperial, que ao longo das gerações renovaram as alianças, principalmente entre as famílias de Lívila e Augusto⁷⁰.

Uma dessas mulheres importantes por ter o sangue de Augusto era Agripina Maior, que, segundo Marjorie Lightman e Benjamin Lightman (2008), era uma mulher muito poderosa e ambiciosa, que tinha consciência de sua herança e que se esforçava para ver sua família recebendo os títulos, honras, respeito e posições dignas de sua ascendência.

⁶⁹ Ver Apêndice A, página 136, referente à genealogia da Dinastia Júlio-Claudiana.

⁷⁰ Árvore genealógica está em Apêndices A, página 136.

Agripina Maior se mostrou uma personagem de intervenção política significativa. Ela era uma dentre os cinco filhos de Julia, a Velha, que foi a única filha de Augusto e sua primeira esposa, Escríbônia. Seu pai era Marco Vipsânio Agripa, um grande general, muito próximo de Augusto. Para Salisbury (2001) Agripina Maior tinha pleno conhecimento da importância de sua posição na família. Ela era filha da única filha biológica de Augusto, e seu avô tinha orgulho dela — Suetônio afirma que Augusto escreveu uma carta elogiando sua inteligência e direcionando sua educação. Além disso, foi Augusto quem arranhou o casamento da Agripina com Germânico, sendo assim, Agripina Maior forneceria o elo sanguíneo juliano para seus sucessores.

Germânico era filho de Nero Cláudio e Antônia Menor. Seu pai era irmão do futuro Imperador Tibério e sua mãe era filha de Marco Antônio e da irmã de Augusto, Octávia. Germânico era um comandante militar popular que era adorado pelo povo de Roma. Possuía uma personalidade carismática e parecia ser o sucessor perfeito de Augusto. Assim, Augusto decidiu adotar Tibério, seu enteado, como herdeiro e insistiu que Tibério adotasse Germânico e promettesse a sucessão a ele.

Agripina Maior acompanhou o marido em sua campanha na Germânia Inferior em 14 d.C. De acordo com Benjamin e Marjorie Lightman (2008), ela era generosa e popular com as tropas, pois auxiliava com comida, roupas e cuidados médicos. Histórias sobre ela relatam seus atos de coragem e caráter forte, como em 15 d.C., quando as tropas romanas que fugiam dos germanos recuaram em direção a uma ponte que atravessava o rio Reno. Agripina teria se posicionado na cabeceira da ponte e interrompido a fuga, fazendo com que as tropas permanecessem firmes e vencessem a batalha.

Tácito destaca que ela atuou como um verdadeiro general, revistando as tropas e fornecendo-os o que necessitassem. Nessa época seu filho, Caio, percorria o acampamento vestido como um soldado, sendo apelidado de Calígula pelos militares por utilizar uma miniatura dos calçados que eles usavam (TEIXEIRA, 2013, p. 70).

Germânico e Agripina Maior tiveram nove filhos, dos quais seis sobreviveram, e isso teria criado uma imagem de casal fértil e promissor⁷¹. A menina mais velha do casal era Agripina Menor, nascida em 6 de novembro de 15 d.C., em *Ara Ubiorum* (Colônia moderna). Segundo Laura Leonor Firmiano Teixeira (2013), Agripina Menor conheceu Roma com um

⁷¹ BARRETT, Anthony A. (2002). op. cit., p. 53. SMITH, Cecil H. A Portrait Bust of Agrippina. **Burl. Mag.**, v. 11, n. 50, 1907, p. 100.

pouco mais de um ano de vida, quando Germânico voltou da Germânia com sua esposa e filhos celebrando seu triunfo pelas vitórias sobre as tribos do ocidente de Elba.

Em 19 d.C., Germânico morreu em Antioquia durante uma campanha. Seus contemporâneos questionaram se sua morte havia sido um acidente ou se Tibério teria conseguido se livrar de seu rival. Para Agripina Maior não havia dúvidas, ela estava certa de que seu marido havia sido assassinado e divulgou essa ideia amplamente. Segundo Anthony Barrett (1996), Agripina Maior sempre acreditou no poder da opinião pública, o que pode ser observado em inúmeras ocasiões, como em suas tentativas de conquistar soldados na Germânia e na Síria, e o grande espetáculo que ela armou quando voltou à Península Itálica com as cinzas de Germânico. Teixeira (2013) afirma que a comoção popular ao saber da morte de Germânico foi enorme, e que Agripina foi chamada de glória de Roma e, ainda, de modelo das virtudes antigas.

Quando os restos mortais de Germânico foram levados a Roma, houve um grande aumento da simpatia da população por sua viúva e seus filhos, enquanto a popularidade de Tibério caía cada vez mais. “Agripina Maior contava com relevantes apoiadores, com o carinho da população romana e, especialmente, com a certeza de sua ascendência superior” (TEIXEIRA, 2013, p. 77).

Segundo Salisbury (2001), as relações tensas entre Agripina Maior e Tibério finalmente terminaram em um jantar, quando o Imperador ofereceu a ela uma maçã e a viúva recusou, afirmando que estaria envenenada. Ele nunca mais a convidou para jantar e passou a buscar uma maneira de removê-la, bem como à sua família da sucessão imperial.

A inimizade entre Agripina e o príncipe pode ter sido real, mas não deve ter ajudado a manter solidariedades em torno da neta de Augusto; é também provável que, na ausência de um líder do sexo masculino, o círculo de relações de Agripina tenha emagrecido nos anos a seguir à morte de Germânico; e uma liderança política feminina era mal apreciada em Roma (FURTADO, 2010, p. 530).

Ainda de acordo com Furtado (2010), alguns dos que faziam parte do grupo de *amici* de Agripina começaram a ser sistematicamente perseguidos e eliminados, apesar de nem sempre ser devido à sua relação com a viúva de Germânico.

A situação entre o imperador e Agripina Maior, em seus momentos finais, demonstra especialmente que Tibério a acusava diretamente de desejar exercer o poder; ela como descendente biológica de Augusto era uma oponente ao poder. Uma mulher romana baseada em suas ascendências compreendeu que era direito seu estar ligada ao poder; não podemos afirmar que ela desejava o poder para si própria ou para um de seus filhos.

Entretanto é inegável que sua ligação biológica com Augusto foi lembrada e utilizada para justificar suas atitudes e aspirações (TEIXEIRA, 2013, p. 80).

Finalmente, em 29 d.C., Agripina e seus dois filhos mais velhos foram acusados de conspirar contra Tibério. Eles foram julgados e condenados ao exílio. Um dos meninos, Nero, cometeu suicídio logo após o julgamento, e o outro, Druso, morreu por inanição enquanto estava preso em Roma alguns anos depois. Agripina foi exilada na ilha de Pandateria e Suetônio relata sobre seus maus-tratos, que haviam sido ordenados por Tibério:

Em punição por seus violentos protestos, ele [Tibério] ordenou que um centurião lhe desse um bom açoitamento; no decurso do qual ela perdeu um olho. Então ela decidiu morrer de fome e, embora ele tivesse suas mandíbulas abertas para alimentação forçada, conseguiu (*Suet. Tib. 53*).

Jamais saberemos se ela realmente morreu por inanição. Os outros filhos não sofreram diretamente com os ataques à família, eles permaneceram aos cuidados de Lúvia e, depois, de sua avó, Antônia Menor.

Para Teixeira (2013) toda a situação que os irmãos sobreviventes passaram fez com que eles se unissem. Dessa forma, durante o Principado de Calígula, após a morte de Tibério, as irmãs Agripina Menor, Júlia Livila e Júlia Drusila casaram-se com homens de posições sócio-políticas elevadas e com funções públicas de destaque, desempenhando, todas elas, papéis relevantes na vida pública de sua época⁷² e recebendo muitas honras. A elas foram garantidos os mesmos direitos das Virgens Vestais — apesar do fato de serem todas casadas e de Agripina estar grávida na época —, isto é, a possibilidade de administrar seus bens sem um tutor e o direito de sentarem-se em lugares diferenciados nos eventos públicos. Elas também foram representadas junto do irmão nas moedas, e Calígula as colocou ao seu lado em momentos importantes de seu governo⁷³.

De acordo com Rodrigues (2008), Agripina Menor parece ter adotado o apreço pela política e se revelou uma personagem significativa nesse âmbito. Barrett (1996) destaca que ela demonstrava ter muito orgulho de sua ascendência juliana, uma descendência conquistada pela linhagem, e não através de adoções. Além disso, ela também pertencia à segunda grande

⁷² *Tac, Ann.* 6, 15; 14, 63.

⁷³ Calígula fez cumprir o testamento de Augusta. *Suet. Calig.* 16. Sobre o uso das mulheres como parte das propagandas dos sucessores de Augusto de forma a reafirmar-se como parte da *domus Augusta*. BARRETT, Anthony A. (1996). *op. cit.*, p. 53-54; SMITH, Cecil H. *Burl.Mag.*, p. 100; ROGERS, Robert Samuel. *TAPhA*, p. 168; WOOD, Susan. *Memoriae Agrippinae: Agrippina the Elder in Julio-Claudian Art and Propaganda*. *AJA*, v. 92, n. 3, 1988, p. 410-415; FANTHAM, Elaine, *et al.* *Women in the Classical World: Image and Text*. New York: Oxford University Press, 1995, p. 312-313; LEVICK, B. 'Julians and Claudians'. *G&R, Second Series*, v. 22, n. 1, 1975, p. 36.

casa que deu nome à primeira geração de Imperadores romanos, os Claudianos. Esse elo se deu devido à sua bisavó Lúvia, uma mulher que, em muitos âmbitos, forneceu um modelo para o papel central que Agripina deveria ocupar no estado romano.

De todas as pessoas que desempenhariam um papel na vida de Agripina, nenhuma teve maior influência sobre ela do que seus pais. Ela mal conheceu o pai - ainda não tinha cinco anos quando o viu pela última vez -, mas estava sempre consciente de sua reputação quase mística e da mágica irresistível de seu nome. Ela dificilmente poderia ter se sentido diferente, já que passou seus anos de formação com uma mãe que era obcecada pela noção de que sua família nasceu para governar e que seu marido, dotado pela natureza de um príncipe notável, fora furtado do seu direito de nascença (BARRETT, 1996, p. 22).

Nascida e criada em contato com o poder, Agripina Menor viveu durante os governos de Calígula, Cláudio e Nero, em meio às disputas sangrentas nas quais esses imperadores estiveram envolvidos. A tradição textual nos apresenta Agripina Menor como uma mulher terrível e odiosa por ter buscado o poder a todo custo, especialmente por ter usado sua sensualidade para manipular os homens e seu poder para atormentar as mulheres, os libertos e os escravos. Assim, de acordo com Fábio Favarsani (2013, p. 8), “Agripina seria o símbolo da malícia e da desfaçatez das mulheres em geral”.

Ainda segundo Favarsani (2013), as descrições de Agripina pelos estudos tradicionais a mostram como um exemplo de como as mulheres insubordinadas podiam fazer coisas horríveis para alcançar o poder que desejavam.

Para Anthony Barrett (1996), a chave principal da motivação de Agripina é o orgulho da família. De acordo com esse autor, foi em sua juventude que Agripina Menor aprendeu com sua mãe que ela tinha um lugar de destaque como filha de Germânico e Agripina Maior, a última neta viva de Augusto. Além disso, os infelizes destinos de seus pais e irmãos teriam feito com que ela aprendesse a importância de ser cautelosa e de ter diplomacia nas questões políticas.

Nós podemos supor que como uma das crianças de Germânico ela foi bem educada. Nós também podemos supor em sua juventude ela teria aprendido com sua mãe uma forte certeza de seu importante lugar no esquema das coisas, um local destinado a ela como uma filha do aclamado Germânico e de Agripina Maior, a última neta sobrevivente de Augusto. Os destinos infelizes de sua mãe e irmãos também teriam lhe ensinado a necessidade de cautela e diplomacia nas questões políticas, um princípio que manteve em sua vida e que ela iria negligenciar uma única vez, com resultados desastrosos, quando teve que lidar com seu próprio filho (BARRETT, 1996, p. 41).

Com relação à sua aparência, Plínio, o Velho registrou que ela tinha uma característica física específica: no lado direito de sua mandíbula ela tinha um conjunto duplo de dentes caninos, uma anormalidade relativamente incomum que, na Antiguidade, tinha o significado de fortuna. Essa condição provavelmente teria deixado seu rosto levemente torto. Tácito descreve seu físico como sendo atraente em termos gerais, ele comparou-a com duas mulheres contemporâneas, Junia Silana e Domícia Lépida, afirmando que todas eram bem compatíveis com sua depravação moral e eram iguais em sua forma, em que o contexto requer que essa palavra seja entendida em um sentido positivo de “beleza”. Diógenes Cássio a chama de *kale* (linda). Podemos também acrescentar a anedota na qual, após sua morte, Nero teria observado seu corpo nu e dando-se conta de que ele nunca havia percebido que ela era tão adorável⁷⁴. As fontes literárias a descrevem como uma mulher sedutora, que usava seus encantos sexuais para conquistas de vítimas indefesas, como Cláudio. Porém, as realizações de Agripina devem ser atribuídas de maneira mais justa à sua capacidade e perseverança do que aos “encantos femininos”.

2.8.2 Matrimônios e Relações Políticas

Aos treze anos Agripina se casa pela primeira vez. Normalmente as mulheres do mundo romano antigo se casavam no fim na adolescência, e essa idade diminuía para os quinze anos entre as mulheres da classe alta. As uniões ainda mais cedo eram comuns nos círculos aristocráticos, principalmente se houvessem vantagens políticas (BARRETT, 1996). Além disso, a escolha do marido não foi feita por Agripina, mas sim por Tibério, que optou por Cneu Domício Enobarbo, que foi cônsul em 32 d.C., primeiro com Lúcio Camilo Escriboniano e depois com Aulo Vitélio.

Desse casamento nasceu o único filho de Agripina Menor, que seria o último Imperador da dinastia Júlio-Claudiana. Domício morreu em 41 d.C. quando sua esposa ainda estava no exílio⁷⁵. Para sorte de Agripina, Calígula é assassinado e seu tio, Cláudio, sucede o sobrinho como *Princeps*. Como já vimos, a ascensão de Cláudio pode não ter agradado a muitos, porém, para Agripina e Livila era motivo de comemoração, uma vez que significava que o isolamento delas estava por terminar. Elas foram consideradas banidas injustamente e tiveram suas propriedades restauradas.

⁷⁴ Tac. *Ann.* 12.64.4, 13.19.2, 14.9.1; Dio 60.31.6, 61.14.2; Suet. *Nero* 34.4 diz que quando Nero examinou o corpo de Agripina, ele elogiou alguns aspectos.

⁷⁵ Veremos o motivo mais adiante.

O segundo matrimônio de Agripina acontece em 44 d.C. com um homem chamado Caio Salústio Crispo Passieno, o qual conhecemos apenas por referências ocasionais em inscrições e alusões perdidas nas fontes literárias, já que parte dos *Anais* de Tácito foi perdida. Segundo Teixeira (2013), o pai adotivo do novo marido era Salústio Crispo, um dos conselheiros de Augusto que seguiu auxiliando Tibério. Ele exerceu o cargo de cônsul por duas vezes e também foi procônsul da Ásia. Não possuímos nenhuma informação sobre quão bem ou mal o casamento foi. Passieno falece, deixando para Agripina e seu filho uma considerável fortuna (GINSBURG, 2005). A este respeito, pode-se dizer que a data exata da morte é incerta, embora Syme (1986) aponte que, provavelmente, a mesma deve ter ocorrido antes de 47 d.C. Após sua morte surgiram diversos rumores sobre as causas do óbito. Agripina foi acusada de assassinar o marido utilizando veneno — morte que, na época, era impossível de ser provada e tradicionalmente associada a mulheres ambiciosas —, após a confirmação de que ela e o filho seriam realmente os herdeiros da fortuna⁷⁶. Teixeira (2013) menciona que talvez Agripina esperasse que o dinheiro e a posição de seu filho ajudassem em suas perspectivas, porém, ele foi afastado do trono pelo nascimento de Britânico, filho de Cláudio e Messalina.

De acordo com Salisbury (2001), o momento de Agripina chegou quando a jovem Messalina cometeu adultério. Quando o Imperador Cláudio descobriu a traição e a intenção de um golpe contra ele por parte de sua esposa e de seu amante, Caio Sílio, ele organizou as execuções. Assim, abriu-se uma lacuna de poder, levantando a questão de quem seria a próxima esposa do Imperador.

Agripina Menor é escolhida e o casamento ocorre em 49 d.C., após Cláudio ter convencido um grupo de senadores a propor que uma união entre eles fosse organizada “no interesse público”, e que as leis contra o incesto fossem alteradas para permitir que outros tios se casassem com suas sobrinhas.

De acordo com Teixeira (2013), foi a origem elitista e a fecundidade comprovada de Agripina Menor — por já possuir um filho — que a fizeram ser eleita. Cláudio não era Juliano, nem mesmo por adoção, já que pai Druso nunca fora adotado por Augusto. Assim, ele não pertencia à linha de Augusto e não podia fazer uma reivindicação exclusiva ao Principado com base na descendência. Segundo Barrett (1996), essa falta de um elo Juliano deixou brecha para a ameaça representada por certas famílias que se ressentiam de sua perda de poder.

⁷⁶ JUVENAL. Sátiras. 4, 81 apud BARRETT, Anthony A. (1996). *op. cit.* p. 85.

Como Agripina tinha o sangue dos dois ramos da família imperial correndo em suas veias — ela era Juliana por parte de mãe, e Claudiana por parte de pai —, ela era a candidata perfeita e, de acordo com Barrett (1996, p. 96):

[...] cumpriria um papel importante na superação da divisão que atormentara a política quase desde o início do principado, uma fenda cujas origens residem no simples fato de que Augusto e Lúvia não haviam produzido filhos sobreviventes. O conflito entre as facções rivais da família imperial envenenou a atmosfera do reinado de Tibério e levou à destruição da mãe de Agripina e de dois de seus irmãos. Um casamento entre Cláudio e um membro de ambos os lados da família curaria muitas feridas antigas e reduziria consideravelmente a ameaça de um golpe. Agripina também traria consigo um neto de Germânico, um candidato intransponível para a sucessão. A última consideração é de considerável significado. Um atraente e popular sucessor em espera reduziria o incentivo para substituir um regime impopular. Cláudio claramente se sentiu tão cercado que sua principal preocupação não era a usual da sucessão de seu filho natural, mas a garantia de que seu regime sobreviveria, mesmo que isso significasse que alguém de fora o seguiria como imperador.

Logo, torna-se evidente que Cláudio, com o intuito de passar a pertencer a essa importante *domus* imperial, casa-se com Agripina Menor em 49 d.C. Faz-se necessário destacar que, desde os primórdios romanos, o casamento era utilizado como forma de estabelecimento de laços políticos, característica ainda presente nos anos imperiais. Desses laços criados pelo casamento entre Agripina e Cláudio, surge, por conseguinte, a adoção de Lúcio Domício Enobarbo — filho do primeiro casamento de Agripina — por Cláudio, o qual passará a ser nomeado Nero Cláudio César Druso Germânico. Inicia-se, assim, a parte Claudiana da Dinastia Júlio-Claudiana. Evidencia-se, dessa forma, que a linhagem dinástica é construída pelos laços com Agripina, a detentora da *auctoritas* imperial.

Ainda segundo Barrett (1996), Cláudio e Agripina tinham interesses em comum, e concordavam que a união das tradições dinásticas das duas famílias era uma fonte de força e estabilidade. Ela seguiria leal a esse ideal mesmo após a morte de Cláudio, e o conflito posterior com Nero, em grande parte, seria devido a essa lealdade.

2.8.3 Agripina e o Círculo de Poder Imperial

Em 37 d.C., os pais de Agripina e Tibério estavam mortos e Calígula tornou-se Imperador. Porém, após um período de união entre os irmãos e após a morte de Drusila, Agripina e Livila teriam se tornado amantes de Lépido, marido da falecida. Acontece que Lépido estava envolvido em uma conspiração para derrubar Calígula e, envolver-se com uma

das irmãs do Imperador o deixava em uma situação ainda mais favorável, especialmente com Agripina, após o nascimento de seu filho. Se Lépido contraísse matrimônio com uma das irmãs e chegasse ao poder, o vínculo com Augusto e Germânico ainda seria mantido. Independentemente dos motivos dos conspiradores, o resultado do julgamento foi o exílio e perda dos bens para as irmãs, bem como a execução de Lépido. Antes de ir para o exílio, Agripina ainda teve que levar para Roma os restos mortais do amante⁷⁷. Um ano depois, Calígula baniu um de seus guardas sob a acusação de que Agripina havia sido sua amante. Provavelmente Agripina seria a próxima a morrer, mas antes disso o próprio Calígula foi morto em 41 d.C.

Agripina Menor e Livila retornaram de seus exílios quando o tio Cláudio se tornou Imperador e restaurou suas propriedades. Não sabemos se as irmãs estavam realmente envolvidas nessa trama, mas novamente vemos as mulheres da família de Augusto serem exiladas em virtude de suas influências ameaçarem o poder.

São diversos os eventos que mostram os esforços de Agripina para chegar ao poder ao colocar seu filho no trono. Após o casamento com Cláudio, ela conseguiu concretizar o casamento de Nero com Otávia, filha de Cláudio e Messalina. Uma de suas intervenções políticas mais incisivas foi contra Lólia Paulina, a filha de um antigo cônsul e que havia sido casada com Calígula. Em 48 d.C. Lólia Paulina aparece como pretendente ao casamento com o então Imperador, Cláudio. Sentindo-se ameaçada, a bisneta de Augusto teria planejado para que a antiga cunhada fosse acusada de buscar recursos de astrólogos, e Lólia foi exilada em 49 d.C. Tácito ainda afirma que Agripina a forçou ao suicídio⁷⁸.

Outra cunhada de Agripina parece ter se colocado como sua rival dentro das redes femininas de poder, Domícia Lépida, irmã de seu primeiro marido, Cneu Domício Enobarbo. Apesar de ter chegado ao poder devido aos esforços da mãe, Nero também possuía uma relação forte com as tias paternas. Quando Agripina estava no exílio, foi Domícia Lépida quem cuidou de Nero.

Além de tia de Nero e descendente indireta de Augusto — era sua sobrinha-neta —, Domícia Lépida era filha de Antônia Maior e, portanto neta de Octávia e de Marco Antônio, além de ser mãe de Valéria Messalina e, por conseguinte, sogra de Cláudio e avó de Britânico e de Otávia Menor. Essa era uma rede familiar que motivava e facilitava a intervenção de

⁷⁷ Informações sobre o envolvimento das irmãs do imperador Calígula com Lépido em Suet. *Calig.* 25, 3; Claud. 9, 1. Tac. *Ann.* 14, 2, 3. Dio *Cas. Hist.* 59,18-23. BARRETT, Anthony A. (1996). op. cit., p. 62-70.

⁷⁸ *TAC., Ann.* 14, 12

Domícia. De acordo com Tácito, em 54 d.C. Agripina acusou Lépida de praticar a magia contra sua vida. Assim, Lépida foi condenada à morte⁷⁹.

Durante sua vida política, Agripina teve seu nome ligado à assassinatos. Essa imagem baseia-se em seu suposto papel na morte de seu marido Cláudio⁸⁰, por meio de um cogumelo envenenado. Barrett (1996) afirma que a evidência real de assassinato, por ela ou por qualquer outra pessoa, é muito pequena.

Dión Cássio afirma que, aos 54 anos, o Imperador tomou conhecimento de certas ações — que não são especificadas, nem o processo pelo qual elas foram supostamente reveladas — de Agripina e se irritou com elas. Suetônio menciona menos especificamente que, no final de sua vida, Cláudio estava se arrependendo de seu casamento e da adoção de Nero.

Não é de surpreender que Cláudio tenha morrido quando morreu; ele sofria de problemas de saúde desde a infância. Um número surpreendentemente grande de magistrados morreu nos meses anteriores à morte de Cláudio (e foram considerados portentos de sua morte); portanto, pode ter sido um dos verões mais prejudiciais que, de acordo com a Apocolitose, Cláudio costumava passar mantendo um tribunal em Roma, em vez de ir a um retiro no interior. Já que no mesmo trabalho é Febris (Febre) que leva Cláudio, isso pode sugerir uma tradição de que ele morreu de malária. De fato, várias causas naturais para sua morte foram propostas, incluindo gastroenterite e insuficiência cardíaca (BARRETT, 1996, p. 141).

Segundo Lightman (2008), apesar dos boatos generalizados e maliciosos de que Agripina teria envenenado Cláudio, em 54 d.C. Nero sucedeu a Cláudio como Imperador.

⁷⁹ TAC., *Ann.* 12, 65.1

⁸⁰ Ver Momigliano (1932), 314–7; Sen. Apoc. 1–6; Jos. Ant. 20.148, 151; Octavia 31: Cláudio morreu *coniugis insidiis*, 44; *coniugis scelere*, 64; *crudeli sorte* 102; *per scelus raptio*, 164/5; *miscuit coniunx vivo/ venena saeva* (cf. Giaccotti's edition of Octavia); Pliny NH 22.92; Juv. Sat. 5.146–8, 6.620–3 (with scholiast); Tac. Ann. 12.66–7; Martial Spect. 1.20; Suet. Claud. 44.2–46, Nero 33.1, 39.3; Dio 60.34.2–6, 35; Philost. Apoll. 5.32 (hos phasi); Aur. Vict. Caes. 4.13; Anon. Epit. de Caes. 4.10; Orosius 7.6.18; Zosim. I.6.3; apenas em Suet. Nero 33.1 Nero é indiretamente ligado ao assassinato, já que ele fez piadas sobre cogumelos serem a comida do Deus, o que o torna pelo menos a par da ação. Ver Baldwin (1983), 164; as fontes modernas são volumosas e incluem *inter alios*: Peter (1867), IIIa.292f; Double (1876), 216–21; Lehmann (1858), 375; Ranke (1883), III.1.108–10, 307–10; Duruy (1885), 639–41; Smilda (1896), on SC 44.2; Henderson (1903), 457; Domaszewski (1909), II.45; Fabia (1911), 153; Ferrero (1911), 210–13; Lackeit (1918), 912; Hohl (1918), 355, (1931), 389; Herzog (1922), 232–40; Dessau (1924–6), II.1.172; Kroll (1927), 197; Kornemann (1930), 56, (1942), 234, 423; Charlesworth (1934), 696; Pack (1942), 150; Scramuzza (1940), 92; Bagnani (1946); McDermott (1949), 235; Becker (1950), 158; Babelon (1955), 140; Esser (1958), 173–5; Oost (1958), 133; Townend (1960), 109; Timpe (1962), 99; Lesuisse (1962), 45; Heuss (1964), 323; Bishop (1964), 33; Grenzheuser (1964), 24; Bengston (1967), 284; Koestermann (1967), on Tac. Ann. 12.66.1; Warmington (1969), 19–20; Mehl (1974), 285; Griffin (1984), 32; Levick (1990), 77; Heller (1985), 70; Grimm-Samuel (1991); Bauman (1992), 187.

2.8.4 A Mãe de um Imperador

Lúcio Domício Enobarbo nasceu em 15 de dezembro de 37 d.C., após um parto pélvico muito difícil e doloroso, registrado por Agripina em suas memórias⁸¹. À princípio, o nascimento do futuro Imperador Nero teve um presságio positivo, pois ele teria sido tocado pelos raios do Sol antes de entrar em contato com a Terra — ele teria sido colocado aos pés de seu pai para reconhecimento formal⁸². Porém, esse sinal favorável foi contrariado pelo seu horóscopo, já que muitas pessoas determinaram que a configuração astral de seu nascimento era desfavorável. Um dos astrólogos, possivelmente o filho do famoso Thrasyllus⁸³ — que teve muita influência em Tibério —, supostamente previu que ele governaria, mas que mataria sua mãe. Isso teria resultado a famosa frase de Agripina: “Que ele me mate, mas que governe!”. Esse evento pode não ter acontecido, mas é uma imagem da coragem que a tradição lhe atribuía.

Como Agripina não poderia assumir um papel formal no poder, ela utilizou sua habilidade em conquistar o apoio popular para que a atenção pública caísse sobre seu filho. Para isso, ela usou a imagem de seu pai, Germânico, bem como a simpatia que Nero possuía por ser o último sobrevivente homem da linhagem.

Nero casou-se com a filha de Cláudio, Octávia, para garantir que a dinastia Júlio-Claudiana continuasse. Aos dezessete anos, foi proclamado Imperador.

Apesar da importância de Agripina, aos poucos uma tensão começou a surgir entre mãe e filho. Barrett (1996) descreve Nero como um jovem com um grande ego, destacando que teria sido natural que ele quisesse provar que era capaz de se estabelecer de forma independente. Agripina, apesar de sua grande habilidade diplomática, teria tido dificuldade em lidar com o filho adolescente. Tácito a descreve como *trux* e *minax* em suas atitudes com ele (sombria e ameaçadora): “*quae filio dare imperium, tolerare imperitantem nequibat*” ([alguém] que sabia entregar a governança para o filho, mas foi incapaz de suportar sua decisão).

Os dois conselheiros de Nero eram Sêneca e Burrus, homens que, segundo Barrett (1996), tinham uma compreensão dos assuntos mundanos amplamente reconhecida. Tácito e Dión Cássio relatam que Sêneca e Burrus representavam um raro exemplo de homens que

⁸¹ Plínio NH 7.46

⁸² “Em Roma um cidadão não ‘tem’ um filho: ele o ‘toma’, ‘levanta’ (*tollere*); o pai exerce a prerrogativa, tão logo nasce a criança, de levanta-la do chão, onde a parteira a depositou, para tomá-la nos braços e assim manifestar que a reconhece e se recusa a rejeitá-la” (ÁRIES; DUBY, 2009, p. 21).

⁸³ Tac. Ann. 14.9.5; Dio 61.2.2; cf. Suet. Nero 6; para o filho de Thrasyllus, Tac. Ann. 6.1.6

exerciam poder em parceria (em *societate potentiae*), compartilhando uma mesma influência que vinha de fontes diferentes. Burrus era um militar que forneceu um modelo de dever, e Sêneca trouxe conselhos políticos sábios. Dessa maneira, eles se equilibravam e buscavam garantir que, se Nero não estivesse seguindo o caminho da virtude, seu mau comportamento poderia, ao menos, ser mantido dentro de limites razoáveis. Não sabemos exatamente como essa parceria funcionava na prática e, geralmente supõe-se que Sêneca possa ter tido um papel político mais ativo no aconselhamento⁸⁴.

Há certa divergência quanto à descrição da personalidade de Nero como governante. Suetônio o descreve como dono de si, mas Tácito e Dió Cássio sugerem que Sêneca e Burrus o administravam. Dió Cássio relata que o Imperador entregou o controle completo do Estado para eles, enquanto Tácito relata que eles cediam às inclinações pessoais de Nero até certo ponto. Essa inconsistência nas fontes literárias compromete o entendimento de como Nero trabalhava no sistema de *Augusto* no início de seu governo e, portanto, nosso entendimento do papel de sua mãe na mesma época.

É importante lembrar que foi Agripina quem tirou Sêneca do exílio e o nomeou tutor de Nero, e, provavelmente, foi ela quem arquitetou a nomeação de Burrus como comandante da guarda.

Os dois homens certamente teriam simpatizado com as opiniões dela, porém, para muitos romanos, Agripina representava uma ameaça perigosa para toda a ordem do Império, pois era vista como uma mulher tentando obter o poder para si. Nero mais tarde usaria essa apreensão para justificar a morte dela, alegando que sua mãe aspirava a um *consortium imperii* e que tentava subornar os pretorianos.

Barrett (1996) acredita que ao ver as tensões entre Nero e sua mãe, Sêneca provavelmente teria percebido que Agripina estava seguindo para uma grande queda e que levaria consigo seus companheiros. Assim, os dois conselheiros do Imperador teriam entendido que deveriam manter uma distância prudente de Agripina.

Tácito relata que em 55 d.C. ocorreu o início do declínio gradual da *potentia matris*, a grande influência pessoal que Agripina exerceu sobre Nero como sua mãe.

A tentativa de Agripina de garantir um lugar para si mesma no regime de seu filho criou muitos problemas para ela, mas, de acordo com Tácito, a causa da deterioração inicial da relação entre mãe e filho foi o fato de Nero ter se envolvido com Acte, uma liberta da Ásia Menor.

⁸⁴ Tac. *Ann.* 13.2.2.

Tácito relata que Agripina comportou-se “como as mulheres” e atacou Acte com expressões como “sua rival liberta” (*liberta aemula*) ou “sua nora, a empregada” (*nurus ancilla*).

Alguns estudiosos aceitam a imagem da mãe possessiva e ciumenta e, assim, acreditam que a reação de Agripina ocorreu por ela sentir que estava perdendo o controle. Porém, Barrett (1996) não acredita que Agripina teria se incomodado com a relação extraconjugal de seu filho, uma vez que essa era uma atitude comum de homens pertencentes às elites. Sua ansiedade pode, de fato, ter sido bem fundamentada. Agripina estava comprometida com o casamento de Nero e Otávia, pois ele representava o culminar de seus objetivos políticos e a união das famílias Juliana e Claudiana. Ela percebeu que Acte era mais do que um caso passageiro, e que talvez Nero pudesse usar sua autoridade para casar-se com ela. Por fim, Nero não chegou a oficializar essa união e não podemos garantir que Agripina tenha se desentendido com o filho por conta disso.

Segundo Salisbury (2001), quando Nero se mostrou irritado com a presença de sua mãe, Agripina teria o ameaçado com a existência do filho biológico de Cláudio, Britânico, dando a entender que apoiaria as reivindicações de Britânico para assumir o poder. Nero teria então envenenado seu meio-irmão em um jantar imperial. Porém, Barrett (1996) destaca que Britânico era epilético e poderia ter morrido durante um de seus ataques. Ao mesmo tempo, Tácito relata que Agripina e Otávia, que estavam presentes no jantar, notaram que Britânico estava sendo assassinado, e não sofrendo um de seus costumeiros ataques epiléticos⁸⁵. Independentemente de a morte de Britânico ter sido intencional ou natural, Agripina teria ficado mais consciente da necessidade de se proteger e teria começado a cultivar amizades com os descendentes das grandes famílias das elites republicanas.

Agripina estava sendo levada cada vez mais para a posição que sua mãe havia ocupado anteriormente, empurrada para a margem do sistema, em vez de em seu devido lugar no centro. Mas, diferentemente de sua mãe, ela ainda tinha um poderoso aliado em Roma na forma dos pretorianos, que permaneciam fiéis à memória de Germânico. A sabedoria de garantir a simpatia dos suboficiais agora se torna aparente. Nero entendeu a situação e sabiamente escolheu não confrontar os guardas diretamente (BARRETT, 1996, p. 173).

No mesmo ano de 55 d.C., Nero enviou sua mãe para morar em uma casa particular em Roma.

⁸⁵ Tac. *Ann.* 13, 15; 16, 5-6.

Entretanto, a ira de Agripina não se abrandava por nenhuma generosidade. Amparava e favorecia Otávia; frequentemente tinha colóquios secretos com amigos; recolheu dinheiro de todas as fontes com uma voracidade maior que a comum, aparentemente para criar um fundo para emergências; tribunos e centuriões eram recebidos com afabilidade; e aos nomes e virtudes da nobreza – que ainda restavam – ela mostrou um respeito que indicava que ela estava buscando um líder e uma facção. Nero sabia e deu ordens para retirar a guarda militar, que ela recebeu como esposa e manteve como mãe do soberano, junto com a dos Germanos posteriormente designados a ela como seguranças pelo mesmo motivo. Para que o palácio não fosse frequentado por uma multidão de visitantes, transferiu sua mãe para a casa que tinha pertencido a Antônia; e em suas visitas para saudá-la estava cercado de centuriões e partia após um beijo ligeiro (Tac. *Ann.* 13, 18, 46).

Segundo Teixeira (2013), Agripina Menor procurou reforçar suas amizades com as famílias mais elitistas de Roma e a fazer reservas de dinheiro. Com base no trecho acima, podemos perceber que ela tinha muita relevância, já que um dos motivos alegados para retirá-la do palácio seria o grande número de pessoas que a visitavam.

Como mãe do *Princeps*, Agripina teve o privilégio de ter suas instalações protegidas por *excubiae* (vigias) de guardas. Contudo, Nero decidiu que os pretorianos seriam, a partir de então, usados para tarefas estritamente “militares”, e justificou tal medida como resultado da redefinição das funções gerais da guarda. Com isso, Agripina não teria mais o uso pessoal de um destacamento pretoriano e, como não era mais residente no palácio, perderia o contato com os homens da guarda de lá (BARRETT, 1996). Para Tácito, tal medida não teria ligação com Agripina, sendo uma forma de criar uma impressão de maior liberdade cívica, enquanto seu real objetivo era impedir que os soldados fossem corrompidos ao passar muito tempo no teatro.

Agripina encontraria mais uma rival, a nova amante de Nero, Popeia Sabina. De acordo com Rodrigues (2008), Popeia era filha de Popeia Sabina e de Tito Ólio, e neta de Popeu Sabino, cônsul em 9 d.C. A mãe de Popeia Sabina teria sido uma das rivais de Valéria Messalina, que acabou por ser acusada de adultério em 47 d.C., suicidando-se por pressões políticas⁸⁶.

Autores antigos relatam que, para tentar reatar a boa relação com o filho, Agripina teria o seduzido. Tácito cita Clúvio Rufo pela história de que Agripina queria tanto manter sua *potentia* (influência) que estaria disposta a se inclinar para o incesto. Clúvio alegou que ela se vestia com roupas provocantes e visitava o filho quando ele estava de bom humor depois de beber. Acte alertou seu amante de que haviam boatos de que ele estava cometendo incesto

⁸⁶ Sobre Popeia Sabina, ver HOLZTRATTNER, Franz. **Poppaea Neronis Potens: Studien zu Poppaea Sabina.** Graz-Horn: Universität Graz, Institut für Klassische Philologie, 1995.

com sua mãe, e seu argumento decisivo foi que a guarda teria ficado tão desanimada com esse comportamento que a lealdade deles havia sido comprometida. Fabius Rusticus concorda que Acte findou a reconciliação apaixonada de Nero com sua mãe, mas, diferente de Clúvio, ele afirma que Nero instigou o incesto.

Dión aponta que a intenção de Agripina era afastar Nero de Popeia, mas assim como Tácito, declara que não há certeza sobre a veracidade do relato. Suetônio, além de aceitar a história, ainda acrescenta detalhes que foram dados pelas manchas nas roupas do Imperador⁸⁷. Como observado anteriormente, normalmente as acusações de incesto são feitas contra pessoas proeminentes da Antiguidade.

Há também uma explicação racional para os rumores de incesto. Tanto Dión quanto Suetônio relatam a história de que Nero tinha uma amante com uma semelhança impressionante com Agripina (o que incomodava Popeia), e Dión acrescenta os detalhes de que, depois que ele dormia com ela, ele se gabava de ter dormido com sua mãe. Dado que as histórias de incesto devem ter se originado no palácio, não é difícil ver como os comentários irreverentes de Nero poderiam ter provocado a crença de que ele desfrutara de sua mãe. O que é particularmente interessante é que, seja qual for a verdade dos encargos do incesto, Nero e Agripina tinham claramente o hábito de mostrar um ao outro considerável carinho em público (BARRETT, 1996, p. 183).

De acordo com Mireille Corbier (1992), membros ligados à *domus Augusta* que eram considerados ameaças ao poder foram eliminados de inúmeras formas. Assim, segundo Rodrigues (2008), em 59 d.C. Agripina tornou-se mais uma vítima dos interesses políticos das elites. Ela não pôde impedir que surgissem interesses paralelos, protagonizados por outras figuras no poder. Uma facção, representada por Tigelino, que veio a ser prefeito do pretório de Nero, não demorou para realizar manobras de modo a afastar os primeiros conselheiros do *Princeps*, entre os quais se encontravam Sêneca e a própria Agripina. A partir desse momento, Agripina soube que, mais cedo ou mais tarde, chegaria a sua vez. E nada poderia consolidar melhor a nova facção junto ao centro do poder do que a ascensão de uma nova consorte imperial.

Barrett (1996) aponta que, em 59 d.C., Nero teria decidido matar Agripina, mas o motivo exato de tal decisão continua um mistério. Tácito afirma que o conflito entre Nero e sua mãe em d.C. 59 teve origens semelhantes à disputa de 55 d.C., ou seja, a paixão de Nero por uma mulher, no caso, Popeia Sabina.

⁸⁷ Tac. *Ann.* 14.2; *Suet. Nero* 28.2; Dio 61.11.3–4

A forma como Popeia Sabina se move no tabuleiro do xadrez imperial é sintomática de que não estava só no exercício das suas funções. Aliás, dever-se-ão a ela algumas medidas particularmente importantes, atestando a existência de uma rede clientelar, que funcionava com razoável eficácia. Assim o entendemos a partir das próprias mortes de Agripina e Otávia, a que os interesses da nova imperatriz não terão sido estranhos (apesar de não existirem provas claras da influência de Popeia em ambos os processos é inegável que ela beneficiou com eles), mas também através de uma série de dados que nos permitem concluir que a nova imperatriz consorte ocupava um lugar de destaque na hierarquia do exercício do poder imperial (RODRIGUES, 2008, p. 291).

Segundo Tácito, Nero ainda temia a influência que sua mãe exercia sobre as tropas e achava que seu Principado nunca estaria seguro enquanto ela estivesse viva.

De acordo com as fontes antigas, após tomar a decisão de executar a própria mãe, Nero enfrentou o dilema de como realizaria esse ato. Ele descartou a ideia de envenená-la, pois, com a morte de Britânico, poderiam desconfiar e, de qualquer maneira, Agripina já havia desenvolvido resistência por antídotos. De acordo com Salisbury (2001), a intenção era que a morte dela parecesse acidental, até mesmo para impedir que opositores políticos usassem sua morte contra Nero. Então, o plano consistiu em atrair Agripina para um navio que havia sido montado para desmoronar no mar, onde ela poderia se afogar. O navio realmente desmoronou, mas Agripina conseguiu nadar até a terra.

Finalmente, apareceram homens que estavam dispostos a realizar o assassinato: Aniceto o prefeito da frota de Misenum, Hércules, um capitão de trirreme, e Obaritus, um centurião naval.

Quando os três chegaram até Agripina, ela estava acompanhada de um único servo. Ela teria se recusado a aceitar o anúncio de que tinham vindo executá-la sob as ordens do Imperador. Mesmo assim, os homens a atacaram e, seu gesto final lhe rendeu uma espécie de fama imortal: mostrando-lhes o ventre, ela lhes disse para ataquem seu útero, que deu à luz Nero⁸⁸. Tácito observa que as autoridades geralmente concordam em como Agripina morreu, mas que existem diferentes versões do que aconteceu após esse episódio.

Naquela mesma noite, Agripina recebeu os ritos finais. Ela poderia ter imaginado uma cerimônia na escala pródiga da do pai ou do terceiro marido. Tal não era para ser. Ela foi cremada no sofá da sala de jantar, um ritual que descartaria devidamente seu corpo e, ao mesmo tempo, qualquer evidência de como ela havia morrido. Seu liberto acrescentou um toque de espetáculo correndo contra a espada enquanto a pira era acesa, por devoção ou por medo do destino que o esperava. As cinzas, que em circunstâncias mais felizes teriam sido armazenadas ao lado de seus ancestrais no mausoléu de

⁸⁸ Tac. *Ann.* 14.8; Dió. 61.13.5.

Augusto, receberam um enterro casual por seus servos. Durante o reinado de Nero, nunca houve um enterro adequado (BARRETT, 1996, p. 194).

Tácito relata que Nero ficou impressionado com a magnitude de sua própria ação e teria adiado seu retorno a Roma, ainda sem saber como seria a recepção pelo senado e pelo público em geral. Para garantir, conselheiros — sem nomes citados — teriam voltado à Roma anteriormente, para averiguar a situação. A este respeito, Diónc Cassio chega a registrar alguns incidentes, mas nada que indicasse uma insatisfação generalizada. Após a morte da mãe, Nero terminou seu casamento com Otávia, acusou-a de adultério e de abortar o fruto da relação entre eles, e a exilou. Otávia foi assassinada posteriormente⁸⁹.

Barrett (1996) aponta que não há registros de ter existido um movimento para enaltecer Agripina após a sua morte. Há apenas uma evidência de simpatia vinda do início do segundo século, durante o governo de Trajano. Uma cabeça colossal, identificada como de Agripina, foi encontrada no Fórum de Trajano, em uma galeria ancestral. Susan Wood (1988) relata que Trajano, que tinha grande devoção à família, estava procurando fazer uma distinção entre ele e Nero ao honrar a irmã, esposa e mãe de Imperadores que havia sido assassinada.

Como pudemos perceber, Agripina Menor foi apresentada pela historiografia como uma mulher de alta capacidade política e sede pelo poder, que articulou com as mais diversas forças, se envolvendo em assassinatos e tentativas de golpe.

⁸⁹ Tac. *Ann.* 14, 63, 1

CAPÍTULO 3 – DESCONSTRUINDO SUETÔNIO: NOVOS OLHARES ACERCA DAS SUAS NARRATIVAS FEMININAS

3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Nosso propósito neste terceiro e último capítulo é analisar trechos da obra de Suetônio que fazem referência à Agripina Menor e suas ações. Veremos como a Imperatriz foi apresentada através de uma descrição difamatória, mas quase sempre proveniente de boatos e anedotas. Assim, trabalharemos com autores contemporâneos, na tentativa de desconstruir a imagem de Agripina criada por Suetônio.

Além disso, aqui descreveremos honrarias e demonstrações de poder desta Imperatriz, como mais uma forma de questionar os escritos de Suetônio acerca das representações de personagens femininas em sua obra.

3.2 A AGRIPINA SUETONIANA

Em *Vidas*, Suetônio expõe sua visão sobre como aconteceram alguns dos episódios citados neste capítulo. É importante lembrar que Suetônio baseia-se na posição social e nas famílias das personagens femininas para descrevê-las. Dessa forma, na maioria das vezes, as mulheres aparecem nessa obra como instrumentos retóricos para avaliar o desempenho dos homens como governantes.

Agripina Menor, por ter sido bisneta, irmã, mãe e esposa de imperadores, aparece diversas vezes na obra de Suetônio, quase sempre descrita como uma mulher disposta a tudo para assumir o poder que lhe era digno por ser uma descendente direta de Augusto, mas que não podia exercê-lo por ser uma mulher.

Como vimos, no início do principado de Calígula, ele e suas irmãs demonstraram ter uma boa relação, uma vez que dedicou a elas diversas honrarias. Suetônio registra esse vínculo e, no trecho abaixo, podemos ver a inclusão do nome das irmãs nos juramentos.

Ele fez com que os nomes de suas irmãs fossem incluídos em todos os juramentos: ‘Caio e suas irmãs tão caros como eu e meus filhos’, bem como nas proposições dos cônsules: ‘Graças e boa fortuna compareçam a Caio César e suas irmãs’ (*Suet. Calig.* 15,3, grifos do autor).

Esse vínculo forte entre Calígula e suas irmãs acabou originando rumores. Suetônio afirma que quando Calígula ficou na casa de Antônia, depois da morte de Lívia, sua avó o

flagrou cometendo incesto com Drusila. Ele ainda alega que essa não foi a única vez ou a única irmã — ele havia feito o mesmo com as outras duas. Acusações como essas são difíceis de serem provadas ou refutadas, entretanto, tradicionalmente, acusações de incesto costumavam ser feitas contra os proeminentes e poderosos.

Viveu em incesto habitual com todas as suas irmãs; e em um grande banquete colocou-as alternadamente em baixo dele, enquanto sua esposa ficava em cima. Destas [suas irmãs], acreditava-se que ele teria violado Drusila quando ainda envergava a toga pretexta, até mesmo teria sido apanhado deitado com ela por sua avó Antônia, em cuja casa eles foram criados juntos. Depois, quando ela já era a esposa de Lúcio Cássio Longino, um ex-cônsul, tomou dele e abertamente a tratou como sua legítima esposa. Na época que esteve doente, a fez herdeira de seus bens e do trono. Quando ela morreu, ele nomeou um período de luto público, durante o qual era uma ofensa capital rir, tomar banho ou jantar na companhia de seus pais, esposa ou filhos. Ele estava tão fora de si com a tristeza que, de repente, fugiu da cidade durante a noite e atravessou a Campânia, foi para Siracusa e apressadamente voltou de lá sem cortar o cabelo ou raspar a barba. Depois, quer em relação aos os negócios mais importantes, ou mesmo diante da assembleia do povo e na presença dos soldados, nunca pronunciou um juramento que não fosse pela divindade de Drusila. O resto de suas irmãs não amou com tão grande afeto, nem concedeu honras tão altas, mas muitas vezes as prostituiu com seus favoritos. Dessa forma, ele era o mais preparado para o julgamento de Emílio Lépidio, para condená-las como adúlteras e cúmplices das conspirações contra ele; e não apenas fez cartas abertas manuscritas sobre todos eles, proscritos por fraudes e sedução, mas também dedicou para Marte o Vingador - com uma inscrição explicativa - três espadas preparadas para tirar sua vida (*Suet. Calig. 24*).

Nesse trecho, percebe-se também que Suetônio considera uma honra para uma mulher ser entregue para ter relações sexuais com os favoritos do Imperador, como se o destino das mulheres fosse sempre um lugar de sujeição de não consideração das próprias vontades.

Com relação ao primeiro marido de Agripina, Cneu Domício Enobarbo, Suetônio o descreve como um homem abominável e cruel.

Companheiro no Oriente do jovem Caio César⁹⁰, matou seu liberto porque recusara beber tanto quanto ele ordenara. Afastado da corte do príncipe, sua vida não conheceu limites. Numa povoação atravessada pela Via Ápia esmagou, propositadamente, uma criança, lançando bruscamente contra ela seus cavalos. Em Roma, em pelo *Forum*, arrancou um olho de um cavaleiro romano que o ofendera (*Suet. Nero 5*).

⁹⁰ Gaius Stern afirma que, na verdade a expedição oriental referida por Suetônio é a de Germânico (17 a 19 d.C.), e não a de Caio César. STERN, Gaius. **Nero's Father, the Ara Pacis and the Ravenna Relief**. CAAS Dover, DE, 2015.

Além disso, após o nascimento de Nero, Suetônio relata que Domício havia dito que “qualquer filho de Agripina e ele próprio deve ser um objeto repugnante e um desastre público” (*Suet. Nero 6*).

Após a morte de Domício e de ter sido liberta do exílio, Suetônio descreve a busca de Agripina por um novo marido. A primeira possibilidade de matrimônio seria Galba, o futuro Imperador.

Ele se dedicou as leis, bem como a outros estudos liberais. Igualmente dedicou-se ao matrimônio; mesmo depois da morte de sua esposa Lépida e dos dois filhos que tiveram, ele permaneceu viúvo. E ele não foi tentado por nenhuma união posterior, nem mesmo Agripina, que não muito após a perda de Domício tentou obviamente conquistar Galba, antes mesmo da morte da esposa dele. A mãe de Lépida, junto de um grupo de matronas, a repreendeu severamente e foi tão longe a ponto de esbofeteá-la (*Suet. Galb. 5*).

Suetônio apresenta Agripina como uma mulher que tentou conquistar um homem casado, pois Galba fazia parte de uma família relevante e era um militar de destaque.

Porém, segundo Barrett (1996), essa história pode não ter acontecido como Suetônio relata, pois tal episódio com a mãe de Lépida é narrado como tendo acontecido pouco depois da morte de Domício. Nessa época, Agripina se encontrava exilada, e Galba, por sua vez, estava em uma campanha militar na Germânia. Barrett (1996) acredita que se esse envolvimento realmente aconteceu, foi após a morte de Lépida⁹¹.

Já após o falecimento de seu segundo marido, Caio Salústio Crispo Passieno, Agripina se torna uma das candidatas para se tornar a nova esposa de seu tio, o Imperador Cláudio. Como vimos, Agripina é a escolhida, e isso deve à sua origem elitista que uniria as duas dinastias.

Porém, de acordo com Suetônio, Agripina conquistou o posto após seduzir Cláudio, como se ele não pudesse se esquivar da sedução da sobrinha.

No entanto, ele não poderia privar-se de mais uma vez planejar um novo casamento, mesmo com Petina, a quem ele tinha anteriormente descartado e com Lólia Paulina, que tinha sido a esposa de Caio César. Mas sua afeição foi ludibriada pelos encantos de Agripina, filha de seu irmão Germânico, auxiliada pelo direito de trocar beijos e as oportunidades de carinhos oferecidas por sua relação [familiar]; e no encontro seguinte do Senado ele subornou alguns membros a proporem que ele deveria ser compelido a se casar com Agripina, sendo esta união de interesse máximo para o Estado e para o restante [dos cidadãos] estava permitido contrair matrimônio similar, que até aquele tempo era considerado incestuoso. E ele se casou com ela passado apenas um dia; porém nenhum outro seguiu seu exemplo, salvo um

⁹¹BARRETT, Anthony A. (1996). op. cit., p. 84; BARRETT, Anthony A. (1996). op. cit., p. 83.

liberto e um centurião, cujo casamento ele compareceu em pessoa junto de Agripina (*Suet. Cl. 26*).

Além disso, durante o casamento, Suetônio acusa Cláudio de se deixar influenciar pelos libertos e esposas.

Porém esses e outros atos, e de fato quase toda a condução de seu principado era ditada não muito por seu próprio julgamento, mas por suas esposas e libertos, tendo em vista que ele quase sempre agia em concordância com os desejos e interesses destes (*Suet. Cl. 25*).

Ressaltamos, dessa maneira, que Suetônio retrata Cláudio como um Imperador fraco, já que, segundo ele, Cláudio não conseguia controlar seus inferiores. Suetônio considerava como um bom Imperador e *pater familias* aquele que se impunha e era ativo em todos os âmbitos. Porém, devemos nos atentar ainda ao fato de que o Imperador recusou o título de *Augusta* para Messalina, sua terceira esposa, e permitiu sua execução. Além do mais, segundo D. McAlindon (1956), cinco de seus libertos foram condenados durante seu governo.

Notamos que em *Vidas*, a figura de Agripina é usada para evidenciar as ações de seu esposo, Cláudio. Ela é utilizada como exemplo ou até mesmo como crítica às ações do Imperador romano. Concordamos dessa maneira, com a visão apresentada por Fischler (1994, p. 115)⁹², o qual nos diz que:

Os retratos destas mulheres contam-nos mais sobre atitudes sociais dos romanos do que como viviam as mulheres da elite: eles nos possibilitam entender, de maneira mais completa, relações de gênero e sua ligação com estruturas de poder em Roma, assim como atitudes masculinas a respeito de gênero e poder que influenciaram na descrição das mulheres presentes na literatura clássica.

Apresentada muitas vezes como uma mulher que possuía uma sexualidade transgressora, Agripina foi usada por Suetônio como um instrumento retórico para descrever Cláudio como um Imperador fraco que não conseguia controlar a própria esposa e estabelecer a ordem em sua casa. A sexualidade da mulher é mostrada como um elemento essencial na criação de sua reputação e, conseqüentemente, na de seu marido.

Após a morte de Cláudio surgem diversos boatos que apontam que sua morte teria sido, na verdade, um assassinato. Suetônio descreve alguns desses boatos, inclusive o que acusa Agripina de tê-lo envenenado para colocar seu filho no poder.

⁹² FISCHLER, Susan. Social Stereotypes and Historical Analysis: The Case of the Imperial Women at Rome. In: ARCHER, Léonie; FISCHLER, Susan; WYKE, Maria (ed.) **Women in ancient societies: an illusion of the night**. New York: Routledge, 1994.

Já no fim da vida deu mostras inequívocas de arrependimento por ter desposado Agripina e adotado Nero. Efetivamente, como seus libertos elogiavam a sua atitude de condenar, no dia anterior, uma mulher acusada de adultério, respondeu-lhes ‘que também era destino seu ter esposas impudicas, mas não impunes’. Depois, abraçando estreitamente várias vezes Britânico, que ele encontrara à sua passagem, exortou-o ‘a crescer, para que pudesse suceder-lhe em todos os seus atos’. E acrescentou em grego: ‘Aquele que feriu, curará’. E, decidido a conferir-lhe a toga, pois sua estatura o permitia, embora tenra idade ainda, determinou: ‘É para que o povo romano tenha, enfim, um verdadeiro César’. Pouco depois, escreveu seu testamento, que recebeu a assinatura de todos os magistrados. Antes, porém, de prosseguir avante, foi impedido por Agripina, que sua consciência, aliás, tanto quanto a dos delatores, acusava de numerosíssimos crimes (*Suet. Cl. 43*).

De acordo com Suetônio, Agripina tinha a intenção de assassinar Cláudio porque ele estaria começando a se arrepender de seu casamento com ela e da adoção de seu filho, Nero. Ela também temia que Britânico atingisse a idade em que poderia assumir a *toga virilis*, iniciando a sua própria carreira política.

Maria Luiza Corassin (2006) explica que a *toga virillis* era um tipo de toga que, na Roma Antiga, possuía um significado particular, pois vesti-la significava a passagem da infância para a adolescência.

Por volta dos dezesseis anos, o jovem inicia a sua entrada na vida pública; a cerimônia que marca essa passagem é aquela em que ele assume a toga viril. Integra-se ao corpo de cidadãos; o serviço militar e as atividades no fórum o esperam: essas são as duas áreas por onde começa a sua iniciação. O pai pode solicitar para essa tarefa o apoio de um velho amigo da família, um homem político influente e maduro, com experiência, com fama e com vários cargos políticos. O jovem romano vai para o exército, mas continua ligado a alguém influente: a seu pai ou a um patrono, que o encaminha na futura carreira. O ideal é formar a consciência, inculcando um sistema rígido de valores morais e também um estilo de vida, com o devotamento total da pessoa e do interesse individual à comunidade. Há o desejo de obter glória, não como uma realização do indivíduo, mas subordinada ao bem e à salvação pública. O homem que salva a pátria em perigo e em circunstâncias difíceis é considerado o ideal. A *saluspublica*, o interesse de Roma, deve ser a norma da *virtus* do cidadão. A educação moral era alimentada pelos exemplos oferecidos à sua admiração pela história de Roma (CORASSIN, 2006, p. 274, grifos da autora).

Se Britânico realmente se iniciasse na política ele se tornaria um substituto para Nero e poderia ser mais atraente para Cláudio, por ser seu filho natural. Suetônio afirma que Cláudio encorajou Britânico a crescer e a se preparar para tomar seu lugar, “para que o povo romano

pudesse finalmente ter um César de verdade" (*Suet. Cl. 43*). O autor também aponta que Agripina chegou a esconder Britânico pois estaria com medo de tal reconciliação.

De acordo com John Aveline (2004) há vários problemas com essa mudança de opinião apontada por Suetônio. O primeiro é o fato de que não havia como Suetônio saber o que Cláudio teria dito a Britânico na conversa descrita por ele, já que este teria sido um encontro privado. Assim, o conteúdo de qualquer conversa só poderia ter sido criado por meio de especulação, o que acabou alimentando boatos. Além disso, há uma incoerência no relato de Suetônio, uma vez que, inicialmente, ele afirma que Cláudio esperava que seu filho crescesse para que ele pudesse ser promovido e, então, de repente, ele resolve o problema ao decidir conceder-lhe a *toga virilis* antes da idade.

Em outro relato, Suetônio menciona que Cláudio não havia nomeado nenhum cônsul após o mês de sua própria morte⁹³. Dessa forma, ele não deu nenhuma indicação de que planejava colocar Britânico em evidência. Além do mais, segundo Aveline (2004), se Cláudio quisesse, ele poderia ter arranjado para que Britânico assumisse a *toga virilis* com a mesma idade de Nero durante sua cerimônia. Ao perder esta oportunidade, Cláudio teria deixado claro que não tinha essa intenção.

Como veremos mais adiante, Cláudio promoveu de forma consistente e contínua Agripina e Nero durante segunda metade de seu governo. É preciso lembrar também que Cláudio fez grandes esforços para garantir seu casamento com Agripina, afinal ela possuía o sangue de Augusto.

No ano posterior ao casamento, Agripina passou a acumular muitas honras e, diversas situações, como veremos à seguir, demonstram que ela desfrutava de uma posição de grande importância no Império de Cláudio, e que tal posição permaneceu intacta durante a segunda metade do governo.

Nero também gozou de honras e promoções, especialmente políticas, que foram ainda mais extensas que as de sua mãe. De acordo com Aveline (2004), nas áreas da religião e do Império, Nero oficialmente estava abaixo apenas de Cláudio, sendo o herdeiro aparente daquele ponto em diante. "Ao tornar seu sucessor tão claro, Cláudio criou estabilidade dinástica" (AVELINE, 2004, p. 463).

Cláudio estabeleceu firmemente essa sucessão ao longo de cinco anos e teria criado uma enorme instabilidade política se repentinamente alterasse a sucessão dando preferência a Britânico ou criando uma sucessão dupla com Nero. Aveline (2004) também aponta que

⁹³ Suet. Cl. 46

Agripina podia ter bons motivos para querer que Cláudio vivesse, pois o aprendizado de Nero ainda carecia de um elemento essencial, a experiência de campo liderando um exército.

Comentários posteriores a respeito de Nero e Domiciano surgem como prova de que Cláudio foi morto por cogumelos envenenados. É dito que Nero comentou que cogumelos eram o alimento dos deuses, pois foi comendo um deles que Cláudio se tornou um deus⁹⁴. Suetônio se utiliza dessa afirmação como comprovação do conhecimento de Nero sobre o assassinato de Cláudio. Há também o relato sobre o medo dos cogumelos que Domiciano sofria e que seu pai, Vespasiano, ridicularizava⁹⁵. Isso é interpretado como uma alusão ao assassinato de Cláudio. Acontece que, em ambos os casos, não é feita qualquer menção ao veneno adicionado aos cogumelos. Seria mais sensato, talvez, considerar esses comentários como se referindo a cogumelos que são naturalmente venenosos, e não a cogumelos não tóxicos adulterados. Sobre o comentário de Nero, é preciso questionar se ele realmente faria uma piada sobre o suposto assassinato de Cláudio. Se realmente estivesse envolvido em alguma trama para matar Cláudio esperaríamos que ele fosse mais cauteloso para não levantar suspeitas.

Aveline (2004) nos traz também algumas evidências de que Cláudio poderia ter morrido por causas naturais ou pela ingestão acidental de cogumelos naturalmente venenosos.

Primeiramente, precisamos levar em consideração a saúde relativamente frágil de Cláudio. Ele sofreu de graves doenças desde quando criança até sua juventude, que afetaram principalmente seu controle motor⁹⁶. Mesmo que Suetônio tenha afirmado que a saúde de Cláudio estava em boas condições quando ele tornou Imperador, exceto por acessos de indigestão⁹⁷, o estilo de vida de Cláudio não demonstrava isso. Além de seu costume de comer e beber em excesso⁹⁸, Aveline (2004) relata que ele se sentou como juiz de casos durante os meses de verão, quando Roma estava em sua fase mais insalubre e aqueles que podiam, deixavam a cidade. Além disso, é dito que Cláudio esteve tão doente no ano anterior que Nero jurou jogos para sua recuperação, e que o ano de 54 d.C. parece ter sido tão prejudicial que um membro efetivo de cada magistratura morreu em poucos meses⁹⁹. “Que

⁹⁴ Suet. Nero. 33.1

⁹⁵ Suet. Dom. 14.1

⁹⁶ Suet. Cl. 2.1-2, 3.2, Dio 60.2.1-4. Levick (1990) aponta que Cláudio sofreu algum tipo de paralisia cerebral com espasticidade. Valente (2002) diagnostica Cláudio com distonia provavelmente causada por parto prematuro.

⁹⁷ Suet. Cl. 31

⁹⁸ Suet. Cl. 33.1

⁹⁹ Bagnani (1946) dá grande importância à doença de Cláudio em 53, apontando que Agripina cuidou de Cláudio durante esse tempo e que ela poderia ter se livrado dele por simples negligência.

Cláudio adoeceu e morreu em tal clima deve ser esperado, em vez de surpreendente” (AVELINE, 2004, p. 468).

Ninguém duvida que ele tenha morrido envenenado. O ponto sobre o qual há dúvidas, porém, é o que se refere ao lugar e a pessoa que lhe ministrou a droga mortífera. Narram alguns que isso aconteceu na cidadela, durante um festim com os pontífices, e que o autor foi o eunuco Haloto, seu pregustador. Outros acreditam que o caso se registrou durante uma ceia doméstica, em que a própria Agripina foi quem misturou o veneno num prato de cogumelos, de que muito gostava. Há, também, outras versões diferentes relativas aos fatos que se seguiram à cena do envenenamento. Inúmeras pessoas dizem que, logo após ele ter ingerido o tóxico, perdeu a palavra e, depois de ter sofrido durante toda a noite as dores mais atrozes, morreu ao nascer do dia. De acordo com outras, ainda, ele começou por sentir um torpor completo. A seguir, como lhe subissem os alimentos, vomitou tudo. Então, ministraram-lhe veneno novamente. Mas não se sabe bem se o misturaram numa sopa, alegando que necessitava restaurar as energias perdidas, ou se o aplicaram num clister para aliviá-lo, fazendo-o evacuar, da indigestão que tivera. Sua morte conservou-se encoberta até que tudo estivesse arranjado em relação ao seu sucessor. Assim, fizeram-se súplicas e mais súplicas, como se ele estivesse doente. Histriões foram levados disfarçadamente ao palácio para dar a impressão de que ele estava desejando esse gênero de diversões. Faleceu três dias antes dos idos de outubro, sob o consulado de Asínio Marcelo e Ancílio Aviola, como sessenta e quatro anos de idade e catorze de reinado (*Suet. Cl. 44*).

As várias versões de Suetônio mostram até que ponto circularam os boatos sobre a morte de Cláudio. O que essas variações evidenciam é que observadores de fora da família viram Cláudio adoecer ou desmaiar e ser levado da sala de jantar para seus aposentos particulares, a partir desse ponto todos os outros detalhes são produtos de especulação.

O argumento contra uma conspiração para envenenar Cláudio é que Agripina estava claramente despreparada para a morte de Cláudio¹⁰⁰. Suetônio relata que o anúncio da morte foi adiado para que as coisas pudessem ser arranjadas para a ascensão de Nero e que medidas foram elaboradas para fazer parecer que Cláudio ainda estava vivo¹⁰¹.

Aveline (2004) argumenta que qualquer atraso no anúncio da morte de Cláudio e da ascensão de Nero apenas daria a oposição uma janela de oportunidade. “Se Agripina soubesse antes da morte de Cláudio, como um assassino teria, ela certamente teria garantido que os arranjos fossem feitos antes que Cláudio desse seu último suspiro” (AVELINE, 2004, p. 472).

William A. Valente (2002) afirma que Cláudio apresentava distonia e identificou um cogumelo, *amanita muscaria*, como o provável culpado de sua morte. Este cogumelo não contém quantidades suficientes da toxina muscarina para ser fatal em circunstâncias normais,

¹⁰⁰ Barrett (1996, 98) diz que o atraso não está de acordo com um assassinato pré-meditado.

¹⁰¹ Suet. Cl. 45

mas Valente (2002) sugere que doenças como a distonia podem amplificar os efeitos da muscarina a ponto de ser letal¹⁰². Isso justifica por que somente Cláudio tenha sido afetado pelos cogumelos, já que apenas ele era clinicamente sensível à toxina que eles continham.

Resumindo. Nenhum dos argumentos usados para apoiar a teoria de que Cláudio foi assassinado é capaz de resistir a um exame minucioso. Agripina não tinha motivo para matar Cláudio e pode-se até argumentar que era do interesse dela e de Nero que Cláudio vivesse mais alguns anos até que Nero assumisse o consulado e ganhasse alguma experiência militar. Não havia chance de Britânico ser considerado um sucessor em potencial e, portanto, a posição de Nero era inatacável. Todas as outras circunstâncias inerentes também argumentam contra o assassinato. Por outro lado, foi proposto um cogumelo que só é fatal para alguém com uma condição médica pré-existente, como se sugere que Claudius tenha (AVELINE, 2004, p. 474).

Outro ponto destacado por Suetônio é com relação às desavenças que ocorriam entre as mulheres imperiais, dentro de suas redes de poder. Essas desavenças entre mulheres eram, muitas vezes, utilizadas como forma de apontar as futilidades femininas e a falta de capacidade de lidar com os problemas de forma racional — como se os homens não tivessem rivalidades entre si. Um dos conflitos de Agripina com outras mulheres ocorreu com a terceira esposa de seu tio, o Imperador Cláudio, Messalina. Nero era considerado um rival de Britânico, filho de Messalina, e Suetônio deixa isso claro:

Quando sua mãe [Agripina] retornou do exílio e se reinstalou, ele [Nero] tornou-se tão proeminente devido à influência dela que foi revelado que Messalina – esposa de Cláudio – havia enviado um emissário para estrangulá-lo durante seu cochilo diurno, considerando-o um rival de Britânico. Um adicional a este boato era que o possível assassino foi afugentado por uma cobra que saiu por baixo do travesseiro. O único fundamento para esta narrativa era que havia sido encontrada próxima a sua cama, perto do travesseiro, uma pele de serpente; no entanto, pela vontade de sua mãe, ele incluiu essa pele em uma pulseira de ouro que usou por muito tempo em seu braço direito. Porém, quando a memória de sua mãe tornou-se odiosa para ele, jogou-a fora, posteriormente a procurou em vão (*Suet. Nero. 6,4*).

Ao se tornar mãe de um Imperador, Suetônio aponta que Agripina teria ofendido Nero com sua vigilância excessiva e suas constantes críticas ao seu comportamento dele: “Sua mãe o ofendeu pela vigilância muito rigorosa e crítica às suas palavras e atos, mas no começo ele limitou o seu ressentimento a esforços frequentes para colocar sobre ela uma carga de impopularidade, fingindo que iria abdicar do trono e mudar-se para Rodes” (*Suet. Nero. 34*).

¹⁰² Valente (2002, p. 396) - seu diagnóstico final é "distonia adquirida (secundária), provavelmente congênita e envenenamento colinérgico agudo (fatal) por cogumelo, complicado por crise distônica ou aspiração pulmonar".

A partir desse trecho de Suetônio, podemos perceber que Agripina estava criticando seus atos e falas de forma rígida. Tácito também relata que ela era severa ao reprimir o filho¹⁰³.

Após diversos conflitos, Nero decide por executar sua mãe. Suetônio não relata claramente o que levou o Imperador a decidir pela morte de Agripina, mas dá detalhes das diversas tentativas de assassinato. Suetônio alega que, após expulsar Agripina, Nero teria subornado homens para importuná-la com ações judiciais enquanto ela morava em Roma, e quando ela foi para o interior, agentes foram contratados para perturbar sua paz com zombarias¹⁰⁴. Barrett (1996), no entanto, aponta que as alusões são vagas demais para serem de grande utilidade. As tais ações judiciais poderiam ser uma confusa insinuação aos ataques feitos por Iturio e Calvisio, que haviam sido mandados por Junia Silana para fazer acusações contra Agripina, e os distúrbios em sua casa de campo provavelmente poderiam ser um reflexo de incidentes específicos.

Como sua mãe espreitasse e criticasse com asperezas as suas palavras e ações (desde o começo ela o repreender em repetidas ocasiões) procurou torna-la odiosa, fingindo querer abdicar as rédeas do Império e partir para Rodes. Bem cedo, privou-a de todas as honras e de poder. Retirou-lhe a sua guarda de soldados e germanos e a expulsou, até, da sua presença e do palácio. Não poupou nenhum meio de atormentá-la. Se ficava em Roma, agentes secretos a perseguiram com processos. Se repousava no campo, cobriam-na de mofas e injúrias, ora passando por terra, ora por mar, perto de seu retiro. Como ela o ameaçasse de violência, Nero resolver matá-la. Após três tentativas de envenenamento, percebendo que ela se precavera com antídotos, mandou construir um tento que, em virtude do jogo dum mecanismo, deveria cair sobre ele durante o sono. Ao sentir que o segredo desse projeto fora revelado pelos seus confidentes, inventou um navio de peças movediças, que a tragaria e a esmagaria ao desfazer-se sobre ela. Resolveu, assim, fingir reconciliar-se com ela, e, por meio duma carta amabilíssima, convidou-a a ir a Baías para celebrar a solenidade das Quinquátrias em sua companhia. Depois de ordenar aos marinheiros que quebrassem, simulando um abaloamento inesperado, a galera liburniana em que viajava, prolongou o festim. Quando sua mãe manifestou a vontade de retornar à Baules, ele lhe ofereceu o navio preparado em vez do seu navio avariado, e a acompanhou até lá alegremente. No momento da separação chegou a cobrir-lhe de beijos a ponta dos seios. Passou o resto do tempo numa grande agitação, esperando o resultado da empresa. Ao saber, porém, que tudo se passara contrariamente aos seus desígnios e que ela se salvara a nado, não soube o que fazer. Nesse meio tempo, como Lúcio Agerino, liberto de sua mãe, fosse anunciar-lhe, cheio de alegria, que ela se encontrava sã e salva, colocou, às escondidas, perto dele um punhal, e dizendo que Agerino se deixara subornar para assassiná-lo, mandou prendê-

¹⁰³ Tac. *Ann.* 13, 13, 2-3.

¹⁰⁴ Suet. *Nero* 34.

lo e metê-lo a ferros. Sem demora, tramou o assassinato da mãe e sustentava a todos que ela havia suicidado, ao ser descoberto o crime que premeditara. A isto, acrescentam-se detalhes mais atrozes, mas provindo de fontes pouco autorizadas. Por exemplo: que ele correu para ver o cadáver daquela que mandara matar, apalpando-lhe os membros, criticando uns e louvando outros e bebendo para acalmar a sede. Entretanto, não conseguiu, então, nem depois, sufocar os remorsos de seu crime. Confessou muitas vezes que o espectro de sua mãe o perseguia com os chicotes e as tochas ardentes das Fúrias. Chegou a tentar, até, num sacrifício oferecido pelos magos, evocar-lhe e aplacar-lhe o espírito. Na sua viagem à Grécia não ousou tomar parte nos mistérios de Elêusis, porque a voz de Heraldo afastava da iniciação todos os ímpios e criminosos (*Suet. Nero. 34*).

Suetônio afirma que durante os nove anos restantes de seu governo, Nero teve pesadelos com o assassinato de sua mãe, que havia cometido muitos crimes para garantir que ele governasse Roma (*Suet. Nero. 34*).

Tácito descreve o final dessa história acrescentando outros detalhes. Segundo ele, depois de meses se escondendo na Campânia, sentindo-se culpado, Nero retornou à cidade de Roma e recebeu uma recepção triunfal. Tácito descreve as boas-vindas que recebeu da seguinte forma:

Nero e sua comitiva acharam os romanos mais ansiosos do que o prometido, postados ao longo de sua rota por tribo, o Senado em roupas festivas, fileiras de mulheres e crianças organizadas de acordo com sexo e idade, e níveis de assentos erguidos em seu caminho como seriam para ver um triunfo. E assim, orgulhoso conquistador de um público servil, ele avançou para o Capitólio para cumprir seus votos (*Tac. Ann. 14.13*)

Quando lemos essa história, podemos nos impressionar com o contraste absoluto entre a natureza terrível do crime de Nero e a resposta entusiástica que ele recebeu ao retornar a Roma. Toda essa celebração acaba se tornando uma inversão dos valores romanos tradicionais, pois, após lermos toda a descrição que Tácito faz de Nero, fica a imagem de uma população celebrando alegremente o retorno triunfal de um príncipe inepto e cruel.

De acordo com Trevor Luke (2013), é difícil de imaginar que os romanos celebrassem um Imperador acusado de matricídio, pois esse tipo de crime se enquadrava na categoria de parricídio, que

Representava uma traição ao mais fundamental dos valores humanos e, como tal, era o tipo de ato doloroso que nenhuma quantidade de justificativa poderia encobrir completamente. Compreensivelmente, os romanos encararam o crime de parricídio (*parricidium*) com horror abjeto (LUKE, 2013, p. 212).

Além disso, o caso do assassinato de Agripina se agrava pelo fato de ela ser bisneta do divino Augusto, que fazia parte da casa imperial divina e que era adorada como uma deusa fora de Roma.¹⁰⁵

Em suma, não importa o quão perigosa Agripina realmente fosse, não havia quase nenhuma maneira de Nero ter evitado que outros concebessem uma inquietação profunda com o assassinato dela, através do qual as suspeitas sobre a aptidão de Nero para o Principado criariam raízes. Agripina era simplesmente um símbolo dinástico, religioso e “nacional” muito potente para esperar o contrário. O melhor que ele e sua corte puderam fazer foi justificar sua morte como um movimento defensivo contra seu próprio atentado contra a vida de seu filho, o que, como o matricídio, era um tabu cultural (LUKE, 2013, p. 214).

Apesar de seu fim trágico, devemos lembrar que Agripina Menor era uma mulher consciente da *domus Augusta* e ocupou posições importantes no Império. Ela aprendeu a se posicionar nas disputas pelo poder e a lidar com as intrigas palacianas utilizando-se de valiosos aliados, tornando-se assim esposa do sucessor de seu irmão e, futuramente, a mãe do Imperador.

Suetônio apresenta uma visão negativa de Agripina e destaca sua relação familiar com Cláudio e Nero, sem entrar em detalhes sobre quem eram os aliados e libertos dentro do palácio. Apesar dessas visões negativas, podemos perceber muito da influência dessa mulher por meio da obra *As Vidas dos Doze Césares* e como ela soube lidar com as intrigas e boatos palacianos.

Além disso, foi possível notar que muitas das acusações feitas contra Agripina, até mesmo atualmente, são baseadas em boatos e especulações, muitas vezes retiradas de fontes antigas que ocultavam o contexto da situação descrita.

De acordo com Rodrigues (2008), são muitos os exemplos de mulheres que participaram ativamente da vida política e pública de Roma. Porém, nos chama a atenção o fato de que nos escritos dos autores antigos as mulheres com vida política ativa sejam retratadas como figuras antipáticas. Fogem a esse perfil as mulheres que são apresentadas como a personificação da coragem e dignidade feminina — entretanto, a esse respeito vale ressaltar que a maioria destas pertenciam à classe senatorial, a qual os autores que delas deram testemunho, estavam ligados. As Júlias, as Domícias e as Cláudias não despertaram a admiração dos autores antigos, e essa realidade parece ser resultado da mentalidade de que a

¹⁰⁵ Marleen B. Flory (1995) argumenta que as mulheres romanas começaram a ser endeusadas quando um conceito de poder baseado na família tornou-se aceitável no governo de Tibério. Esse culto imperial em Roma estendeu além do imperador aos membros da família se manifesta nos juramentos e orações imperiais que referia-se a vários membros da família. O culto à família imperial é atestado nas províncias.

mulher não havia sido criada para a vida pública e para a intervenção política. Mas o fato é que, sendo bem ou malvista, a participação feminina na política acontecia na sociedade romana e, mais do que isso, as mulheres mantinham redes de interesses políticos e de poder, não apenas femininas, mas protagonizadas por mulheres. “A prova disso consiste precisamente nas histórias de mulheres perversas, desvirtuosas e devassas que os historiadores antigos nos legaram” (RODRIGUES, 2008, p. 294).

3.3 JÚLIA AUGUSTA AGRIPINA

Como pudemos perceber, Suetônio cria uma Agripina baseada em anedotas e chega a distorcer informações como uma estratégia para difamar a Imperatriz e, conseqüentemente, o Imperador Cláudio. Faz-se necessário, como uma forma de questionar Suetônio, apresentar conquistas e demonstrações de poder de Agripina Menor. Nossa intenção é refletir sobre porquê uma mulher que recebeu tantas honrarias foi descrita de forma tão negativa por Suetônio.

Após se casar com Cláudio, Agripina consegue fazer com que Sêneca, o Jovem, regresse de seu exílio para ser tutor de Nero¹⁰⁶. De acordo com Barrett (1996), o motivo da nomeação de Sêneca era amplamente político. Agripina sabia como era importante o papel dos tutores na formação das atitudes políticas e queria que Nero fosse ensinado por alguém que tivesse visões políticas sobre a melhor forma de governar do que ela.

Foi devido à essa aliança também, que os familiares de Sêneca começaram a prosperar. Seu sogro, Pompéia Paulino, foi encarregado do suprimento de milho, seu irmão, Júnio Gálio, foi nomeado governador da Acaia, e seu cunhado, Pompeius Paulinus, serviu como legado na Germânia Inferior em 55 d.C. e, portanto, deve ter realizado um consulado antes disso. Isso nos dá indícios da poderosa influência de Agripina.

Ainda como expoente de seu poder pessoal, em 50 d. C., Agripina é nomeada Augusta, sendo a primeira mulher em vida a receber tamanha honraria e a terceira, logo após Lúvia e Antônia Menor a recebê-la em Roma. Este fato lhe atribuiu, de acordo com Barrett (1996), grande evidência política.

Segundo o pesquisador Francis J. Haverfield (1915), *Augusto* constituía-se em um título republicano, atribuído à homens que tivessem desempenhado grande poder perante a sociedade romana. Em sua essência, tratava-se de uma titulação religiosa, que significava que

¹⁰⁶ Sêneca havia sido banido por motivos de envolvimento em um caso adúltero com a irmã de Agripina, Lúvia.

aquele que a recebia possuía teor divino, oriundo dos deuses ou com a força destes. A partir de Otávio, também chamado por Caio Júlio César, o Jovem, ou pela alcunha de Otaviano, esta titulação passa a ser transformada em nome, o qual, por muitas vezes, é transferido hereditariamente. Por sua vez, a forma feminina *Augusta* foi concedida à algumas mulheres das dinastias imperiais, como um indicador de poder e *status*. Não havia qualificação com prestígio mais alto. O título ou honorífico era compartilhado pelas deusas do estado associadas com a generosidade e provisão do regime imperial.

A partir de então, seu nome oficial em moedas e inscrições é *Iulia Augusta Agrippina*, uma mudança de grande importância simbólica.

O título de *Augusta* melhoraria o status de Agripina aos olhos do público e esse status elevado se reflete nas moedas produzidas pela casa da moeda imperial nos anos seguintes. As moedas de metal precioso emitidas oficialmente em Roma antes do casamento haviam enfatizado as realizações domésticas e estrangeiras de Cláudio. Isso agora muda. Pela primeira vez, o imperador e sua consorte aparecem da mesma forma (BARRETT, 1996, p. 109).

Outra característica marcante da iconografia de Agripina destacada por Barrett (1996), é que as cabeças esculpidas atribuídas a ela do período claudiano às vezes são adornadas com um diadema, que era um atributo de uma deusa, e permitido aos mortais somente após o falecimento. Provavelmente, Agripina foi a primeira a receber essa distinção durante sua vida – mais uma demonstração de sua posição elevada¹⁰⁷.

Figura 2. Cabeça de Agripina Menor usando um diadema



Fonte: Ashmolean Museum of Art and Archaeology.

¹⁰⁷ Trillmich (1974), p. 192–3; Wood (1988), p. 420. O diadema aparece nas cabeças esculpidas. I.1.10 II.2 (p. 216).

Além de receber honras, Agripina também estava presente ao lado de seu marido em alguns eventos, como o combate naval no lago Fucino, onde Cláudio aparece com vestes militares e Agripina usando uma clâmide tecida de ouro (TEIXEIRA, 2013).

A importância política de Agripina igualmente pode ser visualizada em 51 d.C., momento em que ela recebe o *carpentum*, espécie de carruagem cerimonial destinada a personalidades religiosas, tais como as virgens vestais. Por fim, também neste período, várias estátuas suas são criadas e espalhadas por partes diversificadas do Império Romano. Poder que, similarmente, é exibido quando ela nomeia Sexto Afrânio Burro como chefe da guarda pretoriana, em detrimento do seu chefe até então, Rúfio Crispino.

Agripina ainda teve outras oportunidades de mostrar seu status de Augusta dentro do sucesso militar romano. De acordo com Barrett (1996), o líder britano Caratacus, filho de Cunobelinus, seguiu montando uma oposição aos romanos desde a invasão da ilha em 43 d.C. Ele acabou sendo capturado e levado para Roma em 51 d.C., ocasião que foi celebrada com uma grande cerimônia, em que Caratacus e outros prisioneiros britanos prestaram homenagem a Cláudio e a Agripina, com a presença de membros de sua guarda pretoriana.

Dión Cássio diz que era uma das visões mais notáveis da época, e Tácito observa que não havia precedente para uma mulher sentar-se diante dos padrões romanos e observa com veemência que ao fazê-lo, reivindicou uma parceria no império que seus ancestrais tinham criado. Ele presumivelmente quer dizer com isso que, por seu status quase igual a Cláudio na cerimônia, ela estava reivindicando uma espécie de autoridade sobre os pretorianos. (BARRETT, 1996, p. 124).

A posição privilegiada que a Imperatriz de Roma tinha, fez com que Agripina se dedicasse à prática política efetiva quando assumiu o cargo, uma prática aberta e não de bastidores. Enquanto Cláudio estava no poder, Agripina lutou para manter o seu domínio na casa imperial. Sua ambição, considerada como pouco feminina na época, é classificada por alguns autores como *hybris*, classificação derivada da ideia segundo a qual a política não era assunto feminino. Intervenções femininas no universo político são tidas como originárias em mentes viris e, portanto, pouco adequadas a uma definição modelar de mulher. É nesse sentido que, segundo Paratore (1987), Tácito aborda a psicologia feminina de figuras como Agripina Menor. De acordo com este pesquisador, interpretando Tácito, a principal característica de Agripina é a ambiguidade: muito romana nos seus ideais, mas não romana devido aos seus meios de ação, e também por ser uma mulher exercendo-os.

Figura 3. Relevo do *Sebasteion* de Afrodísias representando Agripina e Cláudio



Fonte: Institute of Fine Arts, New York.

É importante ressaltar que no Império Romano não se imaginava uma mulher virtuosa sem a presença de um homem, fosse ele esposo, pai, filho ou tutor. Poucas se destacavam devido a tantas restrições impostas pela sociedade. O melhor mérito para a mulher romana era ser reconhecida como uma boa matrona. É interessante atentar-se aos predicativos reservados à mulher, que indicam o máximo de elogio que a mesma poderia receber: por sua beleza, pelo amor sincero e a fidelidade ao marido, pela afeição e o apego aos filhos, pela graciosidade do falar e do andar, e, sobretudo, pela dedicação ao governo do lar.

Como exemplo, podemos citar Lívía Drusila, esposa do imperador Augusto, a qual foi considerada um exemplo de matrona ideal. Ela tornou-se gradualmente uma espécie de modelo escultural para se imitar, representando o ideal de matrona do período imperial. Sua notoriedade foi conquistada por, justamente, se adequar de forma exemplar ao padrão exigido de Roma, diferente de Messalina ou Agripina, por exemplo.

Independente de como era vista, existem documentos que comprovam a existência da atividade política feminina na sociedade romana. Além disso, as mulheres mantinham redes de interesses políticos, o que, para homens da época que escreveram sobre mulheres, lhes garantiu a fama de serem perversas e desvirtuosas.

Ao receber o título de Augusta, que significava que ela estava sendo uma honra pública, enquanto seu marido ainda estava vivo e enquanto ela era a mãe do filho do Imperador, Agripina estava afrontando o Senado. Ela estava saindo das sombras da vida privada, a única vida considerada apropriada para as mulheres durante a história romana.

Em suma o que se retém é que uma imperatriz tem um processo de afirmação muito semelhante ao do imperador, dá-se a conhecer sobre vários degraus antes de poder ser aclamada de Augusta, quando aclamada pode ter duas posturas, a de aproveitar a sua posição hierárquica e fazer-se respeitar conseguindo influenciar o imperador para que este faça o que lhe é pedido, ou então abster-se de participar na vida política e entregar-se aos prazeres e privilégios que lhe são inerentes, ser como Agripina ou ser como Messalina, uma imperatriz não olhará a meios para alcançar o que deseja e acima de tudo jamais se tornará numa escrava (RODRIGUES, 2014, p. 9).

Dessa forma, Agripina se tornou também a primeira mulher a ter uma colônia romana em seu nome, a *Colonia Claudia Ara Agrippinensium*, que representava tanto suas origens quanto o patrocínio imperial julio-claudiano, além da renomeação da população local para *Agrippinenses*¹⁰⁸.

Segundo David S. Potter (2004), o significado de ter o título de colônia em Roma variava com a localidade. No oeste, as províncias *coloniae* eram centros da cultura romana e o título de colônia era uma marca da *humanitas*. Já no leste, região já marcada por fortes tradições da vida cívica, este título representava um lugar que havia recebido colonos italianos e equivalia a uma cidade livre. Além disso, ele transmitia o reconhecimento de que a cidade tinha um lugar especial na hierarquia de localidades de uma província. Isso tornou o status colonial desejável, chegando a ser ambicionado por cidades não-latinas e não-gregas.

A fundação e o desenvolvimento inicial do assentamento urbano de Colônia foi um produto da colaboração romano-germânica e não seria possível sem o patrocínio dos imperadores Júlio-Claudianos. O assentamento urbano de Colônia surgiu graças à colaboração romano-germânica e seu desenvolvimento inicial não seria possível sem o patrocínio pessoal dos imperadores da dinastia Júlio-Claudianos. Em 53 a.C., Júlio César entrou em conflito com os Eburones, que eram um povo da região de Rhine-Maas, pois eles haviam atacado soldados romanos quando houve uma requisição romana forçada de alimentos depois que o cultivo fora severamente danificado pela seca. César e seus homens causaram um verdadeiro genocídio, e os Eburones desapareceram dos registros desde então.

Ainda em 53 a.C., César atravessou a costa leste do rio Reno e encontrou os Ubii, uma tribo germânica fortemente influenciada pela cultura celta, aliados dos romanos e que concederam uma frota para a travessia do rio. A iniciativa romana no vale do Reno, porém, foi interrompida por uma guerra civil interna de 49 a 30 a.C., que acabou substituindo a República por imperadores Julio-Claudianos.

¹⁰⁸ Tácito, Germânia, Capítulo 28.

César descreveu a aliança romano-ubia como relação de amizade (*amicitiam*) e depois de submissão (*deditionem*), entretanto, Tácito descreve esta aliança de uma maneira formal (*foedus*) como a peça central da estratégia de Marco Vipsânio Agripa para consolidar a Gália e garantir suas fronteiras na Renânia¹⁰⁹.

A colonização provincial, segundo Thomas Watkins (1983), não era muito utilizada até o período de Júlio César, foi com Augusto que ela se tornou uma política governamental. Inclusive, Augusto fundou muitas colônias em seus primeiros anos no poder, e quase todas eram para veteranos. De fato, o Imperador se vangloriava em sua *Res Gestae* por ter estabelecido cerca de 300.000 veteranos com doações de terra ou bônus em dinheiro, que ele pagou pela terra e que fundou 28 colônias na Itália e ainda mais em dez províncias (caps. 3, 16 e 28). Porém, como a maioria dos veteranos legionários eram da Itália, não seria justo ou sensato instalar alguns desses homens em colônias provinciais e outros na Itália sem conceder privilégios para compensar as desvantagens incorridas por eles não estarem em sua terra natal. A colônia de cidadãos em sua forma provincial era a resposta perfeita.

Em 38 a.C., após sua nomeação por Augusto como governador da Gália Transalpina, Agripina visitou o leste da Gália. Em uma posição segura ele poderia reorganizar a fronteira com a Renânia durante sua segunda passagem como governador da Gália, e, de forma estratégica, Agripa organizou uma realocação formal de Ubii em 19 a.C., e a partir daí os Ubii eram *socii* romanos e, portanto, uma força auxiliar no leste da Gália para defenderem as incursões de outras tribos germânicas além da fronteira do Reno.

Houve um rápido crescimento econômico no assentamento urbano de Colônia à medida que produtos como grãos, vinho, óleos, armas e armaduras eram trazidos da Gália para suprir as legiões, que por sua vez ficaram responsáveis por construir estruturas defensivas, além de que artesões foram importados para construir monumentos públicos em pedra. Assim, um assentamento tribal se tornou uma cidade romana.

Em meio a tudo isso, a nova cidade recebeu mais uma sorte, pois no ano 15 d.C a esposa de Germânico, Agripina Maior, deu à luz sua filha Agripina Menor naquele território, o que garantiu mais uma geração de patrocínio da família Júlio-Claudiana para a cidade.¹¹⁰

Entre os séculos 14 a 117 d.D, Cláudio, os Flavianos e Trajano foram os que mais fundaram colônias, e de todas elas apenas três ficaram conhecidas por possuírem o *ius Italicum*: Dierna, Sarmizegetusa e Claudia Ara Agrippinensium, esta última sendo uma homenagem para Agripina Menor.

¹⁰⁹ Tácito, Anais, livro 13, capítulo 57.

¹¹⁰ Tácito, Anais, livro 12, Capítulo 27.

Thomas Watkins (1979) desenvolveu a ideia de que a história do *ius Italicum* é inseparável da história da colônia *civium Romanorum*. A colônia que possuía o *ius Italicum* fazia parte do estado romano e tinha os mesmos privilégios no direito romano que os outros *cives*. Junonia, fundada por Caio Graco foi a primeira colônia provincial a possuir uma versão inicial do status que mais tarde ficou conhecido como direito itálico.

Portanto, para James Huffman (2018), enquanto Agripa foi o fundador da cidade ubia, sua neta Agripina Menor, foi a fundadora da cidade de Colônia, a única nomeada em homenagem a uma mulher e uma das poucas a possuir o *ius italicum*.

Vemos outras representações do poder de Agripina quando, tempos depois, Nero assume o poder e Agripina se torna a mãe do Imperador. De acordo com Lightman (2008), Agripina desempenhou um grande poder nos primeiros anos do governo do filho. Suetônio e Dión Cássio afirmam que, no início, Nero teria deixado todos os negócios públicos e privados nas mãos da mãe. Barrett (1996) ressalta que é difícil provar essa afirmação, e que provavelmente é um exagero. Mesmo assim, podemos imaginar que Nero dependesse muito dela até aprender a governar de fato. Além disso, podemos encontrar muitos sinais dessa deferência. A primeira palavra de ordem que Nero deu à guarda pretoriana foi *Optima Mater* (Melhor Mãe), e ele ainda acompanhava Agripina pelas ruas e fazia uma demonstração especial de devoção andando ao lado dela enquanto ela era carregada¹¹¹.

Figura 4. Relevô do *Sebasteion* de Afrodísias representando Agripina coroando Nero



Fonte: Institute of Fine Arts, New York.

¹¹¹ Suet. *Vesp.* 9.1

Tácito relata que as reuniões do senado eram realizadas no Palatino, para que Agripina pudesse acompanhá-las. Além disso, segundo Barrett (1996), Agripina recebeu a concessão de dois *lictors*, que eram atendentes de magistrados, e outras pessoas de posições elevadas, como a chefe da Virgem Vestal — a quem era permitido apenas um. A função dos *lictors* era preceder os oficiais, carregar o emblema de fasces e tirar espectadores para fora de seu caminho. Lívia, por exemplo, fora autorizada a ter *lictors* apenas quando cumpria seus deveres sagrados como sacerdotisa de Augusto. No caso de Agripina, Tácito dá a entender que os *lictors* foram concedidos como um privilégio geral. Assim como o *carpentum*, essa prerrogativa carregava um símbolo de grande poder.

O status elevado de Agripina também se reflete na moeda imperial. É impossível exagerar o impacto que as inovações numismáticas do reinado de Nero teriam sobre seus contemporâneos. Agripina tornou-se a primeira mulher em sua vida a compartilhar com um *Princeps* reinante o rosto de uma moeda oficial cunhada em Roma (ela havia aparecido da mesma forma nas moedas claudianas cunhadas em Éfeso). As moedas de ouro e prata emitidas durante o primeiro ano de Nero, começando no final de 54, retratam bustos de Nero e sua mãe frente a frente (Pl. 13). A lenda identifica Agripina como Agripina Augusta, a esposa do Deificado Cláudio, mãe de César, e assim reúne em uma única moeda os três papéis que lhe trouxeram o maior orgulho. A própria lenda de Nero é reservada para o verso da moeda, juntamente com o motivo familiar da coroa de carvalho (a *corona civica*) com a lenda *ex sc* ("autoridade senatorial"). Esse arranjo envolve uma associação notável do imperador com sua mãe e é a dica mais poderosa de que Agripina se via como uma espécie de regente, ou co-governante, com seu filho, uma posição que não tinha precedentes na lei ou tradição romana (BARRETT, 1996, p. 152).

Em Roma, as moedas também se mostraram muito importantes, pois, assim como as estátuas, davam uma face de poder físico. Segundo Taís Pagoto Bélo (2020), as representações monetárias revelavam homens e mulheres que auxiliaram na delineação do poder do imperador de certo modo.

As mulheres imperiais melhoraram sua visibilidade na vida pública através de afazeres ligados à família imperial, que as levaram ao Patronato e, como resultado, à autopropaganda.

Elas sabiam do valor da imagem para a autopropaganda. Em uma sociedade, na qual a maioria da população não sabia nem ler e nem escrever, as imagens em moedas tinham uma força e um grande impacto. As ideias e informações embutidas nas imagens que circulavam em sociedades desse tipo chegavam aos usuários de maneira direta e eficaz (BÉLO, 2020, p. 265).

Bélo (2020) também destaca que não há como sabermos qual foi o tipo de recepção tomada por cada imagem feminina, já que isso é pouco comentado em fontes textuais e não há vestígios em fontes materiais, porém, a quantidade de representações durante um longo período das imagens de Lúcia, por exemplo, evidenciam grande aceitabilidade de sua honra, tanto para instituições políticas, como o Senado, que permitiu a cunhagem de suas moedas, quanto para o público, provado pela cunhagem de suas moedas em províncias do Leste e Oeste.

Figura 5. Aureus, de 7,63g, datada de 54 d.C., do governo de Nero¹¹²



Fonte: Bélo, (2020).

Legenda¹¹³: *AGRIPPA AVGVSTI MATER CAESARIS* (Agripina Augusta, esposa do divino Cláudio e mãe de Nero César); Legenda do reverso: *NERONI CLVDI DIVI F CAES AVGVSTI GERMANICI IMP TR P EX S C* (Imperador Nero César Augusto Germânico, filho do divino Cláudio, com poder tribuniário / cunhada de acordo com o consentimento do Senado), com uma coroa de carvalho.

A influência dominante de Agripina, que é demonstrada na moeda anterior, exemplifica-se pelo fato de que seu retrato compartilha o anverso com o imperador (seu filho) e apenas seu título aparece. Os dizeres *EX S C* no reverso são uma evidência da extensão da prerrogativa senatorial à cunhagem de metais preciosos. Entretanto, por mais que o anverso demonstre apenas sua indicação, pela citação *AGRIPPA AVGVSTI MATER CAESARIS*, seu nome é acompanhado dos nomes de Cláudio e Nero, confirmando a ligação que ela tinha com eles, sugerindo que sua posição não dependia de si própria, mas da anuência dos imperadores (BÉLO, 2020, p. 278, grifos da autora).

As imagens das mulheres imperiais deveriam estar de acordo com os valores daquele tempo, demonstrando as virtudes daquelas mulheres, como uma forma de benefício ao governante. Ao consentir com a cunhagem das moedas com a figura feminina, o imperador fazia com que as virtudes dela fossem de acordo com uma moral, colocando essas imagens sob seu controle. Nesse contexto, conforme Werner Riess (2012), as moedas comprovam uma

¹¹² Essa moeda encontra-se no *The British Museum*.

¹¹³ Legenda traduzida por Bélo (2020, p. 278).

dimensão da variedade histórica de formação de gênero, que é uma construção social passada para uma comunidade a partir de certos veículos de significados e símbolos.

Como pudemos perceber, Agripina Menor foi uma mulher que se colocou dentro do círculo do poder para garantir seus interesses e de sua família. Barrett (1996) acredita que o sucesso de Agripina tanto em Roma como no exterior, foi o resultado da sua habilidade de construir redes de aliança. Com muito cuidado e paciência, ela garantiu amigos úteis em lugares úteis. O fato de ela aparecer diversas vezes na obra de Suêtonio demonstra o quanto ela fez parte de momentos importantes do Império Romano e, por ter sido descrita de maneira negativa, mesmo tendo recebido tantas honrarias, fica claro que seu poder era grande o suficiente para que ela tenha sido usada como estratégia para difamar um governo que foi muito criticado por Suetônio, muito provavelmente porque seu contexto era uma dinastia posterior, que se utilizou muitas vezes da difamação da dinastia anterior como uma forma de promoção e autopropaganda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dizer que as mulheres antigas foram difamadas simplesmente por serem mulheres, ainda é uma forma de invisibilizá-las, pois assim continuamos a ocultar diversas histórias. É óbvio que não devemos desconsiderar a misoginia presente na historiografia, mas devemos deixar claro que essas mulheres foram muito mais do que vítimas, elas são sujeitos históricos e políticos que se mobilizaram para defender seus interesses pessoais.

A dominação masculina não apaga o protagonismo feminino, se formos além da narrativa dominante. Nossa intenção foi deslocar alguns pressupostos ainda muito arraigados na historiografia e destacar que os feminismos contribuem para uma nova epistemologia.

Comprendemos que as personagens femininas estão inseridas em um complexo contexto de representações, em que encontramos mecanismos retóricos que apontam para um conjunto de vícios e virtudes presentes nas relações políticas e sociais.

Nosso trabalho é o resultado da análise da obra *As Vidas dos Doze Césares*, de Suetônio, um autor antigo que consideramos fundamental para a compreensão da organização do Principado romano, um período no qual o papel das mulheres, principalmente as das elites, foi modificado, e elas passaram a ser fundamentais para a criação de elos imperiais

É importante lembrar que Suetônio viveu durante a dinastia do Antoninos, na qual, segundo Gaia (2020), os imperadores foram retratados através de uma historiografia fortemente influenciada pela ideologia senatorial. Desta forma, os que eram considerados inimigos do senado, não foram bem representados. Porém, faz-se necessário destacar que os homens e mulheres considerados inimigos do senado não foram difamados da mesma forma, já que as mulheres sofreram ataques não apenas por suas posições políticas, mas também por seu gênero.

A presença das personagens femininas em *Vidas* traz evidências interessantes a respeito das transformações na estrutura social resultantes da mudança do regime republicano para o imperial. Tais mudanças resultaram em um reposicionamento da mulher pertencente às elites romanas dando-lhe novas possibilidades de atuação e uma nova visibilidade. Essenciais para a manutenção das dinastias e do conceito dinástico no qual esteve baseado o Império Romano, as mulheres da *Domus Caesarum* foram fundamentais nas representações de uma ordem imperial, já que a intenção era transmitir ideais dinásticos com base na preponderância de uma única *gens* e/ou *domus*. Porém, as mulheres das elites imperiais foram representadas como instrumentos simbólicos ambivalentes, de forma que as mesmas mulheres apresentadas como símbolos da ordem imperial, também foram apresentadas como símbolos da desordem,

principalmente através da descrição de mulheres que interferiam em assuntos políticos, ou que demonstravam comportamento sexual desviante. Devemos perceber que, em ambos os tipos de representações, a mulher é associada com a natureza individual do poder imperial e com a imagem do imperador.

Agripina Menor ainda foi além de ser apenas um instrumento retórico para a descrição de imperadores, ela demonstrou seu poder enquanto detentora da *auctoritas imperial* e, criando suas próprias redes e alianças políticas, conquistou o que poucas conseguiram: colocar seu filho no posto de imperador.

O curioso é que, ao longo de nossa pesquisa, percebemos que mesmo tão distantes, tanto geograficamente quanto temporalmente, as mulheres romanas antigas e as mulheres brasileiras contemporâneas compartilham muitas questões. Agripina, mesmo tendo sido detentora de tantas honras e de ter tido um papel tão importante na legitimação do poder imperial, foi difamada por diversos autores - como Suetônio - que tinham como um de seus argumentos para desmoralizá-la, a sua suposta sexualidade transgressora. Tudo isso porque ela buscou assumir papéis que eram considerados masculinos. Já Dilma Rousseff, a primeira mulher presidente do nosso país, sofreu diversos ataques verbais que, “coincidentemente”, estavam relacionados o seu gênero e sua sexualidade.

Pâmela Caroline Stocker e Silvana Copetti Dalmaso fizeram um mapeamento dos comentários ofensivos de leitores direcionados à presidente Dilma Rousseff, e apontam que 16% dos comentários reiteraram significados ligados à cultura machista e sexista.

Manifestações que relacionam a mulher a papéis tipicamente associados ao feminino, como o cuidado com o ambiente doméstico (lavar a louça, limpar a casa) ou a preocupação com a beleza (plásticas, perda de peso) e xingamentos como "vaca" (56), "safada" (31) e "vagabunda" ou "vagaba" (23) dividem espaço com diferentes menções relativas ao falo, como "rola" e "rabo" (22) (DALMASO; STOCKER, 2016, p. 681, grifos dos autores).

Os elogios às mulheres também parecem se repetir e também são baseados nos mesmos estereótipos. As primeiras descrições de Agripina Maior, por exemplo, a descrevem e a elogiam como uma representante do modelo da matrona romana, esposa fiel e mãe de muitos filhos. Cerca de 2000 anos depois, uma reportagem era publicada na versão online da Revista Veja, em 18 de abril de 2016, intitulada *Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”*, de autoria da jornalista Juliana Linhares.

Já o imperador Cláudio foi descrito por Suetônio como um imperador fraco por não conseguir controlar suas esposas e, a historiografia teve tanto êxito em criar uma imagem de

Messalina (a esposa de Cláudio antes de Agripina) tão deturpada, que sua execução por adultério parece ter sido uma boa ideia. Novamente, quase 2000 anos depois, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Femicídio, perdendo apenas para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de assassinato de mulheres. Em comparação com países desenvolvidos, aqui se mata 48 vezes mais mulheres que o Reino Unido, 24 vezes mais que a Dinamarca e 16 vezes mais que o Japão ou Escócia. Em 2016, uma mulher foi assassinada a cada duas horas no país.

Todos esses dados comprovam o quanto as mulheres ainda são oprimidas de diversas formas, inclusive na historiografia. Quando repensamos as fontes a partir de um olhar atual percebemos que cada uma reflete um ponto sobre determinada sociedade, e esses pontos, quando discutidos, permitem que se abram novos caminhos para uma História mais inclusiva.

Infelizmente, nossa sociedade ainda prefere legitimar os atos de um genocida do que ter uma mulher no poder. A principal diferença entre a forma como uma mulher era percebida na sociedade romana antiga e brasileira atual é que hoje temos termos específicos para o que fazem conosco: misoginia, machismo e feminicídio.

Portanto, levamos em consideração o que Roger Chartier chama de peso do aspecto simbólico que a dominação masculina carrega. Segundo ele, para compreender essa relação de dominação - construída histórica, cultural e linguisticamente - é preciso definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica, que foi sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal. "O essencial é identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como 'natural' e biológica a divisão social dos papéis e das funções" (SOIHET, 1998, p. 82).

A complexidade e variedade de acepções levantadas em torno das palavras "homens" e "mulheres" têm permitido questionar os paradigmas interpretativos alicerçados em modelos rígidos e generalizantes de comportamento, que atribuem à mulher a condição de passiva e submissa e ao homem, o papel de comando e domínio. É justamente nesse ponto, a desnaturalização das identificações por meio das características físicas, sexuais, que se encontra um dos maiores méritos dos estudos de gênero — a constatação de que as categorias de identidades foram e são cultural e socialmente construídas (FEITOSA, 2012).

Devido aos estudos sobre gênero podemos contemplar análises históricas preocupadas em entender como as distinções sociais com relação ao sexo são perpassadas por relações de poder, resultantes não de um consenso social, mas das disputas, dos conflitos e das repressões (SCOTT, 1995).

REFERÊNCIAS

A. DOCUMENTAÇÃO

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução, prefácio, introdução e apêndices de Eudoro de Souza. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.

CASSIUS DIO. **Roman History 53.1 – 55.9**. Introduction, notes and english translation by J. W. Rich. London: Aris & Phillips, 1990.

HERÓDOTO. **História**. 2. ed. Brasília: UnB, 1988.

PLINY. **Natural History (1-37)**. Trad. RACKHAM, H.; JONES, W. H. S; EICHHOLZ, D. E. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1991.

SÉNÈQUE. **L'Apocoloquintose du Divin Claude**. Tradução e edição de René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1934.

SUETÔNIO. **As Vidas dos Doze Césares**. Tradução de Sady Garibaldi. 5. ed. São Paulo: Atena, 1956.

SUETÔNIO. **A Vida dos Doze Césares**. Apresentação por Carlos Heitor Cony. Tradução por Sady Garibaldi. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2003.

SUETONIO TRANQUILO, CAYO. **Vida de los doce césares**. Madrid: Editorial Gredos, 1992. [Vol I-II].

SUETONIUS. **The Loeb Classical Library**. Trad. C. Rolfe. London: W. Heinemann; New York: The Macmillan Co., 1998. [2 vols.].

SUETONIUS. **The Lives of the Twelve Caesars**. An English Translation, Augmented with the Biographies of Contemporary Statesmen, Orators, Poets, and Other Associates. Suetonius. Publishing Editor. J. Eugene Reed. Alexander Thomson. Philadelphia: Gebbie & Co, 1889.

TÁCITO. **Anais**. Trad. J.L. Freire de Carvalho. São Paulo: W.M. Jackson Inc., 1952. [Vol. I, II, III, IV, V e VI].

TACITUS. **The Annals**. Translated by Jackson, J. London: Loeb Classical Library, 1931. [Vol. III-V].

TUCÍDIDES. **Guerra do Peloponeso, 1, 22**. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2013.

B. OBRAS E ARTIGOS

ACÁCIO, Camila; MONGELÓS, Rodrigo Mongelós; NEVES, Michael; RIBEIRO, Rebeca. A Condição da Mulher no Império Romano: noções jurídicas e sociais. *In: Encontro Nacional de Produção Científica do Grupo Institucional de Pesquisa em Direitos Humanos e Fundamentais*, II, 2011, Ilhéus/BA. **Anais [...]** Ilhéus/BA: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2011.

ARAÚJO, Sonia Regina R. de; ROSA, Claudia Beltrão da; JOLY, Fábio Duarte (Org). **Intelectuais, poder e política na Roma Antiga**. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges. **História da vida privada - Do império romano ao ano mil**. Trad: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AVELINE, John. The death of Claudius. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, v. 53, n. 4, pp. 453-475, 2004.

BAGNANI, G. The Case of the Poisoned Mushrooms. **Phoenix**, v. 1, pp. 15-20, 1946.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética: A Teoria do Romance**. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

BARNES, Timothy David. The Composition of Cassius Dio's Roman History. **Phoenix**, v. 38, n. 3, pp. 240-255, 1984.

BARRETT, Anthony A. **Agrippina: Sex, Power, and Politics in the Early Empire**. New Haven/USA: Yale University Press, 1996.

BASÍLIO, Valéria Cristina. **A mulher em Roma: a condição feminina na literatura pliniana**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis. 1997.

BECK, HANS. The Early Roman Tradition. *In: MARINCOLA, J. (ed.). A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford: Blackwell, 2007. pp. 259 – 265.

BELCHIOR, Ygor Klain. **Nero: Bom ou Mau Imperador? Retórica, Política e Sociedade em Tácito (54 a 69 d.C.)**. Curitiba: Prismas, 2015.

BELCHIOR, Ygor Klain. Boatos, opinião pública e assassinatos políticos: o caso de Júlio César. **Codex – Revista de Estudos Clássicos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2019.

BÉLO, Taís Pagoto. Estudo sobre o Mediterrâneo Antigo: As moedas das Mulheres Imperiais. **Mare Nostrum - Estudos sobre o Mediterrâneo** São Paulo, v. 11, n. 1, 2020.

BLOK, Josine. Sexual Asymmetry. A Historiographical Essay. *In: BLOK, Josine; MASON, Peter. Sexual Asymmetry*. Studies in Ancient Society. Amsterdam: Gieben, 1987. pp. 1-57

BRADLEY, Keith R. Remarriage and the Structure of the Upper-Class Roman Family. *In: RAWSON, Beryl. Marriage, Divorce and Children in Ancient Rome*. New York: Oxford University Press, 1991. pp. 79-97.

BRANDÃO, José Luís L. **A púrpura aviltada**: honra e desonra nas Vidas dos Césares de Suetônio. Coimbra: Humanitas 63, 2011.

BRANDÃO, José Luís L. **Páginas de Suetônio**: a imolação do Tirano Calígula. Boletim de Estudos Clássicos, 2016. [Vol. 61].

CALDELLI, Letizia Maria. Women in Roman World. *In*: BRUUN, Christer; EDMONDSON Jonathan. **The Oxford Handbook of Roman Epigraphy**. New York: Oxford University Press, 2014.

CANTARELLA, E. **Pompei** - I volti dell'amore. Milano: Mondadori, 1999.

CARCOPINO, Jèrôme. **A Vida Cotidiana**: Roma no Apogeu do Império. Companhia das Letras, 1990.

CAVICCHIOLI, Marina Regis. Fama e infâmia na sexualidade romana. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, n. 3, pp. 153-169, 2014.

CHARTIER, Roger. Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, n. 6, pp. 1505-1520, 1991.

CIZEK, Eugen. **Structures et Idéologie dans “Les Vies des Douze Césars”, de Suétone**. Paris: Belles Lettres, 1977.

COOLEY, Alison E. Translation and Commentary. *In*: AUGUSTUS. **Res Gestae Divi Augusti**: Text, Translation, and Commentary. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CORASSIN, Maria Luiza. O cidadão romano na República. **Projeto História**, São Paulo, n. 33, pp. 271-287, 2006.

CORBIER, Mireille. **Poder e parentesco**: A família Júlio-Cláudia. Tradução de Consuelo Fontes Santiago. São Paulo: Classica, 1992/1993. pp. 167-203.

CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa; LIMA, Marinalva Vilar de. História e Historiografia Antiga: a construção de um gênero discursivo. **Mnemosine Revista**, v. 1, n. 2, 2010.

CROOK, J. A. Suetonius ab epistulis. **In Proc. Camb. Phil. Soc.**, v. 4, 1957.

DALMASO, Silvana Copetti; STOCKER, Pâmela Caroline. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, 2016.

DAITZ, Stephen G. Tacitus ‘Technique of Character Portrayal’. **The American Journal of Philology**, v. 81, 1960.

DUBY, Georges. **Idade Média**: idade dos homens. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FAIRWEATHER, Janet A. Fiction in the biographies of ancient writers. **Ancient Society**, v. 5, pp. 234-235, 1974.

FABRIS, Annateresa. 1. Plínio, O Velho: Uma história Material Da Pintura. **Locus: Revista De História**, v. 10, n. 2, (2004). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20626> Acesso em: 24 jul. 2020.

FAVERSANI, Fábio. **Gênero, documentos e interpretações**: Um estudo sobre Agrippina minor. Conferência apresentada no Ciclo Mare Nostrum, promovido pelo LEIR-MA-USP, em 2013.

FEITOSA, Lourdes Conde. Gênero e o erótico em Pompéia. *In*: FUNARI, P. P. A.; FEITOSA, L. M. G. C.; SILVA, G. J. (Org.). **Amor, desejo e poder na Antiguidade**: relações de gênero e representações do feminino. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

FEITOSA, Lourdes Conde. Masculino e Feminino na Sociedade Romana: os desafios de uma análise de gênero. *In*: CANDIDO, Maria Regina (Org.). **Mulheres na Antiguidade**: Novas Perspectivas e Abordagens. Rio de Janeiro: UERJ/NEA; DG LTDA., 2012.

COARELLI, Filippo. **Guida archeologica di Roma**. Verona: Arnoldo Mondadori Editore, 1984.

FINLEY, M. **As mulheres silenciosas de Roma**: Aspectos da Antiguidade. Trad. Eduardo Saló. Portugal: Edições 70, 1990.

FISCHLER, Susan. Social Stereotypes and Historical Analysis: The Case of the Imperial Women at Rome. *In*: ARCHER, Léonie; FISCHLER, Susan and WYKE, Maria (ed.). **Women in ancient societies**: an illusion of the night. New York: Routledge, 1994.

FLORY, M. B. The Deification of Roman Women. **AHB**, v. 9, n. 1, pp. 127–34, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A mulher / os rapazes**: História da sexualidade. Trad. Maria Theresa da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRADE, Mafalda Maria Leal de Oliveira e Silva. **Práticas, Valores e Crenças da Corte Imperial Romana**. 2007. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2007.

FRANÇA, Tiago; VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. Um Estudo sobre a “As Vidas dos Doze Césares” de Suetônio. *In*: Jornada de Estudos Antigos e Medievais, VIII, Jornada Internacional de Estudos Antigos e Medievais, I, 2009, Maringá. **Anais [...]** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2009.

FUNAIOLI, G. **Studi di Litteratura Latina**, II 2. Barcelona: [s.n], 1949.

FUNARI, Pedro Paulo A.; GARRAFFONI, Renata S. As vozes das mulheres no início do Principado romano: Linguagem, discursos e escrita. *In*: GARRAFFONI, Renata S.; SÁNCHEZ, Manel García. **Mulheres, Gêneros e Estudos Clássicos**: um diálogo entre Espanha e Brasil. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2019.

FUNARI, Pedro Paulo A.; SILVA, Glaydson José da. **Teoria da História**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo A; MARTINS, Adilton Luís; SILVA, Glaydson José da (Org). **História Antiga: contribuições brasileiras**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

FURTADO, Rodrigo. Partes Agrippinae: problemas em torno de um grupo político. **Revista Cadmo**, n. 20, 2010.

GAIA, Deivid Valério. Os Antoninos: o apogeu e o fim da pax romana. *In: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco de (coords.). História de Roma Antiga: Império Romano do ocidente e romanidade hispânica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. [Vol. II]

GÁLAN, Juan Eslava. **La vida amorosa en roma**. Madrid: Tema de Hoy, 1996.

GALINSKY, Karl. **Augustus: Introduction to the Life of an Emperor**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2019.

GASCOU, Jacques. Nouvelles données chronologiques sur la carrière de Suétone. **Latomus**, v. 37, 1976.

GINZBURG, Carlo. Uma Reflexão sobre o Ofício do Historiador nos Dias de Hoje. *In: FUNARI, Pedro Paulo A.; CARVALHO, Margarida Marida de; JOSÉ, Natália Frazão (org.). Diversidades Epistemológicas: A Teoria Aplicada à Pesquisa Histórica*. Curitiba: Prismas, 2016.

GRIMAL, Pierre. **O Império Romano**. Trad. Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1993.

HAMILTON, Nigel. **Biography, a brief history**. Harvard: University Press, 2007.

HAVERFIELD, Francis J. The name Augustus. **Journal of Roman Studies**, v. 5, pp. 249-250, 1915.

HIDALGO DE LA VEGA, María José. Esposas, hijas y madres imperialesel poder de la legitimidad dinástica. **Latomus - Revue d'études latines**, v. 62, n. 1, 2003.

HIDALGO DE LA VEGA, María José. **Las emperatrices romanas: sueños de púrpura y poder oculto**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012.

HUFFMAN, Joseph P. **The Imperial City of Cologne: From Roman Colony to Medieval Metropolis (19 B.C.-1125 A.D.)**. Amsterdam: Amsterdam: University Press B.V., 2018.

JOLY, Fábio Duarte. Suetônio e a tradição historiográfica senatorial: uma leitura da Vida de Nero. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 111-127, 2005.

JONES, Christopher P. Suetonius in the Probus og Giorgio Valla. *In: TARRANT, R. J. (ed). Harvard Studies in Classical Philology*. Harvard: University Press, 1986.

JOSÉ, Natália Frazão. **Retratos de Augusto: a construção de um Imperador Romano**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

JOSÉ, Natália Frazão. **Imagens Discursivas sobre Augusto nas Biografias e História do Principado romano (Séculos I a.C. a III d.C.)**. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca. 2016.

JUSTO, Antônio dos Santos. **Direito Privado Romano-1: Parte Geral (Introdução. Relação Jurídica. Defesa dos Direitos)** Coimbra: Coimbra Editora, 2000.

KAPFERER, Jean-Noel. **Boatos: o mais antigo mídia do mundo**. Trad. de Ivone da Silva Ramos Maya. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

LIGHTMAN, Benjamin; LIGHTMAN, Marjorie. **A to Z of Ancient Greek and Roman Women**. New York: Facts on File, 2008.

LANCIOTI, Settimo. Introduzione. In: SUETÔNIO. **Vite dei Cesari** - RCS Rizzoli. Milano: Libri, 1968.

LANGLANDS, Rebecca. **Sexual Morality in Ancient Rome**. New York: Cambridge University Press, 2006.

LANGLANDS, Rebecca. **Exemplarity ethics in ancient Rome**. Cambridge: United Kingdom; New York: Cambridge University Press, 2018.

LEME, André Luiz. **O Pensamento Político de Suetônio em “A Vida dos Doze Césares” (séc II d.C.): a crítica ao poder absoluto do príncipe romano**. 2015. 270f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2015.

LEVILLAIN, Philippe. RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LIGHTMAN, Benjamin; LIGHTMAN, Marjorie. **A to Z of Ancient Greek and Roman Women**. New York: Facts on File, 2008.

LIMA, Danielle Chagas de. **Gênero Biográfico e Historiográfico na Roma Antiga: os testemunhos das fontes e a obra de Suetônio e Tácito**. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

LLOYD, Geoffrey. **Aristóteles**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

LÓPEZ, Cándida Martínez. Las mujeres en el mundo antiguo. Una nueva perspectiva para reinterpretar las sociedades antiguas. In: MAMPASO, M. J. R. *et al.* (Eds.) **Roles sexuales: La mujer en la historia y la cultura**. Madrid: Clasica, 1994.

LUKE, Trevor. From Crisis to Consensus: Salutary Ideology and the Murder of Agrippina. **Illinois Classical Studies**, n. 38, pp. 207-228, 2013.

MACÉ, Alcide. **Éssai sur Suétone**. Paris: Albert Fontemoing, 1900.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

MANCA, Massimo; VIO, Francesca Rohr. **Introduzione alla storiografia romana**. Roma: Carocci Editore, 2010.

MARMORALE, Enzo V. **História da Literatura Latina**. Trad. de João Bartolomeu Junior. Lisboa: Estudos Cor, 1974.

MARTIN, F. Régis. **Les Douze Césars: Du mythe à la réalité**. Paris: Belles Lettres, 1991.

MATOS, Maria Izilda Santos de. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. *In*: PISCITELLI, A. *et al.* (Orgs.) **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

MATTOSO, José. A mulher e a família. *In*: **A escrita da História** – Teoria e métodos. Lisboa: Imprensa Universitária, 1988.

MCALINDON, D. Senatorial Opposition to Claudius and Nero. **AJPh**, v. 77, n. 2, 1956.

MCGINN, Thomas A. **Prostitution, Sexuality, and the Law in Ancient Rome**. New York: Oxford University Press, 1998.

MEIGS, Russell. **Roman Ostia**. Oxford: Clarendon Press, 1973.

MENDONÇA, Antônio Silveira. Introdução a Suetônio. *In*: PLUTARCO; SUETÔNIO. **Vidas de César**. Trad. e notas de Antônio da Silveira Mendonça e Ísis Borges da Fonseca. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

MENNITTI, Danieli. **As mulheres não tão silenciosas de Roma**: representações do feminino em Plínio, o Jovem (62 a 113 d.C). 2015. 83f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

MILNOR, Kristina. **Gender, Domesticity, and the Age of Augustus: Inventing Private Life**. New York: Oxford University Press, 2008.

MILNOR, Kristina. Women in Roman Historiography. *In*: FELDHERR, Andrew (ed.). **The Cambridge Companion to the Roman Historians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **The development of greek biography**. London: Harvard U. P., 1971.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.

MOMMSEN, Theodor. **A History of Rome Under the Emperors**. London/New York: Routledge, 1996.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, pp. 99-105, 1998.

- MOTTA, Taíse Figueira; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Problema de Interpretação e Verdade na Escrita da História Antiga. *In*: FUNARI, Pedro Paulo A.; MARTINS, Adailton Luís; SILVA, Glaydson José da (Org). **História Antiga**: contribuições brasileiras. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- NOBRE, Ricardo. **Intrigas Palacianas nos “Annales” de Tácito**: Processos e tentativas de obtenção de poder no Principado de Tibério. Coimbra: [s.n.], 2010.
- OKLAND, Joruun. **Aspects of Women in Antiquity**: proceedings of the first nordics symposium on women’s lives in antiquity. Goteborg: Astrom, 1997.
- OLIVEIRA, Andréa Lúcia Dorini de. **Basileus nos Discursos de Díon Crisóstomo (96 a 117 d.C)**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis. 2001.
- OMENA, Luciane Munhos de. Os Ofícios: Meios de Sobrevivência dos Setores Subalternos da Sociedade Romana. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 4, n. 1, 2007.
- PARATORE, Ettore. **História da Literatura Latina**. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1987.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, 2009.
- POMEROY, Sarah B. **Goddesses, Whores, Wives and Slaves – Women in Classical Antiquity**. Baltimore: John Hopkins, 1987.
- POTTER, David Stone. **The Roman Empire at Bay, AD 180–395**. London/New York: Routledge, 2004.
- RABINOWITZ, Nancy Sorkin; RICHLIN, Amy. **Feminist Theory and the Classics**. Londo; New York: Routledge, 1993.
- RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; PEDRO, Joana Maria;. Miriam Pillar Grossi, Joana Maria Pedro. **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.
- RICHLIN, Amy. The ethnographer’s dilemma and the dream of a lost golden age. *In*: RICHLIN, Amy; RABINOWITZ, Nancy Sorkin. **Feminist Theory and the Classics**. London/New York: Routledge, 1993.
- RIESS, W. *Rari exempli femina: female virtues on Rome*. *In*: JAMES, S. L.; DILLON, S. (Orgs.). **A companion on women in the Ancient World**. Hoboken/Nova Jersey-EUA: Wiley-Blackwell, 2012.
- RODRIGUES, Nuno Simões. Agripina e as outras. Redes femininas de poder nas cortes de Calígula, Cláudio e Nero. **Gerión**, v. 26, n. 1, 2008.
- ROLLER, Matthew B. **Models from the past in Roman culture**: a world of exempla. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

ROUSELLE, Aline. A política dos corpos entre procriação e continência em Roma. *In*: DUBY, G. PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Ed. Frontamento, 1990. [Vol. I].

ROWE, Greg. Reviewed Work(s): Res Gestae Divi Augusti. **The Journal of Roman Studies**, London, v. 101, pp. 245–246, 2011.

SALISBURY, Joyce E. **Encyclopedia of Women in the Ancient World**. Santa Barbara/Calif: ABC-CLIO, 2001.

SALLER, Richard P. Família and Domus: defining and representing the Roman family and household. *In*: SALLER, Richard P. **Patriarchy, property and death in the Roman family**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. **Revista de Teoria da História**, ano 3, n. 6, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade: gênero e educação**, v. 20, n. 2, pp. 71-99, 1995.

SILVA, Daniele de Oliveira da. **As representações de Lúcia Drusila sob o olhar de Tácito e Suetônio**. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Heródoto e suas Histórias. **Revista de Teoria da História**, ano 7, n. 13, 2015.

SILVA, Semíramis Corsi. Mulher e casamento em Roma: considerações sobre a matrona Pudentila. *In*: CANDIDO, Maria Regina (Org). **Mulheres na Antiguidade: Novas Perspectivas e Abordagens**. Rio de Janeiro: UERJ/NEA; DG LTDA, 2012.

SOBRAL, Aldo Eustáquio Assir. **Suetônio Revelado: o texto narrativo e a cultura política em “As Vidas dos Doze Césares”**. 2007. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres e História de Gênero - um depoimento. **Cadernos Pagu**, Campinas/São Paulo, v. 11, pp. 77-87, 1998.

SOUZA, Dominique Monge Rodrigues de. **As cortes de justiça senatorial e imperial na cidade de Roma nos relatos de Tácito e de Plínio, o jovem (séculos I-II d.C.)**. 2019. 266p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca. 2019.

SOUZA, Dominique Monge R.; TAVARES, André Luiz C. Intelectualidade, Culturas Políticas e as Representações do Poder Senatorial na Roma Antiga. *In*: FUANRI, Pedro Paulo A.; CARVALHO, Margarida Marida de; JOSÉ, Natália Frazão (org.). **Diversidades Epistemológicas: A Teoria Aplicada à Pesquisa Histórica**. Curitiba: Prismas, 2016.

SYME, Ronald. The travels of Suetonius Tranquillus. **Hermes**, v. 109, n. 1, 1981.

SYME, Ronald. **The Augustan Aristocracy**. New York: Oxford University Press, 1986.

TEIXEIRA, Laura Leonor Firmiano. **Lívia e Agripina Menor: A presença feminina no jogo político**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TOLFO, Sarah. A Representação de Mulheres Romanas em seus Epitáfios. **Revista Alétheia – Estudos sobre Antiguidade e Medievo**, v. 1, n. 1, 2018.

TOWNEND, Gavin. The date of composition of Suetonius. **The Classical Quarterly**, v. 9, n. 2, 1959.

TREGGIARI, Susan. Women in the time of Augustus. *In*: GALINSKY, Karl (ed.). **The Cambridge companion to the age of Augustus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. pp. 130-147.

VALENTE, W. A.; TALBERT, R. J. A.; HALLETT, J. P.; MACKOWIAK, P. A. Caveat Canens. **American Journal of Medicine**, v. 128, 2002.

VALLS, Oliveri Nortés. **Suetonio: Tibério e Calígula**. Barcelona: Bosch, 1983.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História**. Brasília: Editora UNB, 1998.

WALLACE-HADRILL, Andrew. **Suetonius**. Londres: Bristol Classical Press, 1995.

WATKINS, Thomas H. Coloniae and Ius Italicum in the Early Empire. **The Classical Journal**, v. 78, n. 4, pp. 319-336, 1983.

WATKINS, Thomas H. **Roman Citizen Colonies and Italic Right**. Bruxelles: Collection Latomus 164, 1979.

WINTERLING, Aloys. **Caligula: a biography**. Trad. Deborah Lucas Schneider, Glenn W. Most, Paul Psounis. London: University of California Press, 2011.

WINTERLING, Aloys. Loucura imperial na Roma antiga. **História** [online], v. 31, n. 1, 2012.

WOOD, Susan. Agrippina the Elder in Julio-Claudian Art and Propaganda. **American Journal of Archaeology**, v. 92, n. 3, 1988.

WOODMAN, A. J. **Rhetoric in classical historiography**. Portland: Areopagitica Press, 1988.

YAVETZ, Z. **Julius Caesar and His Public Image**. London: Thames & Hudson, 1983.

